

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL  
CURSO DE MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**NATALIA MAROUN**

**HOMENS E MASCULINIDADES NA PERSPECTIVA DO CUIDADO: O DESAFIO  
DA ÓTICA DE GÊNERO NA PROTEÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do título de Mestre em Política Social.

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS**

NITERÓI

2015

**NATALIA MAROUN**

**HOMENS E MASCULINIDADES NA PERSPECTIVA DO CUIDADO: O DESAFIO  
DA ÓTICA DE GÊNERO NA PROTEÇÃO SOCIAL**

**Banca examinadora**

**Profa. Dra. Rita de Cássia Santos Freitas (UFF) - Orientadora**

**Prof. Dr. Guilherme Silva de Almeida (UERJ)**

**Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte (UERJ)**

**Niterói, 2015**

M356 Maroun, Natalia.

Homens e masculinidades na perspectiva do cuidado: o desafio da  
ótica de gênero na Proteção Social / Natalia Maroun. – 2015.

122 f.

Orientadora: Rita de Cássia Santos Freitas.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Política Social) –  
Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2015.

Bibliografia: f. 116-119.

1. Proteção social. 2. Gênero. 3. Cuidado com crianças. I. Freitas,  
Rita de Cássia Santos. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de  
Serviço Social. III. Título.

CDD 362.713

## RESUMO

A partir de uma perspectiva relacional de gênero, este estudo buscou investigar a construção de práticas de cuidados vivenciados por homens pobres no espaço de uma creche/escola situada no bairro do Rio Comprido-RJ. Como discussão teórica, a pesquisa aborda sob a perspectiva de gênero, o papel das famílias pobres frente aos mecanismos de proteção social, a desconstrução/reconstrução da esfera privada com a saída das mulheres para o espaço público e as construções/reinvenções das masculinidades como forma de se pensar criticamente a relação entre homens e cuidados. As análises foram obtidas através de entrevistas que partiram tanto da ótica profissional em relação aos homens que cuidam quanto da paternidade exercida por eles nesta instituição de educação infantil. No que tange à análise em relação às profissionais foram discutidos temas relacionados à ambiguidade do sentimento profissional, a estética feminina do campo, a culpabilização da mulher pelo não cuidado e a dificuldade de abordagem de gênero na escola. Em relação aos homens foram identificados “estilos” de cuidados masculinos, a visão protetora e provedora presentes nos discursos dos homens e a relação destes entre trabalho e cuidados, dentre outras temáticas. Pressupõe-se que o cuidado sob uma perspectiva de gênero revela sua ligação intrínseca com a mulher e levanta contradições diante da masculinidade hegemônica. Neste sentido, a relação entre homens e cuidados poderá trazer fundamentos importantes para as políticas sociais, numa perspectiva de ampliação do debate de gênero e na necessidade de maior aprofundamento da relação entre homens e proteção social, possibilitando a construção de políticas sociais mais democráticas e igualitárias no que concerne esta temática.

**Palavras-chave: Homens; Masculinidades; Cuidados; Gênero; Proteção social**

## **ABSTRACT**

From a relational gender perspective, this study aimed to investigate the construction of experienced care practices by poor men in the space of a day care / school located in the neighborhood of Rio Comprido- RJ. As a theoretical discussion, this research addresses under the gender perspective, the role of poor families face the social protection mechanisms, the deconstruction/reconstruction of the private sphere with the entrance of women into public space and buildings/reinventions of masculinity as a way to think critically the relationship between men and care. The analyzes were obtained from interviews that considered the professional optics face to men who care as well as the paternity exercised by them in this early childhood institution. Regarding the analysis related to female professionals were discussed issues related to the ambiguity of professional feeling, feminine aesthetic, the scapegoating of women by not care and the difficulty of gender in school approach. Compared to men were identified "styles" of male care, protective and provider vision of the discourse of men and their relation between work and care, among other topics. It is assumed that care from a gender perspective reveals its intrinsic connection with women and raises contradictions in the face of hegemonic masculinity. This way, the relationship between men and care could provide important foundations for social policies, with a view to expanding the gender debate and the need for further deepening of the relationship between men and social protection, allowing the construction of more democratic and egalitarian social policies regarding this issue.

**Key words: Mens; Masculinities; Care; Gender; Social Protection**

## SUMÁRIO:

<b>APRESENTAÇÃO</b>	6
<b>CAPÍTULO I – Desconstruindo construções sociais de gênero: cuidados, famílias e proteção social</b>	14
1.1 Rearticulando a análise crítica de gênero	14
1.2 Proteção Social: o papel das famílias pobres	18
1.3 Saídas para novas entradas	23
1.3.1 Feminismos ou femininas. A emergência dos feminismos na atualidade	27
1.4 Identidades masculinas e construção das masculinidades	30
1.4.1 Invisibilidade Masculina: a “estética” feminina no campo da política social	35
1.5 O cuidado numa dimensão ampliada	37
1.5.1 A ótica de gênero nos cuidados: a perspectiva feminista	40
1.5.2 A ótica masculina nos cuidados: visibilizando os homens	44
1.5.3 Homens e cuidados em outros campos	47
<b>CAPÍTULO II- Homens e masculinidades em foco: um olhar sobre gênero e cuidados na educação</b>	52
2.1 Conhecendo o território	53
2.1.2 Conhecendo o espaço da pesquisa	56
2.1.3 Entrando no campo	59
2.2 Olhares sobre homens e masculinidades nos cuidados: a perspectiva profissional	61
2.2.1 A presença masculina na escola: a ambiguidade do sentimento profissional	62
2.2.2 A estética feminina em confronto com o masculino	67
2.2.3 A entrada dos homens na escola: traços de uma masculinidade hegemônica e novas possibilidades	75
2.2.4 Homens cuidadores: uma opção ou uma ausência de cuidados da mulher?	77
2.2.5 A imagem da Mulher guerreira X A imagem do Homem “tradicional”	81
2.2.6 A discussão de gênero na escola: a “saída pela tangente”	84
2.3 O olhar dos homens no cuidado: a perspectiva masculina	86
2.3.1 Como os homens cuidam?	87
2.3.2 Discurso de compartilhamento X Estereótipos de gênero	91
2.3.3 O homem protetor à sombra do provedor: olhares sobre as masculinidades	96
2.3.4 A “adaptação” ao trabalho e o desinteresse na qualificação profissional: impactos nas relações de cuidados masculinos	105
2.3.5 A adoração pela escola: demandas pontuais atendidas	108
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	111
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	116
<b>APÊNDICES:</b>	
<b>APÊNDICE A</b> - Roteiro de entrevista realizada com os profissionais da Associação de Educação Infantil Florescer	
<b>APÊNDICE B</b> - Roteiro de entrevista realizada com os homens da Associação de Educação Infantil Florescer	
<b>APÊNDICE C</b> - Roteiro de observação do campo	

## APRESENTAÇÃO

Atuando por cerca de quatro anos como assistente social em uma creche/escola comunitária localizada no Bairro do Rio Comprido, município do Rio de Janeiro, (Associação de Educação Infantil Florescer) que atende cerca de 100 famílias pobres da região foi possível observar as relações de cuidados estabelecidas entre famílias pobres e as profissionais envolvidas. A partir das observações destas relações entre homens, crianças e profissionais partiu a proposta para este estudo, sobretudo porque a creche/escola comunitária acaba por assumir um papel central na esfera dos cuidados participando ativamente na vida das famílias pobres atendidas.

O cuidado não se restringe ao espaço privado porque além da família, outros dispositivos também podem oferecê-lo como, por exemplo, as instituições sociais. Entretanto, é importante destacar que o cuidado em si precisa desenvolver uma visão política de transformação (TRONTO, 2007).

Assim, nos locais onde o cuidado é o propulsor das relações familiares, a questão simbólica da mulher, seu significado e centralidade na família reforçam as críticas em relação à necessária perspectiva de gênero nas políticas sociais (CARLOTO, 2006). Para Freitas *et al* (2009) a mescla de sentimentos que pairam sobre a responsabilidade entre mulheres e cuidados, principalmente as mulheres mães, são inúmeras: angústia, sofrimento, culpa, amor, responsabilidade, vitimização, preconceitos, risos e lágrimas.

Embora a presença das mulheres pobres sempre tenha chamado atenção nos primeiros trabalhos de atuação com famílias, foi atuando como assistente social na instituição citada que a questão dos homens e das masculinidades me fez refletir sobre possíveis limites da abordagem de gênero no que tange às famílias e a proteção social.

Neste contexto, revelou-se a presença de homens cuidadores de famílias pobres, não somente no que se refere à partilha dos cuidados, mas também foi identificada a existência de homens que protagonizaram, ao menos por um determinado momento, esta esfera. Assim, este trabalho se lança no exame de tendências que observam e analisam a possibilidade masculina na esfera dos cuidados, em particular no que se refere aos homens pobres na rede de Proteção Social do bairro do Rio Comprido – RJ.

A presença desses homens e das masculinidades em um espaço que remete aos cuidados de crianças pequenas chama atenção, uma vez que é nítido o reforço concedido às mulheres em relação à responsabilidade da maternidade. Sendo assim, as políticas sociais

acabam, muitas vezes, por reforçar estes estereótipos responsabilizando, cada vez mais, as mulheres pelos cuidados, ao mesmo tempo em que desresponsabilizam e invisibilizam os homens deste âmbito (BARBOSA, 2013; CARLOTO, 2006).

Entretanto, no campo da educação, através de um estudo de caso, Maroun e Freitas (2014) apontaram a trajetória de um homem que em vários momentos de sua vida ocupou o papel de cuidador; ora na sua infância onde as dificuldades de subsistência de sua família fizeram com que ele se reafirmasse nesse papel; ora porque, já na fase adulta, a mãe de seus filhos não soube – ou não quis – cuidar. Vale destacar alguns pontos deste estudo, dentre eles, certa dificuldade das profissionais acostumadas a lidar com a figura de mulheres cuidadoras quando se deparam com uma mulher que não soube (ou não quis ou não pôde por algum motivo) cuidar. Outro ponto importante de ser ressaltado neste estudo de caso é a percepção em relação às possíveis vantagens e desvantagens do homem em relação aos cuidados. Nota-se que em determinados aspectos o homem pôde se beneficiar, como exemplo, no campo da educação, onde uma família monoparental masculina recebeu uma “solidariedade” maior da equipe técnica da creche/escola do que nos casos tão frequentes das famílias monoparentais femininas. Entretanto, em outras áreas, como a assistência ele encontrou dificuldades para ter acesso ao benefício do Programa Bolsa família, que estava em nome da mãe das crianças, e que precisava ser transferido para ele (MAROUN & FREITAS, 2014).

Evidentemente, que o caso citado tem em termos quantitativos uma ínfima representatividade em relação às mulheres cuidadoras. Entretanto, este recorte possibilita pensar na relação entre gênero e políticas sociais.

Os estudos de gênero historicamente têm uma dificuldade em inserir os homens e as masculinidades como seus objetos. Mais precisamente a partir da década de 1980, este tema começa a se consolidar nos debates acadêmicos, embora de forma pouco sistemática e sem uma discussão teórica e política mais ampla. Já na década de 1990, a produção acerca de homens e masculinidades começou a ser mais bem aprofundada focando em objetos distintos de estudos que começaram a ser construídos dentro deste campo (MEDRADO & LYRA, 2008).

Para se analisar a relação entre homens e cuidados se faz necessário pensar no debate feminista e na construção histórica e social das famílias para que se compreendam as relações estabelecidas entre as masculinidades neste âmbito. A paternidade foi exercida de maneira diferente em distintos momentos históricos da sociedade. Na família monogâmica e patriarcal o homem se torna uma figura de autoridade e poder, ao mesmo tempo em que uma rede de

significados impunha à mulher uma intrínseca relação com os cuidados na esfera doméstica (LYRA *et al*, 2003).

A construção masculina foi sendo configurada através de uma não participação dos homens no cuidado, ao contrário do que ocorreu com as mulheres. A “cultura agressiva” masculina e uma “natural invulnerabilidade” somada aos símbolos tidos socialmente masculinos como a virilidade, a força e a racionalidade, distanciaram os homens dos cuidados. Ainda hoje, assiste-se a uma dada cobrança de que o cuidado esteja presente no “universo feminino”, mesmo quando as mulheres são ainda crianças. Para Lyra *et al* (2003) quando há um incentivo às brincadeiras de bonecas em relação às meninas e de brincadeiras de rua e que exigem maior esforço físico no caso dos meninos, há uma reprodução de uma espécie de feminilização das relações de cuidados (LYRA *et al*, 2003).

Neste sentido, o debate acerca da paternidade pode ser um exemplo de abertura para a discussão sobre masculinidades. Por esta razão, se faz necessário que os diferentes momentos da paternidade – que pode estar sendo resignificada – sejam reconhecidos e inseridos<sup>1</sup> nas políticas sociais numa perspectiva igualitária de gênero. Assim, alguns espaços podem estar refletindo uma “feminilização dos cuidados” sendo mais ou menos favoráveis à presença da figura paterna ou incluindo os homens de maneira diferenciada em relação às mulheres. Para compreender mais a fundo essas questões é preciso, nos casos dos homens, que se conheça – e/ou reconheça – a vivência dos cuidados. Além disso, se faz necessário que seja analisado o olhar profissional em relação aos homens que cuidam, pois até que ponto este olhar poderá estar contribuindo para uma análise crítica ou para a reprodução de estereótipos de gênero, obscurecendo relações estabelecidas entre homens e cuidados? Neste ponto, um recorte específico poderá trazer vários elementos para se pensar política pública levantando uma dada limitação das discussões de gênero na proteção social.

Reiterar acriticamente a relação intrínseca da mulher nas relações de cuidado é tornar invisível a presença masculina nos cuidados da esfera privada e, conseqüentemente, numa perspectiva mais igualitária de gênero nas políticas sociais. A presença das mulheres no mercado de trabalho e sua ausência do lar por qualquer outra razão, uma regularidade dentre as grandes mutações do nosso tempo, podem estar redefinindo, indistintamente, lugares, responsabilidades e funções femininas e masculinas na esfera dos cuidados e, conseqüentemente, a redefinição da maternidade e da paternidade.

---

<sup>1</sup>A lei nº 13.058 de 22 de dezembro de 2014 estabelece o significado da expressão da “guarda compartilhada” no qual o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai.

Neste sentido, Barbosa (2013) aponta que no âmbito da assistência social, por exemplo, ainda existe um paradigma de famílias pobres vinculados às mulheres. Neste caso, a política estaria reforçando estereótipos de gênero na medida em que torna invisível a presença masculina no acesso aos benefícios socioassistenciais. Seguindo esta reflexão, a autora atenta para um duplo risco: além da existência de uma responsabilização feminina pelo sucesso ou fracasso das políticas vinculadas à família, há também o impacto da invisibilidade que tal processo pode ocasionar aos homens pobres.

A presença majoritariamente feminina nos espaços que remetem aos cuidados pode ser um fator que vem mascarando a presença dos homens nesses espaços. Assim, os espaços historicamente ocupados por mulheres, como as creches por exemplo, podem estar reproduzindo um padrão de práticas e representações sociais culturais tidas como femininas.

Neste sentido, Barbosa (2013) aponta que há uma constante desqualificação e culpabilização dos homens no terreno da assistência social. Isto se dá na medida em que há uma “desresponsabilização afetiva” e do cuidado por parte dos mesmos. Entretanto, a autora ressalta que embora haja um aumento de famílias monoparentais femininas o “abandono masculino inventado”<sup>2</sup> pode, em alguns casos, estar sendo “encenado” pelas mulheres. Ao mesmo tempo Medrado e Lyra (2008) apontam que conceder ao homem uma imagem de invulnerabilidade e de violência pode estar distanciando o olhar sobre os homens na arena dos cuidados.

Além disso, os homens construíram sua ética voltada para o domínio público, diferente do que ocorreu com as mulheres que tiveram na ética do cuidado o dever moral de corresponder às demandas femininas (FALEIROS, 2013). Por essa associação ao mundo feminino, o cuidado é, muitas vezes, visto como um trabalho sem qualificação.

As lutas das mulheres e o feminismo vêm contestando com conquistas importantes, mas nunca definitivas, a dominação masculina. Entretanto, neste trabalho, o que se quer levantar é a visibilidade de outras práticas, também existentes, por parte de alguns homens. É sempre importante enfatizar que refletir acerca dos homens e das masculinidades não significa que se ignoremos debates acadêmicos acerca das relações de gênero: a questão da violência doméstica, por exemplo, foi efetivamente perpetrada por muitos homens. Embora as mulheres também possam ser violentas, as estatísticas acerca da violência doméstica contra mulheres

---

<sup>2</sup> Barbosa (2013) coloca que no “abandono masculino inventado” as mulheres atendidas em um CRAS do Município de Niterói, tendem a omitir a existência de seus parceiros, pois, para a autora, a presença do homem na família poderá significar um recurso de proteção social e, assim, dificultar o acesso das mulheres aos benefícios socioassistenciais.

não deixam dúvida neste sentido<sup>3</sup>. Vale ressaltar que a violência contra a mulher compreende uma gama de agressões físicas, psicológicas, emocionais e sexuais. Entretanto, como aponta Cecchetto (2004), a violência entre os homens também é um dado alarmante que impacta a família e a sociedade.

Cabe ressaltar também que outras temáticas de gênero, que carecem de estudos mais aprofundados, tendem a ficar mais invisibilizadas no âmbito acadêmico. A heteronormatividade impõe formas de ser e estar no mundo colocando homens e mulheres em níveis hierárquicos de poder (CONNELL & MESSERSCHITZ, 2013). Paralelamente, esta normatividade obscurece a possibilidade de novas sexualidades. Como exemplo, temos os casos dos transexuais, invisibilizados nos debates acerca de gênero. Também carecem de mais estudos famílias formadas por casais homossexuais, especialmente porque seria interessante pensar este espaço de cuidados em uma família com dois homens. Ou inversamente, numa família composta por duas mulheres: o cuidado seria maior?

Neste estudo, considera-se importante apontar questões que perpassem por estas temáticas, uma vez que elas possam apresentar características que confrontem com o ideal de masculinidade hegemônica. Para Connell e Messerschitz (2013) neste ideal as relações de poder envolvidas geram níveis hierárquicos na relação dos homens com as mulheres e com outros homens. Neste sentido, as masculinidades – e as práticas interventivas – estariam presas às representações que desresponsabilizam o homem da esfera dos cuidados.

A construção de uma masculinidade hegemônica vem gerando entre homens e mulheres e entre homens e homens uma hierarquização de identidades de gênero refletidas por simbólicas relações de poder. Neste sentido, a partir da construção do masculino, Welzer-Lang (2001) irá apontar que ela se dará para além das desigualdades de poder dos homens em relação às mulheres, mas também na relação dos homens com outros homens. Esta hierarquia masculina, com seus símbolos e códigos de conduta, ocasionam a distinção do que o autor chama dos “pequenos homens” em relação aos “grandes homens”, onde o segundo exerce maior poder sobre o primeiro. Aqueles homens que correspondem aos ideais de masculinidade hegemônica ganharão o status de “grandes homens” (normalmente brancos, heterossexuais, viris e ricos) (WELZER-LANG, 2001). Nota-se, como exemplo, a posição provedora da qual muitos homens ficam responsabilizados em relação às suas famílias. E aqueles que não correspondem a este “ideal” de masculinidade? Neste trabalho, estes serão os homens a serem estudados. Pensar na relação de cuidados masculinos exercidos por homens

---

<sup>3</sup>Cf. Freitas, et al (2011), entre outros.

pobres, sendo estes aparentemente destituídos de uma relação privilegiada de poder como os “grandes homens” é refletir sobre o modelo de masculinidade hegemônica.

Este trabalho fará um caminho no campo da educação numa instituição do bairro do Rio Comprido para que se conheça (e/ou reconheça) como se dá a participação masculina nos cuidados a partir de uma creche/escola da região, o que poderá iluminar a participação dos homens no que tange o acesso às redes de proteção social. Neste espaço serão analisadas também as relações estabelecidas entre os homens e as masculinidades com as profissionais envolvidas, pois estas se tornam sujeitos de pesquisa importante para a compreensão das práticas interventivas no que se referem às relações de gênero.

Redefinir construções de masculinidades na medida em que o cuidado, historicamente, sempre se apresentou enquanto uma demanda de construção feminina é abrir a possibilidade para políticas sociais mais comprometidas com uma perspectiva real de gênero. De que homens e profissionais estamos falando? Vale ressaltar que o avanço na superação do modelo masculino nas relações de cuidado requer a discussão de políticas sociais direcionadas à transversalidade de gênero, que relaciona questões de classe, raça, etnia, orientação sexual, geração dentre outras.

Assim, essa dissertação tem como objetivo principal, investigar a construção dos cuidados vivenciados por homens pobres e o olhar profissional em relação às representações das masculinidades nos espaços de Políticas de Proteção Social do bairro do Rio Comprido – RJ, a partir de uma perspectiva relacional de gênero e tendo como lócus da pesquisa a creche/escola Associação de Educação Infantil Florescer.

Além disso, tem como objetivos específicos: analisar a construção das relações de cuidados dos homens e das masculinidades nos ambientes de atendimento às famílias pobres; identificar no âmbito da educação (creche/escola), o olhar dos profissionais perante aos homens que cuidam no bairro do Rio Comprido; e, por fim, examinar no âmbito da política social, os desafios de uma perspectiva igualitária de gênero no que concerne a visibilidade masculina na Proteção Social.

Este estudo será realizado na Associação de Educação Infantil Florescer, organização sem fins lucrativos que desde 2001 vem atendendo crianças em idade de creche e pré-escola, moradoras das comunidades do entorno do Rio Comprido. Cabe ressaltar que o bairro de atuação da pesquisa compreende uma gama diversificada de comunidades distintas estando sua população em situação de vulnerabilidade social com forte demanda de atenção à saúde, de programas de proteção social e de apoios socioeducativos destinados às famílias pobres.

Através da perspectiva masculina nos cuidados do âmbito escolar, a pesquisa partirá tanto da abordagem profissional quanto dos homens que exercem cuidados nesse espaço. Assim, a partir de um caráter qualitativo, a pesquisa utilizará, além da pesquisa bibliográfica, observação participante e entrevistas. Para Minayo (2010) a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados e um conjunto de fenômenos da realidade social. Desse modo, a análise qualitativa surge como método mais adequado por possibilitar maior apreensão dos discursos, investigando com maior riqueza de detalhes e profundidade de seu reconhecimento.

As entrevistas foram outro método de fundamental importância para a coleta de dados, tanto no que se referem aos homens atendidos quanto às profissionais envolvidas. Para Minayo (2010) a entrevista é um método muito usado no trabalho de campo que tece informações importantes do objeto de pesquisa e, sempre que possível, devem ser complementadas pelo pesquisador com informações da observação participante. As entrevistas foram do tipo semiestruturadas, que combinam perguntas fechadas e abertas sem que haja respostas condicionadas pela pesquisadora de modo que os entrevistados e entrevistadas pudessem responder a temas de interesse da pesquisa ao mesmo tempo em que pudessem também oferecer novos questionamentos a partir das respostas dos entrevistados.

No que se referem às entrevistas com os profissionais, foram 6 entrevistadas, dentre estas a diretora, a assistente social, a técnica de enfermagem, a professora e duas auxiliares de professora, todas com horário agendado de atendimento. Dentre estas, ressalta-se a importância em se entrevistar profissionais de níveis hierárquicos diferentes para uma análise mais rica das tensões e contradições do campo.

Já a aproximação com os homens se deu através da metodologia denominada “Bola de Neve”, no qual as profissionais da creche/escola (não só as entrevistadas) indicaram os homens considerados, segundo elas, mais cuidadores no âmbito escolar. Segundo Baldin e Munhoz (2011) essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, que, por sua vez, indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto. Os autores preveem que o passo subsequente às indicações dos primeiros participantes no estudo é solicitar, a esses indicados, informações acerca de outros membros da população de interesse para a pesquisa (e agora indicados por eles), para, assim, sair a campo para também recrutá-los. Evidente que este processo não impede também uma busca ativa por outros homens junto aos profissionais, por exemplo, que podem indicar outros homens que por sua vez podem indicar outros homens. Ainda para Baldin e Munhoz (2011)

uma vantagem dos métodos que utilizam cadeias de referência é que em redes sociais complexas é mais fácil um membro da população conhecer outro membro do que os pesquisadores identificarem os mesmos, o que se constitui em fator de relevância para as pesquisas que pretendem se aproximar de situações sociais específicas.

As entrevistas com os homens – totalizando um quantitativo de 11 – se deram dentro da disponibilidade dos mesmos, nos horários de saída e entrada das crianças na creche/escola, com o objetivo de analisar a perspectiva de cuidados exercidos pelos homens nestes espaços.

A observação participante se fez necessária para a complementação das análises deste estudo. Para Minayo (2010) o diário de campo é o principal instrumento de trabalho de observação o pesquisador cujo objetivo é investigar determinadas situações sociais. Para isso, se faz necessário que o pesquisador aprenda a se colocar no lugar do outro.

As entrevistas com os homens da creche/escola bem como com os profissionais envolvidos se deram de maneira que se compreendam as relações estabelecidas entre os cuidados masculinos e as políticas de proteção social.

Este estudo visa conhecer principalmente como e por que ocorrem os deslocamentos de cuidados das mulheres para os homens bem como as relações estabelecidas das masculinidades nos ambientes de atendimento às famílias pobres. É de se admitir a evidência de que as experiências masculinas de cuidados podem adquirir uma identidade própria, sobretudo no que tange às novas masculinidades substitutivas à masculinidade hegemônica, cabendo investigar suas circunstâncias específicas e o que há de mais característico nelas.

Desse modo, a análise dessa pesquisa surgiu a partir de considerações políticas, socioculturais, históricas, econômicas e simbólicas trazendo-as à tona para o seu debate e reflexão junto às questões de gênero e proteção social.

## **CAPÍTULO I**

### **Desconstruindo construções sociais de gênero: cuidados, famílias e proteção social**

A primeira parte deste capítulo abordará o conceito de gênero e a necessidade de análise crítica frente às políticas sociais. Na segunda parte, será exposta uma breve análise dos mecanismos de proteção social desenvolvidos pelas famílias pobres levando em consideração a ótica de gênero dada à importância das mulheres no espaço privado para a consolidação destes mecanismos até os dias atuais.

A terceira parte está dedicada a uma breve apresentação das saídas das mulheres do espaço privado, ao mesmo tempo em que examina as múltiplas facetas destas frente às estratégias de inserção no espaço público. Paralelamente, esta parte propõe um desafio: questiona se a luta e visibilidade política feminina possibilitaram uma desconstrução na esfera privada no que se refere às perspectivas de gênero no âmbito das políticas sociais.

A quarta parte propõe discutir as diferentes formas de construção das masculinidades e seu impacto no que se refere à questão dos cuidados e, conseqüentemente, das políticas sociais. Compreende-se que a invisibilidade masculina no campo da política social aliada à visão heteronormativa de mundo contribui para a reprodução de uma sociedade desigual no que tange à perspectiva de gênero. Nesse sentido, as masculinidades - e as práticas interventivas - ainda estariam presas as representações que desresponsabilizam o homem da esfera dos cuidados.

A quinta parte abordará a perspectiva dos cuidados para além de uma ótica humana, mas sim, através de uma dimensão política levando em consideração a ótica de gênero que inclui a perspectiva feminista, a necessidade de visibilidade dos homens nesta esfera e os cuidados masculinos em outros campos.

#### **1.1 Rearticulando a análise crítica de gênero**

Pensar em uma perspectiva de gênero no que se refere ao terreno das políticas sociais é ter em mente um longo caminho a ser percorrido. Grandes transformações da contemporaneidade no que tange às famílias, às sexualidades e às relações afetivas, influenciadas por lutas e mobilizações vitoriosas de tantos movimentos sociais, impactaram

em um enfrentamento do Estado frente a essas novas demandas, sobretudo, em relação às classes sociais mais empobrecidas. Vale ressaltar que neste trabalho serão enfatizadas as classes mais empobrecidas, embora essas reflexões não digam respeito apenas a este estrato social.

As políticas públicas sociais têm estreita relação com as famílias, sobretudo as famílias pobres. Desse modo, esta relação deve estar assentada em algo para além da questão socioeconômica, pois, a superação de condições de pobreza<sup>4</sup> está relacionada também ao reconhecimento do direito de acesso aos serviços públicos. Sendo assim, essas políticas deveriam estar intimamente ligadas às dimensões de gênero, comprometidas com a luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres e iguais oportunidades a ambos (FREITAS, *et al*, 2012).

A limitação das análises de gênero acerca da proteção social tende a reforçar paradigmas que reproduzem estigmas e inviabilizam direitos. Neste sentido, o conceito de gênero deve aprimorar, cada vez mais, sua capacidade de análise crítica, para, sob um viés “repolitizado”, vislumbrar as diferenças de poder envolvidas que ocasionam desigualdades e representam obstáculos nas lutas por igualdade. Entretanto, esta não é uma tarefa fácil e muitas lutas ainda deverão ser percorridas.

É notável nos estudos de gênero, um déficit de análises que problematizem a construção dos homens e das masculinidades na esfera dos cuidados e, conseqüentemente, nas políticas sociais, temática esta que será o foco deste estudo. Entretanto, embora não seja o tema que será aprofundado neste trabalho, vale ressaltar a pouca atenção acadêmica dada às discussões LGBTs, nas quais encontramos além das relações homoafetivas, a questão da transexualidade, muitas vezes invisibilizadas nas análises de gênero. Estas invisibilidades carecem de serem conhecidas e problematizadas mais profundamente, caso contrário, poderemos estar contribuindo para uma construção engessada do conceito de gênero. Para Saffioti (1992) o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente sofridas através dos mais distintos processos sociais. Desse modo, as pesquisas sobre masculinidades precisam estar atentas às ações e construções históricas das mulheres, ao mesmo tempo em que deve compreender a dinâmica relacional nos debates de gênero.

---

<sup>4</sup>Para Yasbek (2010) a pobreza é caracterizada pelo universo de exploração das classes subalternas e as estratégias de sobrevivência dessas classes frente às relações desiguais da sociedade quer no plano socioeconômico, político ou cultural. A caracterização da pobreza não se configura apenas na renda, mas no acesso aos bens, recursos e serviços sociais, na carência de direitos, nos riscos sociais, na violência, sofrimento, dentre outros.

Assistimos, não por acaso, às construções acadêmicas cujos papéis femininos permanecem no cerne das análises, numa associação quase que automática de gênero concedida às questões das mulheres (mas não no que se refere às mulheres lésbicas, pois essas permanecem sendo invisibilizadas). Algumas questões serão apresentadas no decorrer deste trabalho de modo que justifiquem estas análises. Porém, como aponta Lyra (2008), reflexões feministas sobre homens e masculinidades apontam um marco conceitual de gênero que, enquanto categoria de análise, tem em comum o fato de se autodefinirem a partir de uma perspectiva feminista crítica. O diálogo com produções acadêmicas que adotem este conceito de gênero é o mote para uma construção feminista que, a partir de uma nova leitura, possibilita a abertura a temáticas relevantes, muitas vezes, invisibilizadas nesse âmbito. (LYRA, 2008)

Refletindo acerca de gênero numa dimensão relacional, Scott (1995) aponta que uma vez que o termo está ligado às construções sociais do papel de homens e mulheres que influenciam relações de poder, gênero tem o papel de utilidade analítica, na medida em que questiona as formas culturais refletidas nas diferenças entre os corpos sexualizados e na forma como essas diferenças se dão nas relações hierárquicas entre homens e mulheres. Segundo a autora, o princípio da masculinidade baseia-se na vigilância e repressão do exercício de práticas femininas por parte dos homens. Há uma incômoda tendência em resumir a dimensão principal de gênero ao antagonismo social e subjetivamente produzido de homens e mulheres. Nessa orientação, o processo de construção do sujeito de gênero é sempre previsível, uma vez que universaliza a relação entre o masculino e o feminino. Assim, gênero enquanto categoria de análise possibilita um aprofundamento nos sentidos construídos do conceito, transformando em perguntas o que antes era dado como categoria fixa (SCOTT, 1995).

Neste sentido, os estudos de gênero devem estar comprometidos nas diferentes formas de relações de poder, assegurando uma visão de igualdade política e social que inclua não só o sexo, mas também questões relacionadas à classe, à sexualidade e à raça.

Ao pensar na construção dos papéis de gênero tendo como ponto de partida a diferença anatômica entre o macho e a fêmea, nos deparamos com uma clara personificação dos órgãos genitais. Naturalizamos as diferenças entre homem e mulher quando explicamos socialmente o masculino e o feminino através da imposição propriamente biológica. A natureza com que se identificam as concepções de gênero atribuiu características próprias de masculinidade e feminilidade. Expressões e caricaturas deixam transparecer que o gênero masculino é

concebido por algo que se define pela presença e plenitude. Neste sentido, a virilidade é algo que aparece como um valioso dote. Já no feminino as imagens refletem significados de incompletude e de armadilha simbólica. O homem evoca, sobretudo no campo semântico, características por ser, ativo, forte e viril, já a mulher representaria a passividade, a fragilidade e a contradição (MUNIZ, 1992).

Seguindo esta discussão, Butler (2003) discute a dicotomia entre sexo X gênero. Para a autora, gênero não pode representar um conjunto de significados culturais derivados de um corpo, mas sim, um conjunto de significados instituídos através da repetição de normas que fazem com que a pessoa esteja inserida ou não, culturalmente, conforme a aparência de seu corpo. Uma espécie de “performance” onde o gênero representa significados já estabelecidos socialmente, e, com isso, produz sua legitimação. Para isso, Butler (2003) aponta que a construção de gênero está sempre em processo, se transformando, se reinventando, mas nunca estará encerrada (BUTLER, 2003). Não por acaso, a autora se tornou uma importante referência nos estudos de travestis e transexuais, afinal estes “chacoalham” a ordem heterossexual estabelecida através dos corpos.

Como aponta Bourdieu (1999) a dominação masculina pode ser observada a partir de uma perspectiva simbólica, sendo mascaradas e infiltradas em nosso pensamento e na percepção de mundo. O autor tratará por violência simbólica aquilo que impõe como legítimas e naturais significações determinadas por relações de poder.

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos habitus e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. Assim, a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, que se pode dizer ser, ao mesmo tempo e sem contradição, espontânea e extorquida, só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõe (BOURDIEU, 1999 p. 49-50).

Para Azevedo (2003), o imaginário, como um sistema simbólico presente na coletividade, define e distribui papéis e posições sociais, exprimindo valores e crenças comuns. Temos assim, o contorno de uma identidade. As identidades podem ser móveis, segundo o contexto, conformando a dinâmica de construção social e simbólica, de práticas e de representações sociais.

Para Martins (1997) o gênero é uma forma de problematizar, de compreender determinadas relações de poder. Se o gênero está na origem dos processos de significação e

de legitimação do poder isso significa que ele não atua independente de outras categorias sociais. Gênero serve como categoria analítica por ser uma forma de explicar a organização das desigualdades. Gênero e classe são fenômenos históricos e que se definem por meio das relações sociais. Ambos podem expressar relações de poder mais também de complementaridade e reciprocidade (MARTINS, 1997).

A partir dos estudos de gênero, este trabalho partirá da discussão acerca da construção feminista de gênero, como forma de repensar os estudos sobre homens e masculinidades (LYRA, 2008), uma vez que se entende que estes objetos de análises devem ser pensados a partir de uma perspectiva feminista.

No próximo item serão abordadas algumas considerações do terreno da Proteção social para compreendermos as estratégias utilizadas pelas famílias pobres e a importância destas para a consolidação de tais mecanismos.

## **1.2 Proteção Social: o papel das famílias pobres**

No início da explanação deste trabalho se falou a respeito de famílias pobres e de proteção social. Com o objetivo de compreendermos melhor a definição de proteção social e o papel que as famílias, em especial as pobres, desempenham dentro dela, este item será dedicado a uma breve análise da complexidade do termo e os contextos em que as famílias foram e são inseridas. A explanação acerca da proteção social se faz necessária para compreendermos a importância das mulheres ao longo da história no que se refere aos mecanismos de proteção social. Ao final, retornaremos à ótica de gênero para darmos prosseguimento ao item seguinte: a entrada da mulher no espaço público.

As famílias em situação de vulnerabilidade social se utilizam de mecanismos de proteção social como estratégia de superação das adversidades. Estas famílias podem criar uma interação entre mecanismos públicos (as políticas sociais) e privados (família, vizinhança, redes sociais, filantropia) desempenhando um papel importante neste processo. Para Pereira (2006) as famílias estão atuando para o Estado como uma espécie de estratégia privada no combate à pobreza. Isto é nítido, como exemplo, nos programas de transferência de renda (um dos principais mecanismos públicos de enfrentamento da miséria) que tem na família seu eixo central.

Para Pereira (2006) os mecanismos tecidos de proteção social foram um meio de provisão social fundamental para o desenvolvimento do sistema capitalista. Historicamente,

estes mecanismos tiveram suas configurações de acordo com a época e na contemporaneidade ele se reformula, criando novas estratégias de proteção. Para a autora com a crise dos estados de Bem-Estar Social, já no final do século XX, a família vem sendo “redescoberta” como um importante mecanismo privado do Estado na provisão de bens e serviços. Neste caso, vale ressaltar a importância das mulheres, inerentes ao espaço doméstico e, historicamente, ausentes do domínio público, cujo papel de atuação nas famílias teve importância essencial no que tange a esfera da proteção social.

Não é difícil imaginar o porquê de a proteção social ter estreita relação com as famílias. Sposati (2009) aponta que o significado que a palavra proteção tem em si, como amparo, apoio, abrigo, auxílio, dentre outros, nos remete a necessidade em se pensar a proteção social através de um caráter preventivo. Isto porque, historicamente, a ideia de proteção foi construída em decorrência da “desproteção”, o que acaba por assumir um caráter emergencial. Assim, a autora alerta para a importância em superar esta concepção de proteção de modo que ela possa atuar preventivamente, agindo de forma mais proativa na realidade social (SPOSATI, 2009).

Vianna (1989) sugere que ainda são raros os estudos que apontam para um padrão de proteção social brasileiro. Para além disso, o próprio conceito de proteção social parece não caminhar junto no que se refere às questões relacionadas às políticas sociais. Costa (1995) apontará que, no que diz respeito à produção sobre proteção social, entre 1970 e 1980, há uma falta de precisão dos intelectuais por se tratar de uma temática pouco clara entre os estudiosos que trabalham neste campo. É possível dizer que esta indefinição conceitual permanece ainda nos dias de hoje.

Alguns autores irão analisar a relação de proteção social ao seu processo de institucionalização, desconsiderando práticas de proteção informais, historicamente produzidas nas relações de proximidades; família, comunidade. Como exemplo desses autores, Arretche (1995) irá apontar que os serviços sociais emergem para dar respostas às dificuldades individuais, visando garantir a sobrevivência das sociedades. Para a autora, as medidas de proteção aos pobres foram deixando de ser tratadas sem distinção, para dar lugar a políticas de atenção progressiva à heterogeneidade da pobreza. Outro autor que segue essa tendência, Pochmann (2004), analisa que as economias capitalistas desenvolvidas construíram ao longo do século XX avanços no sistema de proteção social. Este avanço fez parte das economias que constituem o centro do capitalismo mundial criando experiências e avanços em termos de proteção social. Para isso, o Estado teve o papel intenso no processo de

expansão econômica e de êxito frente às desigualdades geradas pelo capitalismo. Já onde o Estado se desenvolveu com menor expressão houve variações no grau de proteção social (POCHMANN, 2004). Dessa forma, ficam notáveis que os sistemas de proteção social de maior ênfase são aqueles em que o Estado tem forte presença em sua configuração.

Entretanto, alguns autores irão redefinir os sistemas de proteção social não somente como sistemas, mas como práticas vivenciadas em diversas épocas e sociedades. Costa (1995) irá apontar que para se pensar em proteção social é preciso refleti-la enquanto uma “regularidade histórica de longa duração”. Isso significa pensar o termo não como uma invenção do capitalismo, (neste caso um “tipo de protecionismo”), mas na proteção social apresentada nos diversos grupos humanos, cada qual com sua especificidade cultural, seja para a garantia da sobrevivência, da autonomia ou até mesmo do cuidado para com o grupo. Neste sentido, amplia-se o termo para além dos “sistemas” propriamente ditos, pois a autora abre caminhos para a possibilidade de existência de práticas de proteção existentes nos mais diversos grupos ao longo da história. A autora irá apontar que, no que tange o papel da família, esses mecanismos de proteção ainda persistem na atualidade, pois as famílias pobres sempre precisaram construir estratégias de proteção para além daquelas já instituídas (COSTA, 1995).

Neste sentido, Castel (1998) também irá propor que a proteção social não é um sistema novo, pois assumiu formas e particularidades na historicidade. Para o autor, a proteção social pode ser baseada numa “sociabilidade primária”, cujo sistema de regras e os vínculos estabelecidos ligam os indivíduos de um determinado grupo “sem mediação de instituições específicas”. Entretanto, na medida em que as sociedades vão se tornando mais complexas, através do desenvolvimento industrial e da urbanização, esses vínculos e essas regras tendem a se enfraquecer, sendo necessárias novas estratégias de proteção aos necessitados. Será a partir daí que, para Castel (1998), surge a “sociabilidade secundária”, na qual o Estado cria uma distância entre os “grupos de pertencimento” que não tem mais condições de garantir mecanismos protetores. Isto não significa que uma exclui a outra. Os dois podem caminhar concomitantemente, caso contrário não assistiríamos à valorização dada à família nas políticas sociais dos dias de hoje.

Para Mesquita (2012) quando o Estado institucionaliza a proteção social as estruturas informais já construídas pela família, vizinhança ou comunidade não deixam de ter importância na vida dos indivíduos. Ao contrário, é possível dizer que nas sociedades capitalistas a família se tornou o núcleo privatizado de proteção social. Sendo assim,

reconhecer a articulação entre a esfera pública e privada de proteção social é tornar visível o papel das famílias e, mais do que isso, o trabalho feminino doméstico, tão escondido na história (MESQUITA, 2012).

O desenvolvimento da sociedade capitalista e a consequente questão social articularam modernos mecanismos de proteção social como resposta do Estado às situações de riscos sociais. Segundo Pochmann (2004), as economias capitalistas desenvolveram avanços em termos de proteção social fazendo com que o Estado tivesse participação diante da tensão gerada entre expansão econômica e as desigualdades geradas pelo capital. Neste sentido, as famílias pobres foram os principais alvos de intervenção estatal.

No Brasil, historicamente, a questão social foi tratada como caridade e prestação de favor, ao invés de ser a promoção de um direito social. Os primeiros “implementadores” das ações assistenciais foram, de fato, as entidades filantrópicas, o que facilitou a presença de clientelismo, corrupção e ineficiência, além da sobreposição de ações, falta de planejamento e articulação das intervenções, sem critérios claros dos serviços a serem prestados e nenhuma avaliação de suas ações. Apesar dos conflitos existentes, o Brasil tem se esforçado para transformar os modelos conservadores com o qual vinham tratando a questão social, o que nos resta saber é até onde esses avanços podem chegar.

A Constituição de 1988 instituiu a Seguridade Social consolidando-se através das áreas de saúde, previdência social e assistência social que previa a universalização do acesso. No entanto, apesar da orientação universalista, tal Constituição manteve critérios de acesso para a previdência social e assistência social. Enquanto a saúde detém caráter universal, a previdência restringe-se aos assegurados e a assistência social a de quem dela necessitar.

A institucionalização desse modelo orientado pela Constituição tem sido bastante conflituosa. Nota-se uma espécie de hierarquia da Seguridade Social, pois enquanto a previdência já contava com um alto padrão de institucionalização e a saúde, através da luta dos trabalhadores, conseguiu a implementação do sistema único e descentralizado de saúde, a assistência social manteve um serviço sem força política e cujo cunho político fora inconclusivo.

Ao longo da década de 1990, no entanto, a assistência social não acompanhou o ritmo da consolidação institucional percebida nas outras políticas sociais, notadamente na saúde. O arcabouço legal da política é instituído em 1993, pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – Lei n. 8 742/1993). No entanto, a assistência social é a mais recente construção

política na área social. Esta vem crescendo e se configurando com a formulação de inúmeros programas sociais.

Para Pereira (2006) a constituição se viu imersa às contradições do Estado na área social. Nos anos 1990, o Brasil estava inserido sob a lógica neoliberal vivenciava um quadro social e econômico que impactou em inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade social diante do acesso precário aos mecanismos de proteção social. Neste cenário, a visão neoliberal defendia que o Estado não dava conta de atender sozinho às demandas sociais e que a família deveria “partilhar” com o Estado responsabilidades antes dadas ao poder público. Neste ponto, a família retorna como um mecanismo privado de proteção social e atua em um novo papel: o de promotora dos mecanismos de bem-estar social.

Reconhecer o papel da família no que tange a proteção social é resgatar também a importância da ótica de gênero. Segundo Costa (2002) as múltiplas práticas de proteção social da esfera privada, a carga das mulheres, ficam ocultas no que tange à proteção social. A dicotomia entre a esfera pública e a privada torna estas práticas naturais do mundo feminino e os estudos teóricos sobre as práticas protecionistas ficam restritas à política e aos serviços sociais. As análises sobre o sistema de proteção social priorizam as relações entre sociedade civil e Estado “apartados dos estudos de gênero”. Sob essa ótica, o campo da proteção social fica obscurecido (COSTA, 2002).

A esfera pública é dissociada da esfera privada, separando o mundo da cultura e da política, esta tida, historicamente, como campo masculino. Assim, as práticas de proteção historicamente exercidas pelas mulheres ficam ocultas, na medida em que o espaço doméstico é considerado como naturalmente feminino e, portanto, despolitizado. Essas esferas separadas escondem conexões entre a história das mulheres e a política e acoberta os significados políticos das relações de gênero. O mundo político não deve abstrair o privado, pois sob essa perspectiva “o pessoal é político” (COSTA, 2002).

Vázquez (2012) esclarece que, ao longo do século XX, mesmo diante das ondas feministas e das lutas por igualdade no Brasil, o papel das mulheres como mães será reafirmado, mantidas suas funções dentro do lar. Mas uma nova redefinição do que a “natureza concedeu às mulheres” também incluiria um maior espaço de ação feminina. Ainda, segundo a autora, ao mudar seu espaço de ação, deslocando-se para o espaço público, as mulheres estão agindo sobre o território anteriormente exclusivo dos homens. Neste sentido, os homens terão que se reposicionar e criar novas estratégias de expressão, em novos espaços antes considerados de domínio das mulheres.

Se a distinção histórica entre público e privado privilegiou os homens no que tange o domínio público, a mulher traria uma dada experiência decorrente da condição “natural” de mãe, o que se apoiaria na naturalização dos cuidados e prática social da maternidade, reafirmando responsabilidades baseadas numa natural relação mãe-criança, tão centrais para a vida em comum (VARIKAS, 1996).

Neste ponto, é importante tocar no tema família. Isto porque, segundo Freitas *et al* (2012) esta temática significa pensar, igualmente, no papel que as mulheres desempenham dentro dela, principalmente nas camadas mais empobrecidas, nas quais permanecem como principais responsáveis pelo cuidado, proteção e educação do grupo familiar. Entretanto, quem atua com famílias deve estar atento às suas transformações dando luz, sobretudo, a sua íntima relação com a questão de gênero para um real enfrentamento da pobreza, caso contrário poderemos estar contribuindo para uma discussão limitada do tema no que se refere à proteção social.

Assim, para Sarti (2004), romper com os modelos internalizados e compreender os discursos das próprias famílias sobre si é o grande desafio nesse campo. Seguindo esta perspectiva Freitas *et al* (2012) apontam que um julgamento moral nunca está completamente distante do nosso dia a dia, e, por isso, trabalhar com famílias é compreender a necessidade de maiores investigações e constantes atualizações sobre o tema, de modo a construir políticas e práticas comprometidas com as reais demandas dos usuários envolvidos. A relação entre os mecanismos de proteção social e família faz-se ainda mais necessária à medida que a matricialidade sócio familiar nas políticas sociais faz retornar ao centro do debate a discussão sobre a família (FREITAS *et al*, 2012).

Para compreendermos melhor a intrínseca relação das mulheres com o espaço privado partiremos para a discussão das mulheres e sua inserção no espaço público.

### **1.3. Saídas para novas entradas**

Michelle Perrot, em seu texto intitulado “Sair” de 1999, resgata um novo olhar para a filantropia, entendendo esta enquanto um espaço onde as mulheres vivenciaram um laboratório de experiências. A caridade há muito tempo levava as mulheres para fora do lar como um meio de extensão das tarefas domésticas: um “trabalho de amor” no qual elas não deveriam esperar nada em troca. As mulheres adquiriram, assim, um saber social apoiadas por

uma elite preocupada com a moralização e higienização da sociedade. Dessa forma, os pobres poderiam ser enquadrados e acompanhados para mudar os hábitos e poderem reconstituir famílias “arruinadas”. Esperava-se da beneficência das mulheres um meio para a conquista da paz social. E que, contraditoriamente, possibilitou também a vivência de novas relações e aprendizados.

Na trajetória de vida de Pérola Byington (MOTT, 2003) por exemplo, percebemos nitidamente como a filantropia alçou voos na medida em que focou a participação de mulheres em entidades filantrópicas e o papel que estas entidades tiveram na vida dos pobres. Na medida em que este é um tema pouco explorado, além de ser reconhecido como uma arena de luta política das mulheres, sobretudo pela historiografia brasileira, observa-se, na biografia de Pérola, que a filantropia pode ser pensada, para muitas mulheres, como uma forma de exercer a cidadania (MOTT, 2003) e escapar aos limites impostos pelo gênero e relações familiares.

A filantropia desencadeia uma busca contínua por recursos, serviços e procura do público, o que obriga uma peregrinação constante junto ao poder público, a iniciativa privada e a sociedade em geral. Por outro lado, há o trabalho administrativo, a organização e o planejamento dos serviços sociais, a participação em eventos políticos, culturais e institucionais, a produção de trabalhos e, ainda, o debate acerca de diversas problemáticas. É preciso construir, equipar e manter qualquer “processo filantrópico”. O compromisso advindo da filantropia foi durante muitos anos, como no caso de Pérola Byington (e muitas outras mulheres anônimas), o alibi para que muitas mulheres tivessem acesso à esfera pública (MOTT, 2003). Neste sentido o voluntariado pôde ser a “saída” para a luta de muitas mulheres e a “entrada” na busca por cidadania.

A filantropia, tida como competência das mulheres, possui um novo efeito: a consciência de gênero e uma matriz de consciência feminista. Um “cadinho de identidade” imposto por limites políticos e sociais, público e privado, religioso e moral. Esta consciência de gênero gerou choques na medida em que houve hierarquias sociais. O conflito existente entre as próprias mulheres evidencia relações de poder (PERROT, 1999).

Neste sentido, pensar na entrada das mulheres na esfera pública, mesmo que envoltas pelo ideário feminino que caracterizou a filantropia, não deixa de ser uma forma de luta e visibilidade das mulheres na busca por cidadania. Se em muitos estudos, a filantropia é “deixada de lado” nas abordagens históricas, possivelmente, por ela não ser vista como ações políticas efetivas, no que se refere à esfera social e a história das mulheres, podemos dizer que

este foi um espaço de saída das mulheres para a formação de novas identidades femininas e um “pontapé” inicial para uma consciência de gênero. A filantropia tida com um espaço, historicamente, construído por mulheres tende a dificultar a inserção de homens nestes espaços.

É possível destacar a incursão dessas mulheres no mundo público, a partir da reinvenção dos significados históricos da maternidade. Para Freitas *et al* (2009) “Mães em Luta” transformou-se em um tema de visibilidade pública e que aparece “sob a capa da universidade do amor materno”. O destaque no mundo público se dá a partir de seu lugar “privado” de mãe. Vale ressaltar, que embora as mulheres estivessem sempre nas ruas lutando essa imagem nunca foi enfatizada como modelo de construção do feminino (FREITAS *et al*, 2009)

Por outro lado, nos deparamos com as mães que abandonam seus filhos. A imagem propagada pela mídia acaba por reafirmar que estas não correspondem ao “mito do amor materno” construído culturalmente e impostos às mulheres. Dessa forma, elas se tornam as mães más sendo duramente cobradas e discriminadas pela sociedade. Cabe ressaltar que nos casos de abandono de bebês, dificilmente é questionada a presença do pai da criança, como se este fossem invisíveis no que tange o papel da responsabilidade para com os filhos (FREITAS *et al*, 2009).

Enquanto a deserção paterna é, muitas vezes ignorada e naturalizada, a materna é discriminatória e cruel com as mulheres, sugerindo uma feminilização da responsabilidade e um estereótipo de um “ser mulher”, indissociável da condição materna.

Para Swain (2001) o papel social definido do masculino e do feminino esculpe e constrói corpos biológicos moldando-os à cultura ocidental. As representações sociais dos sexos instituem valores e seguem normas que definem o modo de percepção do mundo. A televisão, as novelas, os romances, as revistas em quadrinhos, as revistas em geral, os jornais, a internet, etc., em seu espaço de recepção e interação, veiculam representações sobre as mulheres, os homens e a sociedade, concebendo formas de como ser homem e de como ser mulher.

As representações das mulheres vêm sendo “diabolizadas” ou santificadas, e essas expressões compõem a noção de uma natureza sexuada, selvagem, rebelde, má, cuja domesticação resultaria na imagem da “boa”, da “verdadeira” mulher. Por outro lado, há aquela imagem da mulher má, que não corresponde aos padrões do ideário feminino. As imagens reproduzidas ainda são, em relação ao feminino, o mundo do sentimento, da intuição,

da domesticidade, da inaptidão, do particular. Ao masculino cabe a racionalidade, a praticidade, a gerência do universo e do universal. A sedução, a família, o casamento, a maternidade e as futilidades são características ainda veiculadas ao “mundo” das mulheres (SWAIN, 2001).

Swain (2001) argumenta que a ausência, nas revistas femininas, de debates políticos, de assuntos econômico-financeiros, de estratégias e objetivos sociais, de questões jurídicas e opinativas é extremamente expressiva quanto à participação e a capacidade de discussão e criação, ao próprio nível intelectual, das mulheres que as compram. O feminino aparece reduzido à expressão de consumidoras, fazendo funcionar poderosos setores industriais ligados às suas características "naturais": aquelas relacionadas ao doméstico (eletrodomésticos, produtos de limpeza, móveis), a sedução (moda, cosméticos, o mercado do sexo, do romance, do amor) e reprodução (produtos para maternidade/crianças em todos os registros e da vestimenta/alimentação aos brinquedos). A questão do corpo (belo) é central, e de como a mulher deve se comportar sexualmente para agradar o parceiro (homem) (SWAIN, 2001).

Para a autora, a mídia, em tempos de globalização, pretende a homogeneização da condição feminina e a recuperação da imagem da "verdadeira mulher" feita para o amor, à maternidade, à sedução e à complementação do homem. Neste sentido, o feminismo tem que se desdobrar em teorias e estratégias plurais frente à multiplicidade material que vem sendo condicionada a representação do feminino. O feminismo é desqualificado pela afirmação do feminino (SWAIN, 2001). Indo mais além, uma mulher feminista não poderia representar características tidas como femininas, afinal o corpo feminino é útil e dócil e funciona no jogo das imagens e das linguagens devendo ser reconhecidas pelo mundo masculino. A reinvenção de "verdadeiras mulheres" deve corresponder a esses valores. O feminismo é mais do que necessário em uma época em que o feminino é travestido em instrumentos de práticas hierarquizadas nas relações sociais de sexo.

Ao mesmo tempo, as revistas voltadas para os homens transmitem um modelo de masculinidade predominante que reflete a imagem de uma masculinidade ideal cuja visão do homem saudável e bem-sucedido está na necessidade de ser viril, competitivo, “bom de cama”, independente e controlador de seu mundo, moldando o leitor a uma norma aceita de masculinidade hegemônica. Entretanto, as masculinidades dos homens que não se encaixam nos tipos físicos propagandeados pelas revistas contribuem para uma diferenciação de outros arranjos de masculinidades (SEIXAS, 2012).

Falaremos no próximo item da importância dos movimentos feministas para a consolidação da mulher no espaço público, ao mesmo tempo em que será apontada criticamente a necessidade de se refletir sobre a desconstrução/reinvenção da esfera privada.

### **1.3.1 Feminismos ou femininas. A emergência dos feminismos na atualidade**

O movimento feminista nasceu das lutas coletivas das mulheres contra o sexismo, as condições de aversão e inferiorização do feminino, as práticas de subordinação das mulheres e da desconstrução da estrutura patriarcal, impactando também nas relações de classes. Os feminismos enquanto movimentos que desafiaram a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público apresentavam propostas revolucionárias e emancipatórias. Nessas lutas, as mulheres construíram, sobre várias faces, direito à dignidade, direito de votar e de serem eleitas, direito à educação e ao trabalho, direito de participar do poder de espaços de direito e de decisão, direito ao seu corpo, direito a viver livre de violências, direito de viver em igualdade de condições com os homens (BANDEIRA & MELO, 2010).

Até os anos de 1970, obtida a cidadania pelo direito ao voto, alguns segmentos feministas se voltaram para o mercado de trabalho e para o ingresso em universidades. No entanto, mesmo com a conquista do voto e do direito político, a participação da mulher na política permaneceu muito tímida. As mulheres continuavam vivendo em uma posição inferior na sociedade brasileira e o feminismo, nessa época, parecia andar em “marcha lenta” (PINTO, 2003).

Anteriormente à década acima citada, temos exemplos de mulheres que realizaram movimentos organizados para, a partir da própria condição de donas de casa, esposas e mães, intervirem no mundo público. As mulheres lutavam por melhorias nos postos de saúde, nas escolas, nas creches e nos serviços públicos em geral. Porém, esses movimentos não podem ser considerados feministas em sua formação na medida em que não lutavam pela mudança dos papéis atribuídos as mulheres perante a sociedade, embora haja relatos de aproximação do movimento de mulheres com o movimento feminista na medida em que se passava a problematizar a condição da mulher (PINTO, 2003).

O feminismo brasileiro chegou ao fim da década de 1980 com outra face. No que tange à avaliação do movimento, podemos observar que houve um avanço na capacidade de se infiltrar no aparato estatal avançando, principalmente, nas discussões sobre violência e

saúde. Já a capacidade de aumentar o número de militantes e promover uma ampla discussão no país sobre as relações de gênero e a capacidade de ocupar espaços na agenda política partidária, o movimento não saiu tão fortalecido.

Nos anos 1990, o movimento feminista ampliou sua agenda de ação criando condições para que o fosse incorporado nos discursos públicos. Organizaram-se vários grupos políticos espalhados pelo Brasil, cujas reivindicações giravam em torno de agendas gerais e específicas, tais como de saúde da mulher e de combate à violência doméstica, com a inclusão de mulheres negras, indígenas, trabalhadoras rurais e lésbicas (PINTO, 2003).

A elevação da participação feminina no mercado de trabalho foi uma significativa mudança na trajetória das mulheres, mas ainda permanecem nos espaços públicos discriminações e desigualdades. No cenário internacional, o Brasil é um dos países com mais baixo desempenho quanto à presença de mulheres no parlamento. No que tange a questão da violência contra a mulher, podemos destacar elevados percentuais de violência doméstica no país. Ressalta-se a aprovação da Lei Maria da Penha como uma das formas de combater a violência contra a mulher. É importante ressaltarmos também o trabalho doméstico, ainda a principal ocupação das mulheres. Este tipo de atividade e a precariedade das relações de trabalho que se caracteriza dele é uma das marcas de discriminação que atinge o público feminino. O emprego doméstico remunerado é majoritariamente ocupado por mulheres negras, dedicadas aos afazeres domésticos e aos cuidados de pessoas (PINTO, 2003).

Entretanto, o movimento feminista se organizou de forma fragmentada, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas. Podemos dizer que no caso brasileiro, é notável o surgimento de tendências que expressaram o movimento feminista do país (PINTO, 2003). É preciso que se reconheçam melhor as dinâmicas de luta das mulheres levando em consideração questões relacionadas à classe social e a orientação sexual.

No Brasil, o movimento feminista não se apresentava, necessariamente, como um espaço acolhedor no que tange questões relacionadas à raça e a orientação sexual, por exemplo. Para Santos e Gois (2007) os movimentos feministas brasileiros estiveram atrelados de maneira eurocentrista e universalizante, gerando uma enorme dificuldade em reconhecer, no que tange ao universo feminino, questões ligadas à classe social, raça e orientação sexual. Daí, não é estranho reconhecer que mulheres lésbicas e negras, por exemplo, obtiveram dificuldades em serem reconhecidas e incluídas, com suas demandas específicas, na agenda dos movimentos feministas. Por muito tempo, mantiveram-se sozinhas na medida em que lutavam para afirmar que tinham uma realidade distinta e que sofriam discriminações e

preconceitos diferentes das mulheres brancas. Santos e Gois (2007) ressaltam que na contemporaneidade, encontramos dificuldades de aceitação que ainda não foram superadas em diversos espaços, embora seja inegável a existência de avanços. A resistência do movimento feminista (branco), de organizações da sociedade civil e do próprio movimento negro no reconhecimento das demandas de lésbicas negras, é importante para que se conheça de maneira mais aprofundada a luta das mulheres no Brasil levando em consideração o aspecto relacional de gênero (SANTOS & GOIS, 2007).

As mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados (ou confinados) para alargar a sua influência até o poder (PERROT, 1999). E para a possibilidade deste “alargamento” a importância da experiência teve, para as mulheres, papel fundamental. Entretanto, é preciso que se problematize a questão da mulher – e dos homens. O feminino estereotipado impede uma desconstrução dos papéis das mulheres (e dos homens) e infere características que não necessariamente correspondem à realidade. Neste sentido, os movimentos feministas precisam se reposicionar criticamente frente a um reposicionamento do conceito de gênero numa perspectiva relacional, caso contrário, poderão se tornar incapazes de abranger as reais demandas das mulheres, colocando-as todas no mesmo “barco”. E até incluir homens. Porque não basta ser mulher para ser feminista, os homens também podem ser.

O alcance das mudanças produzidas pelo feminismo graças a sua multiplicidade tática e estratégica diante da realidade impactou profundas transformações e vários autores apontam para o potencial revolucionário inscrito no projeto feminista, como Castel (1998), Baumam (1998) Hall (2000), etc. No entanto, toda a construção dos movimentos feministas e as conquistas advindas das lutas do movimento nos fazem indagar uma questão: que caminhos o feminismo deve tomar na contemporaneidade?

As múltiplas facetas femininas frente as suas construções no espaço público remetem a um desafio que ainda precisa ser refletido: há desconstruções de papéis de gênero na esfera privada no que tange às famílias pobres? A centralidade na família como foco das políticas sociais parece estar se configurando com foco na mulher-mãe (CARLOTO, 2006). A estética feminina das políticas sociais pode estar colaborando para a invisibilidade masculina no campo da proteção social (BARBOSA, 2013) e, mais do que isso, provocando a desresponsabilização dos homens na esfera dos cuidados.

#### **1.4 Identidades masculinas e construção das masculinidades**

Seja homem. Estas duas palavras representam significados que vão além do um sentido imperativo. Elas representam uma construção social e histórica de relações de poder. A masculinidade não é um mero dado cultural. Honório (2009) irá descrever que ela é um valor social, um ideal a ser conquistado, um objetivo a ser atingido, um caminho a ser percorrido. Uma construção diária que requer sacrifícios, deveres, provações, sofrimento. O conjunto de valores que os homens conhecem como modelo central de masculinidade legitima formas de dominação e traz a necessidade de análises mais aprofundadas sobre as relações de gênero.

Para Conell e Messerschmidt (2013) uma das críticas aos conceitos de masculinidades está na dicotomia entre homens e mulheres. Há uma tendência nestes estudos em focar sob o olhar exclusivo dos homens e sob as relações entre os homens, desconsiderando questões relacionadas às mulheres. Ao dicotomizar as diferenças entre homens e mulheres como se estas últimas não fossem uma parte importante de serem analisadas, a abordagem relacional de gênero perde o sentido e os conceitos de masculinidades tendem a ficar em posição estática (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013). Assim, não se deve negar a perspectiva relacional de gênero, sobretudo, porque os padrões de masculinidade – e feminilidade – são socialmente definidos.

Ao longo dos anos 1970, houve uma explosão dos escritos sobre o papel masculino que criticava o papel opressivo dos homens. O poder e a diferença foram conceitos primordiais utilizados pelo movimento gay, criando ao mesmo tempo uma análise sofisticada da opressão do homem e da opressão pelo homem. Assim, podemos dizer que a ideia de uma hierarquia das masculinidades cresceu a partir das experiências dos homens homossexuais gerada pela violência e preconceitos dos homens heterossexuais. O conceito de homofobia originou-se em resposta ao papel masculino convencional. A masculinidade hegemônica se distinguiu das masculinidades subordinadas não por uma questão estatística, em que uma minoria dos homens talvez a adote, mas por uma questão certamente normativa, no qual se incorporavam formas “honradas” de ser homem e exigências nas quais os homens se posicionam para que seja legitimada a dominação dos homens sobre as mulheres (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013).

A visão heteronormativa do mundo, no qual a relação sexual considerada normal e natural está limitada na relação entre homens e mulheres, determina que as outras sexualidades sejam definidas, no máximo, como sexualidades diferentes. Esta pseudo natureza superior dos homens que remete à dominação masculina cria uma barreira não somente nas relações dos homens com as mulheres, mas também na relação dos homens entre si (WELZER-LANG, 2001).

Na medida em que alguns homens começaram a se aproximar das teorias e práticas feministas, a questão de classe social começou a se expressar no que tange às masculinidades. Concomitantemente, as mulheres negras também criticavam os movimentos que se baseavam apenas na diferença entre os sexos. Desse modo, preparava-se o terreno para o questionamento de categorias universalizantes quanto à categoria homem (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013)– e também da categoria mulher. Assim, as análises de gênero devem necessariamente estar articuladas com temáticas como as de classes sociais, de etnia, de raça, de geração, de orientação sexual numa perspectiva relacional. A interseccionalidade aparece como uma dimensão fundamental para a utilização desse conceito.

Nessa perspectiva, Welzer-Lang (2001) irá propor que a homofobia engessa as fronteiras de gênero na medida em que o paradigma naturalista da dominação masculina divide homens e mulheres em grupos hierárquicos, dando privilégio aos homens à custa das mulheres. E em relação aos homens que não reproduzem essa divisão, como no caso dos homossexuais que possuem características associadas ao mundo feminino, a dominação masculina produz homofobia para que através de ameaças, os homens se “enquadrem” nos esquemas ditos “normais” da virilidade. Para Connell e Messerschmidt (2013), homens heterossexuais que se beneficiam dos privilégios do patriarcado tendem a adotar uma versão “forte” da masculinidade, e assim são vistos como cúmplices da masculinidade hegemônica.

Na relação homens e homens, Welzer-Lang (2001) coloca que para se distinguir os “pequenos homens” dos “grandes homens” é preciso que eles combatam os aspectos que os associem às mulheres. Assim, lugares dos quais o autor chama de monossexualizados, que atribuem à exclusividade da presença masculina, estruturam o masculino e evocam a ideia nos “pequenos homens” a frequentar o espaço que ele chama de “casa dos homens”. Neste sentido, quando os meninos do sexo masculino atravessam a fase de homosociabilidade, eles vivem grandes pressões e tendências para experimentá-la. A construção do masculino passa a ser vivenciada a partir dessa homosociabilidade, na qual os homens buscam acesso à virilidade. Essa experiência obriga os meninos a aceitar a lei dos mais fortes. Então, aqueles

que querem o status de ser homem precisam aceitar as regras que são ensinadas a saber ser homem. É um rito de passagem, e, talvez por isso, seja um processo muito sofrido, nos quais os homens transparecem muita emoção quando falam a esse respeito. Quando um homem passa a experimentar e a vivenciar esses ritos e a frequentar espaços de homosociabilidade é uma forma de dizer que querem ser iguais aos outros homens. Além disso, é também respeitar os códigos, os ritos que fazem os homens serem seres que têm uma posição hierárquica. Desse modo, os gestos, os movimentos, as reações masculinas, todas essas atitudes contribuirão para que eles sejam homens (WELZER-LANG, 2001).

No masculino, as relações entre homens são estruturadas nas imagens hierarquizadas da relação entre homens e mulheres. A virilidade, além dos privilégios que traz aos homens, é também uma estratégia de resistência, pois os homens que não podem provar que têm virilidade correm o risco de serem associados às mulheres (WELZER-LANG, 2001). Para ilustrar esta questão, Bourdieu (1999) argumenta que a virilidade tem uma concepção relacional na medida em que é construída diante de outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade.

Neste ponto, para compreender as relações de gênero é preciso que se reflita sobre as relações de poder envolvidas. Como aponta Bourdieu (1998), a dominação masculina pode ser observada a partir de uma perspectiva simbólica. Embora este autor não trate especificamente do conceito de gênero, ele se torna importante para esta temática uma vez que as relações de poder são mascaradas e infiltradas em nosso pensamento e na percepção de mundo. Para isto, o autor tratará por violência simbólica aquilo que impõe como legítimas e naturais significações impostas por relações de poder. Desse modo, na medida em que as relações de poder estabelecidas entre o masculino e o feminino são construídas através da ideia de definição social dos corpos, como consequência assiste-se a uma representação dominante (BOURDIEU, 1998).

O modelo masculino hegemônico por tanto tempo abriu espaço para o patriarcalismo e o machismo. Na construção desta masculinidade transparece a necessidade de abertura às mudanças nas quais seja possível criar formas de se tornarem homens menos opressivas e mais humanas e democráticas, levando a uma extinção das hierarquias de gênero e a uma maior igualdade de direitos no que tange a esta perspectiva. Isso nos remete a pensar na naturalização do binômio violência e masculinidades.

Para abordar a conexão existente entre homens e violência é preciso uma desconstrução. Poucos são os estudos de gênero que têm como objeto de investigação os

homens e a violência. Para Cecchetto (2004) parte dos estudos sobre violência, ainda que os homens sejam as principais vítimas e seus agentes, não enfoca as diferenças ou estilos de masculinidades. Neste sentido, a autora argumenta que o fator pobreza não pode ser a principal justificativa de que a violência está intrínseca aos homens, uma vez que ao utilizarem armas ou o próprio corpo que podem gerar violência, estes homens estão correspondendo ao signo de virilidade e esta simbologia tem a ver com a identidade masculina hegemônica (CECCHETTO, 2004).

Entretanto, dependendo do contexto e de noções de masculinidades que podem variar de uma cultura para outra, a força física e a violência podem atribuir valor simbólico e prestígio ao seu agente em detrimento de fraqueza ou inferioridade. Ou seja, a violência estaria se referindo a uma dada masculinidade. A recorrente prática violenta entre os homens, sob o ponto de vista das representações que os homens fazem do corpo, representa uma capacidade simbólica que ultrapassa a questão propriamente física. É neste ponto que o esporte, o lazer e a violência se expressam através de um conjunto de práticas sociais que constituem o masculino, o que pode gerar prazer, dor, ódio, alegria ou raiva. Embora essa explosão possa parecer puramente física, a dimensão simbólica se faz presente na emoção da briga, na rivalidade, no combate ao inimigo (CECCHETTO, 2004).

Entretanto, até que ponto a violência contra os homens existe e não há uma negligência em relação a essa temática? Para Welzer-Lang (2001) formas de abuso em relação aos homens são cotidianas e coletivas: socos, pontapés, pseudobrigas, ofensas, roubo, ameaça, gozação, controle, pressão psicológica. Há um conjunto de abusos de confiança violentos, de apropriação do território pessoal, de estigmatização de qualquer coisa que se afaste do modelo masculino dito correto.

Isto porque para integrar o grupo seletivo dos homens, os “pequenos homens” devem aceitar o sofrimento. Isso acontece quando não se joga bola tão bem, quando não se é tão forte. Quantas tristezas, decepções podem estar associadas nesse processo e que são escondidas? Para se ganhar o direito de estar com os homens ou para ser como os outros homens é preciso, muitas vezes, que se faça através da violência contra si ou entre eles. Essa violência é que trará o prazer de ser homem, de estar com outros homens, de fazer como os outros homens fazem. A “casa dos homens” (WELZER-LANG, 2001), que é uma espécie de “vestibular da gaiola da virilidade”, é também uma casa de alto risco de abusos e onde os homens mais velhos irão controlar a transmissão de valores da masculinidade.

O masculino é ao mesmo tempo submissão ao modelo e obtenção de privilégios do modelo. O pequeno homem descobre que para ser viril é preciso sofrer. O menino pode muitas vezes ser iniciado sexualmente por um adulto. Assim, aos homens a quem tal iniciação é imposta pode gerar marcas inesquecíveis (WELZER-LANG, 2001).

Porém, Welzer-Lang (2001) argumenta que esse ritual não tem apenas um lado negativo, pois a solidariedade masculina intervém para evitar a dor, para se ter prazer junto, para se descobrir interesses do coletivo sobre o individual. A “casa dos homens” pode ser também um lugar de transmissão de valores positivos que fundam a solidariedade humana.

Os estudos de gênero devem sugerir a revisão de paradigmas que reafirmam e modelam os homens a uma masculinidade hegemônica, ainda permeada por ideários machistas e patriarcais. O avanço na superação desse modelo masculino requer uma perspectiva relacional dos estudos de gênero, articulando discussões sob os âmbitos das classes sociais, raça, etnia, orientação sexual.

Se há uma hierarquia das masculinidades, esta cresceu a partir das experiências dos homossexuais, gerada pela violência e preconceitos dos homens heterossexuais. A visão heteronormativa de mundo expõe que a homofobia coloca homens e mulheres em níveis hierárquicos de poder. Mas no universo masculino, nem tudo são flores. Para entrar no seletivo grupo dos homens privilegiados das relações de poder é preciso, por parte destes, sacrifícios, deveres, provações, sofrimento.

A violência, simbolicamente intrínseca ao mundo masculino, estigmatiza o homem na medida em que este é sempre identificado como agressor ou desertor, inviabilizando políticas sociais que apontem para a presença masculina no âmbito dos cuidados e reafirmando a mulher como foco das políticas sociais públicas, sobretudo no que se refere à pobreza. A invulnerabilidade masculina acoberta até mesmo possíveis violências contra os próprios homens, naturalizadas como forma de representação da virilidade para o alcance de uma masculinidade hegemônica. Para Medrado e Lyra (2008) é preciso à percepção de caminhos alternativos de transformação, que desconstruam os lugares de mulher-vítima e homem-algoz como estáveis e imutáveis.

Examinar tendências de novas masculinidades que contemplem a possibilidade de extinção de hierarquias de poder e que desconstruam a masculinidade hegemônica é essencial. Assim, podemos pensar em uma perspectiva de gênero igualitária a homens e mulheres, com suas múltiplas facetas, no que se refere às políticas sociais públicas.

Que dilemas vivenciados pelos homens a masculinidade hegemônica pode estar escondendo? Atribuir determinados espaços, ritos, símbolos e comportamentos às masculinidades, dada a cobrança de certa representação social do masculino, pode estar restringindo e eliminando o homem de determinados espaços, esgotando caminhos para as masculinidades em outros estudos de gênero. Por isso, no próximo item, voltaremos para a discussão das políticas sociais refletindo acerca do foco na mulher e da invisibilidade masculina nestes espaços.

#### **1.4.1 Invisibilidade Masculina: a “estética” feminina no campo da política social**

No âmbito das políticas sociais, as (os) profissionais têm atuado em atenção direta às mulheres na medida em que os programas de combate à pobreza, no campo da assistência social, têm a mulher como principal demandante e beneficiária. Se as relações de gênero são vinculadas a um processo de construção de uma nova sociedade, a perspectiva de gênero deve ser mais aprofundada no âmbito da assistência social, identificando as áreas mais significativas de produção e reprodução das desigualdades. Nesse sentido, podemos dizer que é função do Estado elaborar políticas públicas que reconheçam as desigualdades de poder entre homens e mulheres e a necessidade de maior reflexão sobre a escolha das mulheres como foco de combate à pobreza (CARLOTO, 2006).

Embora essa escolha possa ter um viés emancipatório, na medida em que cria maior autonomia para as mulheres, reforça a família como lugar do privado, da vida doméstica, das relações interpessoais, da subjetividade e do feminino. Por outro lado, a arena pública, da objetividade, da política e dos negócios permanece a cargo dos homens distanciando ainda mais estes – principalmente os homens pobres – do espaço doméstico e da arena dos cuidados. Em relação à mulher, para Carloto (2006), a responsabilidade pela esfera doméstica, pelo cuidado dos filhos, sem uma rede de proteção social, as impede de sair dessa condição, ficando dependente de benefícios providos pela política de assistência.

Carloto (2006) vai mais além quando aponta que não é pelo fato das mulheres serem o foco das políticas de assistência que os programas desenvolvidos terão, necessariamente, uma perspectiva de gênero, pois muitas ações das políticas públicas podem acabar reforçando papéis tradicionais de gênero que configuram obstáculos de cidadania às mulheres. Assim, a centralidade das políticas sociais não é na família, mas sim na mulher-mãe. Quanto aos

homens, estes permanecem desresponsabilizados da esfera doméstica, reafirmando-se como pertencentes “naturais” do mundo público (CARLOTO, 2006).

Poucas pesquisas vêm problematizando o lugar destinado aos homens e o masculino nas políticas sociais. Em contrapartida, nota-se a expansão sobre estudos das políticas sociais e mulheres. Este pode ser um risco, pois desresponsabiliza o homem desse papel e ainda o torna cada vez mais invisível no campo da política social. Verifica-se também a estética feminina dos profissionais atuantes no âmbito da assistência social, (espaço historicamente ocupado por mulheres), reproduzindo um padrão de práticas e representações sociais culturalmente tidas como femininas. O reforço à invisibilidade masculina neste campo feminiliza a pobreza, pois nas políticas de combate à pobreza as mulheres são as grandes protagonistas (BARBOSA & FREITAS, 2013).

A estética feminina do campo da assistência social contribui para a invisibilidade masculina nesse campo, uma vez que estes espaços não estão propícios a extensão da “casa dos homens” e tão pouco representam um lugar onde se encontra a companhia de outros homens. Ao contrário, estes espaços podem ser considerados como sinônimos de mulher, na medida em que há a homogeneização de famílias pobres em famílias monoparentais e unipessoais femininas (BARBOSA & FREITAS, 2013).

Se as mulheres vêm construindo tantas conquistas frente à inserção no espaço público é preciso que os homens adentrem com mesma força o espaço do privado. Dessa forma, teremos avanços a partir da desconstrução da masculinidade hegemônica e de novos caminhos para a luta de igualdade de gênero. É preciso estudos que tendem a examinar tendências que observam e desconfiam da negação da possibilidade masculina na esfera dos cuidados, principalmente no que se refere aos homens pobres, para a desconstrução do feminino como espaço “natural” nas relações de cuidados.

Assim, no próximo item partiremos para uma discussão política acerca da importância dos cuidados através da ótica de gênero.

## 1.5 O cuidado numa dimensão ampliada

Para melhor dimensionar a questão dos cuidados Boff (1999) situa a importância em compreender o fenômeno da experiência do cuidado, pois, para ele, não se trata de pensar e falar do cuidado como algo independente de nós, mas de pensar e falar a partir do cuidado no qual o homem é seu objeto e sujeito. Nessa visão relacional, o cuidado torna-se inerente à condição e sentimentos éticos humanos a partir do meio em que ele está inserido, pois ao mesmo tempo em que o homem precisa cuidar ele necessita ser cuidado para a superação das adversidades.

Uma versão mais ampla sobre cuidado se faz presente quando podemos desenvolver dentro dele uma visão política de transformação. Assim, o cuidado não se restringe ao espaço privado, pois além da família, instituições sociais e mercado também podem oferecer cuidado. Entretanto, para se pensar numa perspectiva mais igualitária das relações de cuidado devemos partir do pressuposto que todos nós precisamos de cuidado, pois não somos totalmente autônomos. Assim, somos todos capazes de ser vulneráveis (TRONTO, 2007).

A visão holística sobre o cuidado permite que ele possa ser analisado de forma mais completa, sem que seja dividido por categorias que tendem a reduzi-lo de acordo com determinadas perspectivas. Para além de um sentido ligado ao altruísmo, à compaixão, o cuidado tem em si um significado de responsabilidade e de suprir bem as necessidades do que e de quem cuidamos. Nesta perspectiva, o cuidado não é visto exclusivamente pela ótica individual, mas propõe uma visão de rede, nas quais o comprometimento e interesse na necessidade à volta tende a criar um emaranhado de relações (TRONTO, 2007).

Cuidar de algo envolve o reconhecimento da necessidade do cuidado em primeiro lugar. Exige a qualidade especial moral de ser atencioso, de reconhecer as necessidades. Importar-se com algo envolve a suposição da responsabilidade pelo trabalho que necessita ser feito; seu resultado moral óbvio é a responsabilidade. Oferecer o cuidado é o trabalho em si. A essa definição vinculo a qualidade moral da competência, a qual, frequentemente, supõe-se que seja uma questão técnica e também bem compreendida, acredito, como uma categoria moral. Receber o cuidado é a resposta ao seu oferecimento (TRONTO, p.288, 2007).

Para Stamm e Miotto (2003) a relação entre cuidado e família pode parecer óbvia. No entanto, essa obviedade poderá acobertar a necessidade de se pensar em práticas profissionais de cuidados que naturalizam relações e reproduzem estereótipos de papéis familiares. As famílias têm um importante papel na produção de cuidados embora ela não apareça com tanto prestígio no que tange o atendimento profissional. Para Gutierrez e Minayo (2010), não se

reconhece na família a pertinência de procedimentos técnicos, pois estamos acostumados a tratá-la como o espaço do afeto, da espontaneidade e das interações.

Neste sentido, a família tem o seu próprio modo de cuidar, na medida em que sua atuação se baseia em pontos de vista próprios na relação de cuidados. Vale ressaltar que o cuidado varia de acordo com as classes sociais e por condições sociais diferenciadas e no caso de famílias pobres o cuidado é estabelecido em redes formais e informais de proteção social. Assim, questões ligadas à classe, a rede e ao gênero estariam interpenetradas nas relações de cuidados das famílias (GUTIERREZ & MINAYO, 2010).

Duarte (2013) aponta que no que se refere aos espaços que remetem à produção do cuidado, a família pode apresentar um papel dúbio para os profissionais. Isto porque, ao mesmo tempo em que ela é vista como “provedora” do cuidado pode ser também encarada de forma negativa, sendo, em alguns casos, responsabilizada e culpada no que se referem estas relações. Para o autor, esta relação carrega em si uma “responsabilidade ética”, uma espécie de “mito da cura” que tem como maior inimigo o descaso.

Para Azevedo e Santos (2006) o cuidado implica na existência de um cuidador que é dividido em cuidador formal e informal. O primeiro seria aquele que tem formação específica para os serviços prestados e, geralmente, são remunerados pelos seus cuidados. Já o segundo, é aquele que passa a cuidar na sua prática cotidiana. Este cuidador nem sempre é fácil de ser identificado, porém ele será um sujeito que irá absorver tanto o saber científico dos cuidadores formais quanto o desenvolvimento do cuidado a partir do imaginário em torno dos cuidados familiares. Diversos fatores implicam na escolha do cuidador familiar. Dentre eles, além da questão de gênero, encontram-se as significações e representações acerca do ato de cuidar, a ausência de um suporte de rede formal, somados ao medo de não saber cuidar e os projetos de vida que envolvam as relações interpessoais do cuidador (AZEVEDO & SANTOS, 2006).

Embora o cuidado seja universal, devemos partir do pressuposto que ele assuma formas variadas e plurais de acordo com a cultura. O cuidado deve ser refletido através de um compromisso democrático e neste ponto, ele tende a possuir característica mais igualitária (AYRES, 2009).

No campo da saúde, curar e tratar possui um caráter estático, pois são práticas que pressupõe uma relação objetiva e individualizante. Por isso, o cuidar deve ser definido como algo mais amplo, na medida em que está para além de se construir um objeto e intervir sobre

ele. A atitude de cuidar não pode se restringir às práticas de saúde, pois deve ser expandida a um projeto de vida (AYRES, 2009).

Para cuidar há que se considerar e construir projetos; há que se sustentar, ao longo do tempo, uma certa relação entre a matéria e o espírito, o corpo e a mente, moldados a partir de uma forma que o sujeito quer opor à dissolução, inerte e amorfa, de sua presença no mundo. Então é forçoso saber qual é o projeto de felicidade que está ali em questão, no ato assistencial, mediato ou imediato (AYRES, p.37, 2009).

O cuidado é muitas vezes visto como um trabalho sem qualificação e os que recebem são capazes de estabelecer uma relação de poder com os que cuidam. Ao mesmo tempo, se pensarmos no cuidado como algo que é simplesmente conveniente para nós em determinados momentos da vida, desqualificamos aqueles que realmente precisam de cuidados, caracterizando-os como incapazes de exercer cidadania, além de desvalorizar os profissionais que atuam em funções cuidadoras. Ao se pensar cuidado e relacioná-lo à democracia percebe-se que muitas destas relações podem se basear em relações de poder e, por isso, não tem em sua essência uma igualdade, pois é possível perceber que algumas relações de cuidado podem produzir desigualdades. Desse modo, a desqualificação do cuidado refletirá na política. Assim, é preciso reconhecer que os que cuidam também podem ser vulneráveis, pois esta característica estaria sendo atribuída exclusivamente a quem é cuidado. Além disso, quase nunca pensamos pela ótica de quem recebe o cuidado, pois o foco estará naquele que detém maior poder. Nesse sentido, é importante pensar que quem necessita de cuidados precisa de direitos (TRONTO, 2007).

Para Azevedo e Santos (2006) a ambivalência de sentimentos do cuidador é um dado relevante, frequentemente presente e inerente à tarefa de cuidar, justificada pelo contraponto do desgaste físico e emocional - “estar no limite” - e da satisfação. Assim, as autoras apontam que dentro desses sentimentos contraditórios, o cuidado ainda tem seu alicerce na qualidade do vínculo afetivo estabelecido entre cuidador e cuidado no que se refere à representação de cuidados para ambos. Porém, para que se reproduzam relações de cuidado é preciso que se tenha por parte do cuidador uma visão positiva dessa produção:

Corroborando a ambiguidade que permeia as representações aqui apresentadas, destaca-se o significado positivo do cuidar na vida dos cuidadores, pois, ao mesmo tempo em que o desempenho de tarefas tão árduas os consome, a dedicação ao cuidar proporciona visibilidade e status social perante amigos, familiares e equipe profissional, que funcionam como retroalimentação para as intervenções de cuidador (AZEVEDO & SANTOS, p. 9, 2006).

Para Azevedo e Santos (2006) a ambiguidade presente na representação de cuidados contribui para a perda de identidade do cuidador, na medida em que o seu cotidiano e seu papel social tendem a se transformar, sobretudo porque há, em alguns casos, a anulação e abnegação dos seus desejos pessoais em virtude do cuidar. Para as autoras, o cuidado se faz cuidando, não há conhecimento prévio de como se deva proceder, seja pela ausência de conhecimento e suporte oferecidos pela sociedade, seja pelo fato de que as relações entre cuidado e cuidador se fazem a partir de histórias partilhadas.

### **1.5.1 A ótica de gênero nos cuidados: a perspectiva feminista**

Quando se considera que o cuidado é essencialmente atribuído como trabalho e função da mulher, não fica estranho pensar que sua compreensão principal se firmou a partir da visão feminista. Escrito de variadas formas, não se pode dizer que exista um consenso quanto ao significado de cuidado. O que mais se aproxima de um consenso sobre seu significado é que ele representa um “trabalho de amor” numa relação próxima entre o espaço privado e o campo emocional. Entretanto, podemos apontá-lo sobre determinada vertente (TRONTO, 2007).

A perspectiva de gênero nas relações e produções de cuidado trará uma visão política desta esfera, permitindo uma análise crítica de sua complexidade e reprodução. Para Faleiros (2013) as políticas sociais precisam estar atentas aos novos papéis exercidos pelas mulheres ao mesmo tempo em que fazem uma crítica à “masculinização” das políticas públicas. O olhar da equidade de gênero é fundamental para se pensar o cuidado público. Neste sentido, o cuidado deixa de representar apenas um valor moral e passa a ser considerado valor público, na medida em que retira das mulheres sua exclusiva responsabilidade (constituídas por deveres e obrigações) para a construção de relações políticas (FALEIROS, 2013).

A articulação entre cuidado e a questão de direitos, pressupõe que seu fundamento está relacionado à questão dos direitos humanos como forma universal da dignidade humana. Assim, as necessidades históricas dos sujeitos devem estar articuladas a questão dos direitos. Isso irá se expressar na questão da proteção social. A estrutura e efetivação desses direitos não somente nas normas existentes, mas considerando a diversidade dos sujeitos sociais, seus valores, os cuidados e sua articulação política de direitos, está como define Faleiros (2013), na combinação complexa da responsabilidade ética com a inclusão social e política, na consideração das dimensões pessoais e subjetivas e na valorização do humano e da

humanidade. Assim, muitas relações de cuidado podem não significar relações de igualdade (FALEIROS, 2013).

A discussão dos movimentos feministas em relação ao cuidado trará à tona seu sentido ético e moral nas relações e necessidades humanas contribuindo para uma ruptura de sua visão assistencialista e filantrópica, na medida em que resgata sua complexidade cultural, econômica, política e social. Sua intrínseca relação com as questões de gênero, observada pela prática e símbolos do cuidado, compreende a condição do trabalho da mulher no espaço privado, o que inclui o apoio, a atenção, a educação, a assistência. Não por acaso, há uma predominância feminina em profissões que remetem aos cuidados, sobretudo no campo da pedagogia, enfermagem e serviço social, por exemplo. Nessas áreas, o cuidado está associado a um tipo de “atividade missionária” em que se exige dedicação, devoção. Nesse sentido, a ética do cuidado pode ser encarada na maneira como as mulheres “aprenderam” a corresponder moralmente as suas demandas femininas, estas tão associadas ao mundo afetivo-emocional e, portanto, ao olhar sensível ao outro. Diferentemente dos homens, onde a sua ética esteve associada ao mundo público do direito, e, por isso, a realização pessoal, a autonomia, a conquista individual (FALEIROS, 2013).

Os conceitos relacionados à prática materna associam-se às construções pelas quais a família tem passado. A instalação de uma ordem burguesa, a partir do século XVII, colaborou para uma nova visão da relação mãe-criança atribuindo características ao papel materno tomando um lugar central perante a sociedade. Nesse sentido, a exaltação do amor materno, tido como natural e instintivo tem sido um mito construído pelos discursos médicos e políticos ao longo dos tempos (MOURA & ARAUJO, 2004).

Para Costa (1997), produzir e, acima de tudo, manter filhos saudáveis, impôs regras higiênicas de vida em comum sob a responsabilidade do casal. Logo, formatam-se modelos de condutas sociais masculinos e femininos, permeados por ideário sem que as mulheres, mais do que os homens, vivem e reafirmam tradições representadas como femininas distinguindo aquelas dos sentimentos que lhes seriam próprias, em oposição à das racionalidades, atribuídas como naturais aos homens. O homem, “racional”, teria o papel de prover a subsistência material da família, enquanto que a mulher, “sentimental”, caberia o de estabelecer o “doce” laço da família (COSTA, 1997).

Entretanto, a passagem das mulheres do trabalho doméstico para o trabalho remunerado em meados do século XX, acelerou o processo de desfamiliarização dos cuidados com crianças pequenas que vem sendo cada vez mais compartilhados com instituições

públicas e privadas. Essa espécie de “externalização” do cuidado é fruto de profundas mudanças de práticas sociais de gênero. Com as reivindicações feministas, o trabalho doméstico adquiriu um status de “trabalho não pago”. Por muito tempo, trabalho e família foram separados e adquiridos enquanto esferas de atividades autônomas cujo único trabalho “reconhecido” era aquele remunerado e, portanto, masculino. Essa divisão associou as características atribuídas a homens e mulheres (SORJ, 2013).

A crítica feminista lançou profundas transformações sobre o debate de que não só trabalho e família estão intrinsecamente ligados, mas reproduzem desigualdades de gênero, raça e classe. A visão do modelo tradicional de família “homem provedor” “mulher cuidadora” vem enfraquecendo juntamente com os símbolos de feminilidade e de maternidade. A integração entre trabalho e família deu origem ao termo cuidado passando a ter status de intervenção pública, mesmo ainda permeada pela dificuldade em separar esses dois campos (SORJ, 2013).

A ótica feminista resgata a importância da valorização do cuidado, sobretudo em relação aos trabalhadores domésticos. A reflexão acerca do cuidado desencadeia uma ressignificação não mais baseada no amor materno naturalizado, mas sim, no campo de direitos e de justiça social. O trabalho doméstico remunerado representa uma expressiva participação das mulheres no mercado de trabalho, seja através do número de mulheres que desempenham o trabalho doméstico sem remuneração ou aquelas que exercem seu trabalho no cuidado com os outros (SORJ, 2014).

Porém, junto a essas tardias transformações, o movimento das empregadas domésticas vem resgatando a essas trabalhadoras uma identidade e o maior controle dessas mulheres sobre suas vidas. O Brasil, por exemplo, é um dos países com o maior número de empregadas domésticas. O trabalho doméstico vem se transformando nas últimas décadas. Entretanto, somente em 2013 o Congresso aprovou os direitos dessas trabalhadoras. Essa demora na politização de garantia de direitos sociais às empregadas domésticas expressa a profunda desigualdade de gênero do país. Junto a essas trabalhadoras acumulam-se também o peso de outras desvantagens sociais caracterizadas, além das questões de gênero, pelas de raça e de classe, pois essas mulheres têm na maioria das vezes, baixa remuneração e o acúmulo de longas jornadas de trabalho numa das ocupações mais precárias do mercado. Essas mulheres possuem ainda o grande desafio em conciliar suas atividades profissionais com os afazeres domésticos necessitando se apoiar em uma rede de vizinhos, familiares e outros dispositivos (SORJ, 2014).

Os debates acerca do cuidado têm favorecido questões voltadas para o mercado e para o Estado. No entanto, a ótica masculina sobre a divisão das tarefas do lar permanece ausente das discussões e o cuidado acaba por se caracterizar como um campo direcionado exclusivamente às mulheres. Assim, mesmo com a entrada no mercado de trabalho, as mulheres continuam assumindo de maneira desproporcional aos homens a esfera do cuidado. Quando observamos pela ótica da classe social, as mulheres pobres assumem ainda uma parcela maior de cuidados em relação às mulheres de classes dominantes, uma vez que estas possuem maior acesso à tecnologia, tem menos filhos e delegam parte dos cuidados a outras mulheres (principalmente as pobres). O cuidado como mercado contribui para as desigualdades entre mulheres de diferentes classes sociais. Entretanto, o cuidado tomado pela via do Estado tem trazido efeitos importantes no que tange às questões de classe e gênero no Brasil. O acesso de crianças à creche e pré-escola contribui para que a mulher possa exercer maior quantitativo de trabalho formal e obter maior renda. Assim, as políticas sociais precisam colocar o cuidado no centro de debate sobre proteção social (SORJ, 2014).

Para Sorj (2013) além da divisão sexual dos afazeres domésticos reproduzem diferenças importantes, a questão socioeconômica reproduz ainda mais uma desigualdade entre as mulheres. Assim, mulheres com menor renda estão mais presentes no espaço privado do que as de classes sociais de maior hierarquia. Porém, na opinião da autora, isso não ocorre tanto com os homens, pois a questão da renda não influencia na entrada do homem no espaço privado como ocorre pelas diferenças socioeconômicas no caso das mulheres.

No que concerne o cuidado de pessoas dependentes, a legislação avançou um pouco ao longo dos anos. O principal benefício está na licença maternidade embora este não contemple as mulheres que estão inseridas no mercado informal e não ofereça alternativas para as trabalhadoras ao longo do ciclo familiar, pois se limita aos primeiros meses de vida da criança. Assim, a legislação dos cuidados continua ainda sendo uma atribuição quase que exclusiva das mulheres, desresponsabilizando os homens e legitimando a divisão de gênero na esfera dos cuidados (SORJ, 2013).

No campo legislativo brasileiro a licença paternidade, definida na Constituição de 1988, concede o direito a cinco dias de tempo para os pais com seus filhos. Entretanto, para Bezerra e Sanga (2014) a discussão acerca da licença paternidade ainda é escassa e, embora venha “engatinhando” para a efetivação de um direito social permanece sendo tratada de forma individual no âmbito legislativo, havendo registros da concessão de licenças de 120

dias concedidos ao pai da criança. Vale ressaltar que na maioria das vezes em que os tribunais concedem este tempo ao homem este fato está vinculado a ausência da mulher nos cuidados.

Admitir que somente as mulheres tenham o direito ao tempo da licença maternidade é de alguma forma reafirmar que continua sob elas a responsabilidade sobre os cuidados. Mais do que isso, é contribuir para a discriminação da mulher no mercado de trabalho, uma vez que na contratação de mulheres o empregador tem receio de que ela venha a obter o direito à licença maternidade. As normas de proteção podem estar sendo discriminatórias, pois a licença para os cuidados com os filhos deve ser reconhecida como um dever não apenas da mulher que se torna mãe, mas também do homem que se torna pai. Assim, a licença parental se torna fundamental para a igualdade de gênero nos sistemas de proteção (BEZERRA & SANGA, 2014).

Seguindo a reflexão acerca da ótica de gênero nos cuidados de crianças pequenas, os movimentos sociais em favor das creches comunitárias surgem na década de 1980 visando facilitar o trabalho remunerado das mães pobres. A partir dos anos 1990, os cuidados com crianças surgem com uma nova ressignificação, na qual a educação infantil passa a ser direito da criança com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394) de 1996, fazendo com que creches e pré-escolas passem a integrar a educação básica brasileira. Na década de 2000, assiste-se a um forte crescimento do acesso de crianças de baixa renda à educação infantil. Este efeito permitiu uma redistribuição de responsabilidade do cuidado junto às instituições públicas e uma transformação da qualidade do trabalho remunerado da mulher (SORJ, 2013).

Essa redistribuição de responsabilidades poderá estar impactando a esfera familiar e, conseqüentemente, dando visibilidade aos homens no âmbito dos cuidados.

### **1.5.2 A ótica masculina nos cuidados: visibilizando os homens**

A distribuição mais igualitária da carga dos cuidados entre homens e mulheres contribuiria para um maior empoderamento econômico da mulher e traria o homem para o espaço doméstico, atribuindo-lhe uma função social. Entretanto, o cuidado deve ser reconhecido como valoroso trabalho na formação dos indivíduos e da sociedade. A importância desse reconhecimento pelos homens poderá ser um importante passo para a igualdade de gênero (BARKER, 2010).

O desafio em associar trabalho e cuidado, pode ser notado a partir da relação do homem com o trabalho. Para Sarti (2005) a moral do trabalho em famílias pobres adquire significados distintos entre homens e mulheres. Neste ponto, a autora coloca que o trabalho provedor é função do homem. Isto não significa que a mulher não exerça trabalho remunerado, mas o trabalho dela é sempre referido, em primeiro plano, no universo familiar. A autora aponta que o trabalho da mulher não é, obrigatoriamente, um meio de afirmação individual, ao contrário do que ocorre com o homem.

Vale ressaltar, que o cuidar em famílias pobres possui em si um caráter mais delicado, pois estas famílias, muitas vezes, estão em situação de vulnerabilidades sociais caracterizadas por diversas condições de riscos sociais como má distribuição de renda, desemprego, má condições ambientais e de moradia, além de outros fatores como o perfil socioeconômico e a escolaridade dos familiares, a exposição à violência, dificuldade de acesso aos mecanismos de proteção social, dentre outros, o que refletirá na vivência de cuidados exercidos pelas mesmas (CREPALDI *et al*, 2006).

Ainda no que se refere à questão da pobreza, um dado interessante está relacionado no modo como ela pode influenciar a presença masculina na arena dos cuidados. Um homem de baixa renda criado por uma mãe solteira que chega tarde da noite em casa depois de uma exaustiva jornada de trabalho faz com que ele aprenda a cuidar dos irmãos e realizar as tarefas domésticas por uma questão de necessidade e sobrevivência familiar (TAYLOR, 2012). Isto sugere que a pobreza pode ser um fator indicador de maior envolvimento masculino na esfera dos cuidados.

Ao mesmo tempo em que a arena pública é centralizada em alguns homens dando-os privilégios, não há uma maior reflexão quanto às identidades desses homens. Alguns grupos de homens mantêm um nível hierárquico de poder em relação a outros homens, estes em geral das classes mais empobrecidas, tornando-os invisíveis no que concernem as políticas públicas. Assim, as políticas acabam por assumir os homens de maneira genérica conferindo a eles o mesmo grau de poder. Essas hierarquias em relação às masculinidades tendem a deixar uma parcela dos homens mais vulneráveis, o que pode ser observado através das altas taxas homicídios e encarceramento dos homens negros, além da violência gerada contra os homossexuais, outra parcela masculina à margem das relações de dominação masculinas. Aliado a isso, as políticas têm assumido uma identidade estática do homem, ou seja, uma idéia de que o homem não muda e está confinado a uma associação à masculinidade hegemônica. Neste ponto, ele não estaria sendo visto como alguém suficientemente

competente para protagonizar o bem-estar das suas famílias, pois os cuidados estariam confinados às mulheres (BARKER, 2010).

Sob um olhar mais global, as mulheres estão progressivamente ganhando renda fora do espaço privado, embora continuem a cumprir com as funções do cuidado. A responsabilização concedida às mulheres, protagonistas na esfera dos cuidados, pode estar contribuindo com que elas mantenham uma menor participação no mercado de trabalho e para a legitimação de salários mais baixos. Em vários países isto pode estar sendo observado através dos cuidados com os idosos, tendo em vista que as mudanças demográficas apontam para o envelhecimento da população. Assim, as decisões de trabalho das mulheres ainda se encontram fortemente no “malabarismo” das mesmas que necessitam se dividir entre o trabalho fora de casa e os cuidados na família. Ao mesmo tempo, estudos apontam que essas horas trabalhadas fora de casa não estariam sendo compensadas em mesmo grau pelos homens. Nesse sentido, não se deve deixar de lado o aspecto relacional de gênero invisibilizando os homens pobres, deixando homens e mulheres estáticos no que tange as identidades de gênero e favorecendo uma desigualdade social (BARKER, 2010).

Para Crepaldi *et al* (2006) há um paradoxo em relação aos homens e aos cuidados, pois ao mesmo tempo em que se exige maior presença dos mesmos nessa esfera, existe a crença de uma incapacidade masculina no ato de cuidar. Assim, quando o pai insiste em ser mais atuante na esfera dos cuidados ele tende a não ser valorizado. Segundo a autora, o pai estaria mais presente em situações que envolvam uma mudança de maior impacto na vida do filho, se caracterizando enquanto situações “especiais”, já a qualidade das práticas cotidianas de cuidados em relação aos homens ainda seria pobre. Isso porque, historicamente, para Moura e Araújo (2004), o homem era percebido como superior à mulher e à criança, diferença essa concebida como inerente à natureza humana que dotaria o homem de uma autoridade natural sobre a esposa e os filhos.

Na medida em que há a inserção dos dois genitores no mercado de trabalho as tarefas domésticas parecem ser mais equitativas entre homens e mulheres. Este fator sugere que há um “investimento” maior nos filhos quando os homens encontram-se residindo com a companheira que é mãe da criança. Para Crepaldi *et al* (2006) a paternidade só pode ser compreendida a partir de uma análise minuciosa das interações familiares e das interações que o grupo familiar estabelece com o grupo social ao qual pertence, considerando as trocas e processos culturais mais amplos.

A participação dos homens nos cuidados tende a ser expressa em atividades conjuntas tais como sair, brincar, cantar, passear, conversar. Nesse sentido, as mães tendem a não valorizar os cuidados exercidos pelos pais ou essas atividades não são reconhecidas pelas mulheres como tarefas de cuidados (CREPALDI *et al*, 2006). Para Silva *et al* (2013) cuidar envolve mais que um momento de atenção, de zelo e de desvelo, representa, portanto, uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e envolvimento afetivo com o outro, mais que um ato; é uma atitude.

A responsabilidade concedida às mulheres no campo da família pode estar dificultando a imagem do homem no papel de cuidador, invisibilizando o lugar do masculino na esfera dos cuidados. Para Lyra *et al* (2003) imaginar como para alguns homens o ato de cuidar é difícil não é uma surpresa, afinal, eles foram repreendidos severamente por terem tentado expressar carinho e cuidado na infância, pois não foi dessa forma que eles “aprenderam” a ser homens e não seria diferente só porque viraram pais. Sendo assim, fica difícil imaginar a possibilidade de os homens poderem exercer essa prática. O cuidado foi associado sempre ao “instinto” feminino, distante da representação viril de uma masculinidade “forte”. Nesse sentido, as masculinidades - e as práticas interventivas - ainda estariam presas às representações que desresponsabilizam o homem da esfera dos cuidados e reforçam a ideia deste como invulnerável no campo das políticas sociais.

Entretanto, as vivências dos cuidados masculinos parecem estar sendo desveladas, na medida em que vêm se apresentando como prática cotidiana e rompendo com a construção de estereótipos que engessam papéis de gênero.

### **1.5.3 Homens e cuidados em outros campos**

A relevância dos estudos de homens e masculinidades ganhou destaque nos debates acadêmicos, sobretudo devido à atenção dada à saúde do homem. Este novo olhar da saúde, atravessado pela perspectiva de gênero, auxilia para a compreensão de diversos adoecimentos que englobam o público masculino. Temos aí desde práticas de comportamentos às relações de poder das quais os homens buscam um padrão de masculinidade hegemônica (MACHIN *et al*, 2011).

Para Machin *et al* (2011) no que concerne a área da saúde, uma característica muito comum entre os homens é a negação de dor e/ou sofrimento e de vulnerabilidades, fazendo

com que os homens tenham maior dificuldade no que tange o acesso à saúde e à assistência. Assim, como o cuidado foi sendo construído a partir de símbolos e práticas tidas como femininas, os homens tendem a se distanciar dessa prática, na medida em que a construção das masculinidades é concebida num processo em que se objetiva combater os aspectos que os associem às mulheres (WELZER-LANG, 2011). Para Machin *et al* (2011) há enquanto estrutura de identidade masculina hegemônica, aspectos de invulnerabilidade, força e virilidade como pertencentes à “cultura” do homem, o que dificultaria o reconhecimento deste e de suas necessidades em relação aos cuidados com a própria saúde. Aliado a isso, os ambientes institucionais de cuidados tendem a representar símbolos femininos, o que dificultaria uma identificação dos homens nesses espaços.

Seguindo esta lógica, a organização dos serviços de cuidado se firmou na perspectiva mãe-criança e nas ações políticas voltadas para o corpo feminino. Por trás dessa perspectiva, a igreja contribuiria para a noção da maternidade como algo intrínseco a mulher, assim como o Estado firmaria políticas de saúde voltadas para os cuidados materno-infantil. Enquanto o corpo da mulher era simbolicamente visto como reprodutivo, o masculino restou uma visão “desconhecida” não sendo investidas práticas de conhecimento. Ao contrário da mulher, o homem teve sua natureza sexual isolada da reprodução, sendo inclusive, esta característica estruturada à masculinidade hegemônica (sendo ela heterossexual e, portanto, de dominação) (MACHIN *et al*, 2011).

Com a entrada da temática da violência contra a mulher no âmbito da saúde, através da mobilização dos movimentos feministas, a inserção do homem neste campo se dá, muitas vezes, numa associação quase que automática de identificação do homem no papel de agressor e, conseqüentemente, na visão da violência como característica da masculinidade (MACHIN *et al*, 2011).

Características como estas apontam para os homens no polo do não cuidado enquanto às mulheres é atribuído o lugar do cuidado. A invisibilidade de homens como sujeitos de cuidados e como potenciais cuidadores reforça a mulher na posição de cuidadora e isso não se restringirá no que tange aos cuidados materno-infantil, mas elas acabam por atuar também como mediadoras no tocante à saúde do próprio homem (MACHIN *et al*, 2011).

Para Gibim e Lessa (2011) no que tange o cuidado profissional com crianças pequenas, cuja função implica também no cuidar do corpo e da higiene, os profissionais masculinos tendem a causar nas famílias sentimentos de medo e insegurança. Na divisão sexual entre os profissionais de educação infantil é possível perceber que há uma divisão de

tarefas; enquanto às professoras mulheres ficam atribuídas tarefas como o cuidado e o corpo, aos professores homens estaria destinado o trabalho educativo como os de coordenação e/ou de administração. Para além disso, o profissional homem de educação infantil deve ganhar a confiança moral das demais profissionais. A presença de homens na educação infantil contribui para a desconstrução de uma norma de gênero, na medida em que a educação e o cuidado infantil deixam de ser terreno exclusivamente feminino (GIBIM & LESSA, 2011).

Na educação infantil cerca de 97,9% dos docentes são mulheres enquanto 2,1% são homens. Para além de uma perspectiva de que o homem construiu seu trabalho a partir do espaço público e que as mulheres historicamente desenvolverão sua ocupação sob a perspectiva do espaço privado, devemos pensar que a educação e os cuidados infantis são construídos e definidos socialmente. Assim, para Gibim e Lessa (2011) a ideia de cuidar de crianças pequenas, o que inclui cuidados com a higiene, o corpo, a alimentação, a afetividade, etc, reduz o significado profissional e educativo da educação infantil a um trabalho menos valorizado. Essa polarização entre cuidado e educação nos remete a ideia de que para cuidar não é necessária “grande capacitação” profissional e isso poderá refletir nas ações e políticas que visam à formação de professores na área da educação infantil (GIBIM & LESSA, 2011).

Segundo Taylor (2012) os cuidados de profissionais masculinos em creche são apontados como um dos principais desafios enfrentados pelos homens nesta esfera. Em muitas de suas falas é possível perceber a dificuldade na execução de certas tarefas, como trocar fralda e dar banhos. Além disso, os homens apontam que precisavam ter mais atenção nas brincadeiras com as crianças, pois poderiam levar às interpretações de conotação sexual abusiva por parte das famílias. Outro fator apontado pelos profissionais homens é que eles se sentiam menosprezados, pois os pais demonstravam nítida falta de confiança nos trabalhos exercidos por eles junto às crianças. Este sentimento de inferioridade ocasionado pelo olhar dos familiares de crianças pequenas seria um fator que estaria desestimulando a atuação de profissionais homens no espaço da educação infantil (TAYLOR, 2012).

Para Taylor (2012) o sentimento de isolamento é outra característica apontada pelos profissionais homens no ato de cuidar, pois essa experiência não costuma ser compartilhada com outros homens. Desse modo, não há referências de cuidados profissionais masculinos em que os homens possam se espelhar.

Em espaços de cuidados como as creches, os profissionais homens relatam a necessidade em se buscar estratégias para superarem tensões geradas entre a prática profissional masculina e as famílias. Para Taylor (2012) estes profissionais homens tentam

ênfatizar os aspectos masculinos em sua atuação profissional fazendo com que o trabalho de cuidar coincida com a sua compreensão de ser homem. Neste sentido, a paternidade foi apontada pelos homens profissionais como uma experiência que facilitou na prática profissional de cuidados. No relato dessas experiências de paternidade estava a tarefa de ensinar o filho “a ser homem” (TAYLOR, 2012).

Segundo Taylor (2012) um dado interessante apontado por esses profissionais foi que quanto mais os homens estavam mergulhados em contextos de cuidados, mais eles tinham uma visão equitativa de gênero. Assim, ao mesmo tempo em que eles apontavam as dificuldades enfrentadas em sua dinâmica profissional devido à rigidez dos papéis de gênero, demonstravam grande satisfação em conseguir superar esse paradigma, estando livres das amarras desencadeadas pelos estereótipos desses papéis (TAYLOR, 2012).

Entretanto, a relação dos homens com as instituições escolares, tradicionalmente acostumadas a trabalhar as problemáticas do aluno através da figura feminina da mãe, estão sendo desafiadas a trabalhar com a figura paterna, fazendo com que se criem mecanismos para acompanhar estas novas configurações familiares. Para Carvalho (2004), a presença da paternidade na escola é sempre surpreendente, pois os profissionais da educação sempre reportam à predominância das mulheres. Segundo a autora, no campo da educação, a obrigação de acompanhar o dever de casa, de estimular os estudos e dar afeto ao filho ainda parece ser predominantemente da mãe.

Pouco se pergunta aos homens sobre questões relacionadas ao desejo, participação e responsabilidade de reprodução. No contexto do cuidado infantil se espera da mulher que ela desempenhe seu papel de mãe de maneira maravilhosa enquanto que em relação aos homens este cuidado resume-se ao plano financeiro, estando eles, muitas vezes, isentos pela sociedade dos cuidados de crianças (MEDRADO, *et al*, 2005).

Para Sorj (2014), a classe social não intervém no comportamento masculino na esfera doméstica. Nesse sentido, a identidade masculina estaria reproduzindo uma preservação da distância da arena dos cuidados, fazendo com que o pouco tempo em que eles se dedicam as atividades domésticas contribui para que o cuidado assuma um claro perfil de gênero. A identidade masculina estaria tão fortemente construída através da distância do espaço privado que a diferença de classes sociais não estaria sendo um fator tão relevante quanto a uma maior inserção do homem no âmbito doméstico. Entretanto, no que se refere aos homens mais jovens Radtke (2005) aponta que há maior equidade quanto à participação dos pais nos cuidados com os filhos e, que, entre eles, haveria uma maior dificuldade em se distinguir as

atribuições da mulher e do homem. Isso sugere que o aspecto geracional também é um fator que poderá influenciar relações de gênero e cuidados.

No que se refere às políticas públicas, para além de se desenvolver políticas de equidade entre homens e mulheres, fica nítida a necessidade em se considerar as desigualdades existentes entre os próprios homens, o que inclui questões relacionadas à classe social, raça e etnia, geração, migração, geografia, orientação sexual, dentre outras. A falta de contribuição dos homens às políticas sociais impõe barreiras para que eles possam ser inclusos nestas mesmas políticas, o que inclui até mesmo a falta de conhecimento sobre políticas de igualdade. Entretanto, para os homens ainda há uma maior tendência em abraçar questões de equidade relacionadas ao domínio público, mas isso não permanece na mesma intensidade quando eles transferem estas questões para a vida privada (TAYLOR, 2012).

Na tentativa de aprofundar a reflexão acerca da relação entre os homens e a esfera privada, o próximo capítulo refletirá a respeito da presença masculina nos cuidados a partir da ótica paterna e profissional de uma creche/escola destina às famílias pobres.

## **CAPÍTULO II**

### **Homens e masculinidades em foco: um olhar sobre gênero e cuidados na educação**

Este capítulo destina-se à apresentação da pesquisa de campo realizada na Associação de Educação Infantil Florescer. Seu objetivo está em analisar a visão das profissionais e dos homens que exercem a paternidade em relação à presença masculina nos cuidados no âmbito dessa creche/escola.

Na primeira parte, este capítulo buscará analisar a relação profissional exercida com os homens desta instituição, as tensões e contradições geradas pela ambiguidade do sentimento profissional e a dificuldade em se trabalhar com questões de gênero no âmbito escolar. O olhar das profissionais da instituição em relação aos homens que cuidam também será apontado neste capítulo e através das análises das entrevistas realizadas com elas apontaremos os dados relevantes encontrados no campo.

A segunda parte está destinada à perspectiva dos homens em relação aos cuidados masculinos e a forma como são exercidos. Para isso, serão abordadas questões relacionadas à visão de compartilhamento e estereótipos de gênero, os traços da masculinidade hegemônica e a tensão gerada entre o provedor e o protetor que desenharam um pouco das características dos homens que cuidam dentro do campo de pesquisa. Assim, os homens das crianças atendidas, a partir do exercício da paternidade, apontarão seus olhares em relação aos cuidados masculinos e as análises partirão de alguns elementos que caracterizam a presença masculina no âmbito dos cuidados nesta instituição.

Iniciaremos fazendo uma breve apresentação do bairro do Rio Comprido, local onde se encontra situada a instituição. Apontaremos um pouco dos caminhos de sua história antiga e a rede construída nos dias atuais.

Conheceremos, assim, os objetivos e as atividades da Florescer, instituição sem fins lucrativos que desde 2001 vem atendendo crianças de baixa renda e moradoras das comunidades do entorno do Rio Comprido em idade de creche e Pré-Escola.

## 2.1 Conhecendo o território:

O bairro do Rio Comprido encontra-se situado na zona central do Rio de Janeiro, nos quais os acontecimentos históricos e geográficos da cidade, desencadeados pelas reformas urbanísticas do século XX, transformaram sua paisagem e população. No começo do século XVII, o Rio Comprido era uma área ocupada por chácaras e pessoas abastadas. Entretanto, com o crescimento populacional entre meados do século XIX e início do século XX, há o surgimento de moradias precárias, onde os morros foram rapidamente ocupados e sua população era, em sua maioria, negra, recém liberta da escravidão. Esses trabalhadores, por não terem condições em arcar com os altos custos dos equipamentos urbanos como transporte e aluguel, por exemplo, necessitavam estar próximos ao mercado de trabalho o que não restava alternativa a não ser a ocupação dessas moradias precárias. Desse modo, o espaço urbano torna-se uma batalha travada entre as elites cariocas e as massas que se amontoavam nos morros (SIQUEIRA, 2013).

A visão de bairro degradado iria mudar drasticamente com o governo do prefeito Pereira Passos, responsável por grandes reformas urbanísticas na cidade. As reformas do bairro do Rio Comprido varriam a população mais pobre do asfalto tendo como símbolo a construção da Avenida Paulo de Frontin. O bairro então “enobreceu”, pois estava favorecido pelas linhas de bonde, pelo comércio, pelas boas escolas, pelo ar ameno devido à localização próxima ao maciço da floresta da Tijuca, além de ser um local de fácil acesso entre as zonas Norte e Sul. Entretanto, com a expansão da cidade do Rio de Janeiro a opção escolhida foi a construção de um túnel que ligasse as três zonas da cidade (SIQUEIRA, 2013).

A principal Avenida do bairro, a Paulo de Frontin, é um importante suporte viário de acesso ao túnel Rebouças. Os investimentos públicos realizados pelo regime militar em 1964 adquiriram uma proporção gigantesca e será nessa época a construção do elevado sobre a Avenida Paulo de Frontin. Esse processo iniciará o arrasamento de vários quarteirões tais como Rio Comprido, Estácio, Lapa, Leopoldina, para dar lugar ao projeto da Cidade Nova. A reestruturação da Avenida Francisco Bicalho, eixo de ligação com a Avenida Brasil, impulsionou uma articulação para futuros acessos ao túnel Rebouças. A construção desse túnel, que dá acesso à zona sul, modificou drasticamente a paisagem dessas áreas, o que determinou ao mesmo tempo o crescimento e expansão de áreas urbanas e o declínio de outras (VASCONCELOS *et al*, 2002).

Com a construção do túnel Rebouças e o viaduto Paulo de Frontin, as antigas chácaras de flores e solares tão presentes nas paisagens da área, foram se transformando em ocupações de moradias que formam hoje os morros do Querosene, Sumaré, São Carlos, Turano, Escondidinho, Fogueteiro, Paula Ramos, dentre outras (LIMA, 2014). O barulho, a poluição e a limitação de luz natural, levaram muitos moradores tradicionais a abandonar o bairro, o que acabou por atrair maior número de população de baixa renda. A expansão das favelas desencadeada pela crescente ocupação da população pobre ocasionaria, assim, um maior índice de criminalidade no bairro (SIQUEIRA, 2013). Cabe ressaltar, que estas comunidades se encontram situadas também na divisa de outros bairros, tais como Santa Teresa, Catumbi, Estácio, dentre outros.

Atualmente, a região carece de uma rede de proteção que atenda à sua população mais vulnerável. Assim, durante o processo de observação do território, este trabalho buscou trazer algumas características da rede de proteção social do bairro partindo das impressões da pesquisadora. Escolas, hospitais, CRAS dentre outros dispositivos símbolos desta rede e da sua importância para a população de baixa renda fizeram parte destas observações, de modo a tecer com maiores detalhes a atmosfera onde foi realizada a pesquisa de campo.

Neste bairro, encontramos, hoje, no âmbito da educação, as Universidades Estácio de Sá e Unicarioca, o Colégio de Aplicação da UERJ, a Fundação Osório, além da Escola Pereira Passos localizada na praça principal do bairro e que é uma das instituições de ensino mais antigas da região, fundada em novembro de 1922. Atualmente ela recebe cerca de 650 alunos do primeiro ao nono ano do ensino fundamental, além de possuir duas turmas de educação infantil. Gerações de vizinhos seguem estudando na escola. Há relatos, inclusive, de parentes que só vieram a se conhecer devido ao fato de estudarem na “Pereira Passos” (LIMA, 2014).

O hospital Municipal Infantil Salles Neto, cuja ala infantil vem sendo fechada desde 2013, era uma importante referência na área da saúde da criança. Segundo dados do site da secretaria municipal de saúde<sup>5</sup>, o hospital reabriu em 1992 com uma nova proposta de atendimento possibilitando ainda que fossem criadas condições que estimulassem a presença da família junto à criança internada, além de participar de importantes discussões relacionadas à saúde da infância. A paralisação dos atendimentos pediátricos ainda mobiliza a população do bairro, inconformada com a impossibilidade de atendimento às crianças da região. Há uma série de manifestações da população e de Associação de Moradores nos fóruns, conselhos e redes sociais que lutam pela volta do atendimento pediátrico.

---

<sup>5</sup> Fonte: <http://www.sms.rio.rj.gov.br/>

Atualmente, o espaço se transformou em clínica da família e se antes ele se restringia aos cuidados de crianças, agora a questão da saúde se amplia com atenção diferenciada para as famílias da região, pois seu objetivo está em focar nas ações de prevenção e promoção de doenças. Um dado interessante observado foi que um serviço de média complexidade passou a se transformar em um serviço de atenção básica estabelecendo que a população tenha acesso a um atendimento preventivo. Nesse sentido, os profissionais da Clínica da Família do Bairro do Rio Comprido se caracterizam pela presença de um grande quantitativo de agentes comunitários de saúde. Assim, a impressão que se tem de quem observa é que o espaço aparenta ter um caráter mais administrativo, pois visa, sobretudo, a saúde enquanto prevenção, impulsionada pelos agentes comunitários. Descaracteriza-se o que ocorria antes, quando se tinha no local emergência e ambulatório destinados às crianças de qualquer região, o que era antes o Hospital Municipal Infantil.

Vale ressaltar que quando se atendia crianças, as salas de espera estavam sempre amontoadas de gente (principalmente de mães com seus filhos, embora houvesse presença de poucos homens). Atualmente, a impressão que se tem é de que há mais profissionais do que usuários e as salas de espera ficaram vazias com a mudança do tipo de atendimento e de público. No que se refere ao público atendido, uma grande diferença identificada por meio da observação foi a entrada de homens e de idosos, tendo em vista que o Hospital Salles Neto possui sua história dedicada ao público infantil.

Uma vez que a instituição deixa de ser um espaço destinado ao atendimento exclusivo de crianças e passa abarcar toda a família, suas estruturas também tendem a se transformar. Observa-se que há um esquema de segurança muito mais forte do que na época de atendimento infantil. Seguranças fardados sempre fizeram presença nesse espaço, embora, atualmente, com a clínica da família eles estejam em maior número, além de apresentarem postura de maior autoridade, estando sempre presentes na porta de entrada da instituição.

Na área da Assistência Social, o CRAS Germinal Domingues é referência da região e abrange, no que se refere ao bairro do Rio Comprido<sup>6</sup> (também Estácio, Cidade Nova e Catumbi), as comunidades do Turano, Paula Ramos, São Carlos, Querosene, Fogueteiro e Escondidinho. Situado na Rua Ambiré Cavalcanti, 95, a sede do CRAS foi adquirida através da aquisição da prefeitura pelo espaço. O nome Germinal Domingues<sup>7</sup> foi em homenagem ao chileno que iniciou um projeto que oferecia oficinas esportivas e culturais gratuitas.

---

<sup>6</sup> Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br>

<sup>7</sup> Fonte: <http://germinaldomingues.blogspot.com.br>

Nota-se também que a sede do CRAS se caracteriza por ser uma espécie de mansão antiga, com escadas e jardins a sua volta. Possui áreas de floresta, pois está localizada na subida de um morro, em uma área ainda pouco urbanizada. O clima “doméstico” do CRAS permanece quando se adentra a casa. Na sua entrada, há uma mulher que recepciona as famílias.

As mulheres, tanto profissionais como usuárias, são grande maioria no espaço. Há presença de profissionais homens, embora os poucos que tenham assumam cargos de chefia. O espaço comporta também a presença de crianças, o que acaba por deixar o ambiente com um ar recreativo, pois elas se distraem enquanto suas mães estão sendo atendidas. Os poucos homens presentes observados possuem alguma deficiência, pois na maioria das vezes, eles adentram esses espaços porque necessitam de documento que declare sua composição e renda familiar para a solicitação do Passe Livre<sup>8</sup>.

Vejamos agora como se caracteriza o espaço em que foi realizada a pesquisa que refletirá sobre a presença dos homens na arena dos cuidados.

### **2.1.2 Conhecendo o espaço da pesquisa:**

A Associação de Educação Infantil Florescer é uma organização sem fins lucrativos, existente desde dezembro de 2001. Sua área de atuação foi escolhida pelos agentes da instituição devido à grande concentração de comunidades carentes apresentadas na área do Rio Comprido (Complexo do Turano, Comunidade Paula Ramos, Morro do São Carlos, Morro dos Prazeres, Falete, Fogueteiro, Sumaré, Querosene, dentre outras), e adjacências, estando sua população situada na linha de pobreza ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Outro fator que levou a escolha da região pela escola foi a identificação de uma região com forte demanda de programas de proteção e apoio socioeducativos destinados a crianças, adolescentes e suas famílias oriundas de população comunitária e de baixa renda. Para Mesquita (2012) os complexos mecanismos proteção social acessados pelas famílias pobres foram sendo construídos (historicamente) tanto pela articulação da esfera privada (vizinhança, ONGs, instituições religiosas e filantrópicas, etc) quanto da esfera pública (de mecanismos

---

<sup>8</sup>Fonte: <http://www.transportes.gov.br/>

ofertados pelo Estado), de práticas formais e informais, não apenas no que concerne os modelos de proteção vigentes, mas no papel que a família desempenha neste processo.

A escola (que também é creche) visa promover o conhecimento e estimular a capacidade física e intelectual de cerca de 100 crianças de 18 meses a 5 anos de idade (em idade de creche e pré-escola) visando seu desenvolvimento integral em parceria com as famílias, orientando-as em relação ao primeiro ciclo de vida e à educação das crianças. Para Barros (2008) a educação infantil, reconhecida pela Constituição de 1988 como direito da criança, opção da família e de dever do Estado, a partir da aprovação da Lei de diretrizes e bases da educação nacional, de 1996, passa a ser reconhecida como a primeira etapa da educação básica. Assim, ela deixa de ser vinculada apenas a assistência social e passa a ser integrada às políticas de educação. Para o autor, a mudança da concepção da educação infantil obriga as instituições a obedecerem às normas e diretrizes de regulamentação exigindo a necessidade de um projeto pedagógico, profissionais de formação, materiais próprios e espaço físico adequado (BARROS, 2008).

Entretanto, muitas crianças ainda não têm o acesso à creche e pré-escola gratuita e de qualidade em tempo integral. Atuando na Florescer e observando o perfil de famílias pobres com crianças pequenas é possível observar que seus responsáveis acabam por deixá-las com outras pessoas, principalmente mulheres, para que possam trabalhar. Estas cuidadoras, que costumam ser vizinhas e moradoras das comunidades próximas aos familiares, em muitos casos, não possuem infraestrutura necessária para os cuidados com crianças pequenas e chegam a cuidar de várias delas ao mesmo tempo. É comum no atendimento profissional direcionado a essas famílias, o relato de acidentes sofridos pelas crianças deixadas com essas “babás”. Neste sentido, é possível perceber através das falas dos próprios familiares, que as creches acabam por assumir um papel de segurança para as crianças, pois é notável a preocupação além da angústia de famílias pobres que, para poderem trabalhar, se veem na obrigação de deixar os filhos, muitas vezes, com pessoas e/ou em ambientes inapropriados e inseguros.

Outra questão observada através das falas dos familiares é de que as creches da prefeitura costumam ser “depósitos de crianças”, que não possuem um cuidado específico com os alunos, além de se localizarem em regiões perigosas das comunidades, deixando os pais aflitos. A Associação de Educação Infantil Florescer se localiza no asfalto, mais precisamente na Avenida Paulo de Frontin, o que tranquiliza os pais em relação à violência das comunidades. Os familiares dos alunos da “Florescer” costumam dizer também que a

creche comunitária se assemelha a “uma escola particular”, sendo referência na área da educação e dando certo status às crianças que conseguem estudar nela, pois a escola/creche realiza um processo seletivo de seus alunos. De fato, a escola é bem organizada, possui uma estrutura adequada, tanto de profissionais quanto de espaço físico, e dispõe de um projeto pedagógico acordado com os conselhos de educação, além da preocupação em realizar um trabalho com as famílias das crianças. Estes fatores acabam encantando as famílias pobres da região, tão “acostumadas” a uma educação que, muitas vezes, não cria abertura para a participação familiar.

Dentre as atividades realizadas com as crianças matriculadas na Associação de Educação Infantil Florescer podemos destacar:

- Aulas de Artes
- Aulas de Capoeira
- Prática Psicomotora
- Atividades Culturais: música, teatro, literatura e passeios
- Reforço escolar
- Sala de multimeios
- Palestras para os familiares
- Reunião de pais
- Atendimento individual à criança e à família na área pedagógica e de serviço social

Já dentre as práticas da instituição levantamos como objetivos principais:

- Aumentar a autoestima das crianças e seus familiares;
- Garantir a inclusão e permanência da criança na escola, prevenindo a evasão e o “fracasso” escolar;
- Prevenir o abuso e a violência contra as crianças;
- Promover hábitos saudáveis para crianças e familiares (higiene, saúde e alimentação);
- Auxiliar na superação das dificuldades emocionais e de aprendizagem;
- Promover o desenvolvimento psicomotor das crianças;
- Fortalecer vínculos familiares e a cultura local

Pode-se dizer que a participação das famílias no processo socioeducativo de crianças matriculadas em creche perpassa dimensões educativas, biológicas e cognitivas e levanta questões no âmbito emocional e social, trazendo um olhar diferenciado em relação à criança. O desenvolvimento de estratégias de intervenção social planejada junto às famílias, com o objetivo de garantir maior participação destas na vida escolar de seus filhos, favorece o encontro entre a escola e a comunidade, fortalece identidades e reconstruindo vínculos familiares. As atividades principais da Florescer realizadas com as famílias são:

- Realização de atendimento individual e/ou coletivo, compreendendo a demanda, garantindo o acesso às informações e orientando quanto aos encaminhamentos no que tange questões ligadas a proteção social básica.
- Realização de entrevistas para renovação de matrícula, com o objetivo de atualização de cadastros e conhecimento de novas demandas dos casos.
- Elaboração de Estudos de Caso com o objetivo de acompanhar as famílias atendidas e suas demandas.
- Distribuição de folhetos explicativos com dicas mensais aos pais sobre alimentação, hábitos alimentares, saúde e higiene.
- Palestras educativas para as famílias das crianças com diversas temáticas
- Trabalhar questões relativas ao cuidado, higiene, prevenção de doenças, alimentação saudável, escovação e primeiros socorros. Os assuntos abordados têm como objetivo a conscientização do cuidado com a saúde visando uma melhor perspectiva e qualidade de vida para todos os membros da família.

A Associação de Educação Infantil Florescer dispõe de 21 profissionais em seu quadro de funcionários dentre eles: diretora pedagógica, coordenadora pedagógica, assistente social, nutricionista, técnica de enfermagem, cozinheira e auxiliar de cozinha, professoras, recreadoras e auxiliares pedagógicas e auxiliar administrativo. Vale ressaltar que, atualmente, todas as profissionais são mulheres com exceção do professor de capoeira. Quando há a existência de profissionais homens, estes atuam na função de auxiliar de serviços gerais sendo responsáveis, além da limpeza, pelo carregamento de materiais, consertos, serviços de rua, dentre outros.

### **2.1.3 Entrando no campo:**

A entrada no campo para a realização das entrevistas com os homens e os profissionais da Associação de Educação Infantil Florescer, iniciou-se através de uma reunião com a direção da escola. Tanto a diretora quanto a assistente social, também presente, demonstraram interesse pelo tema da pesquisa, sobretudo porque, para elas, era nítido o grande quantitativo de mães (e mulheres) atuantes na escola além da ausência paterna ainda ser um dado presente no perfil dessas famílias. Para Mesquita (2012) a intrínseca relação entre monoparentalidade, gênero e vulnerabilidade social caracteriza a situação de famílias brasileiras em contextos sociais específicos, especialmente entre as mais pobres.

Porém, ao mesmo tempo, a crescente presença masculina no âmbito escolar foi um fator apontado com entusiasmo pelas profissionais. Em uma das falas da diretora ela se diz

impressionada com o número de homens presentes nas últimas reuniões de pais. A análise deste dado e de outros serão vistas mais a frente através das entrevistas com as profissionais.

O próximo passo foi a necessidade de identificação dos homens. Como esta pesquisa foca em homens e masculinidades na perspectiva do cuidado, a direção da escola foi questionada em relação aos homens que elas consideravam mais “cuidadores” e que elas acreditavam que tinham presença atuante na escola. A partir daí outros profissionais foram envolvidos para que esses homens fossem identificados. Outro método utilizado pelas profissionais na coleta dos pais foi a Ficha de Cadastro dos alunos que consiste na identificação e dados da família, tais como condições de moradia, inserção em programa social, perfil socioeconômico, inserção no mercado de trabalho (formal e informal), escolaridade dos pais, estudo social, dentre outros.

Durante este processo, de fato, os profissionais acabaram por indicar os mesmos homens. Os motivos que fizeram eles serem identificados e apontados como cuidadores foram variados: busca e/ou traz na escola/creche, conversa com as professoras, atende ao que é solicitado, vem às reuniões, telefona, demonstra carinho, escreve na agenda (meio de comunicação entre a escola e a família), demonstra conhecimento sobre o filho, comparece as reuniões, questiona sobre o filho na escola/creche. Ou seja, embora as justificativas de cuidados apontados pelas profissionais da instituição possam variar, a representação do cuidado masculino em si se apresenta de maneira semelhante entre elas. Nesta perspectiva, podemos dizer que as relações de cuidados masculinos, no entendimento das profissionais, não se apresentaram de maneira tão subjetiva assim. Neste caso, o cuidado tem produções objetivas, práticas e visíveis aos olhos dos outros. Exerce cuidado quem segue determinadas representações claras, normas já estabelecidas pela sociedade. Para Rodrigues *et al* (2008) o cuidado humano deveria constituir-se num imperativo moral, da atitude ética, em que seres humanos percebem e reconhecem os direitos uns dos outros.

No início das entrevistas realizadas com as profissionais da creche, num primeiro momento, elas não demonstraram estranhamento ao serem questionadas sobre os homens na esfera do cuidado. Entretanto, por vezes, nota-se uma espécie de reflexão das profissionais no próprio decorrer da entrevista, como se apresentassem certa surpresa ao serem questionadas sobre determinados assuntos, como se nunca houvessem pensado de maneira mais aprofundada sobre o tema. Embora se notasse um interesse por parte dos profissionais em relação à paternidade e sua crescente entrada no âmbito escolar, segundo Silva e Piccini (2007) pouco se sabe como os pais estão vivenciando tais mudanças, como se avaliam nesse

papel e que sentimentos nutrem a respeito da paternidade. Assim, pensar em paternidade sugere caminhos cujas análises ainda estão em construção.

Durante a pesquisa de campo foram entrevistadas 6 profissionais da creche: a diretora pedagógica, a coordenadora e professora pedagógica, a assistente social, a técnica de enfermagem e duas recreadoras (uma da turma da Pré Escola I que compreende crianças de cerca de 5 anos de idade e outra do Berçário II cuja faixa etária é de 18 a 24 meses completos). A creche analisada, atualmente, só possui mulheres em seu quadro de funcionárias, com exceção do professor de capoeira que vem uma vez por semana na escola e que tanto os profissionais quanto as crianças relataram gostar muito da presença dele.

Outro dado importante de ser ressaltado é que a escola realiza um processo seletivo de seus alunos através de entrevistas com a assistente social, que objetiva traçar um perfil das famílias atendidas. A ideia da direção é selecionar crianças cuja creche trará um real impacto na vida das famílias. Assim, não são selecionadas, por exemplo, famílias cujos outros irmãos não estejam inseridos em creche ou pré escola, uma vez que, para a direção da Florescer, a entrada de apenas uma criança não permitirá que os pais possam trabalhar, pois eles precisarão continuar em casa para cuidar de outro (s) filho (s) pequeno (s).

As entrevistas com as profissionais foram realizadas na própria instituição. Cada profissional teve o horário de entrevista agendado de acordo com a disponibilidade de horário. Todas as entrevistas foram gravadas com permissão das entrevistadas e transcritas para análise posteriormente.

## **2.2 Olhares sobre homens e masculinidades nos cuidados: a perspectiva profissional**

Em um primeiro momento, todas as profissionais entrevistadas relataram gostar da presença de homens no espaço da creche. Notou-se, por parte delas, um grande carinho em relação à presença masculina na escola. Em nenhum caso das entrevistas foi verbalizada uma falta de interesse em relação aos homens e a paternidade, ao contrário, todas demonstravam grande simpatia pela temática e “grata surpresa” quando questionadas em relação aos cuidados masculinos.

Algumas profissionais relataram que acreditam que os homens se sintam confortáveis em falar e questionar sobre seus filhos, embora no decorrer das falas tenham sido relatadas algumas tensões geradas pela presença masculina. Quando questionadas em relação à forma

como a creche recebe os homens, em praticamente todos os relatos das profissionais de educação há o discurso de que a escola se apresenta sempre aberta e solícita à presença masculina. Entretanto, no decorrer das entrevistas, algumas profissionais foram se “dando conta” (embora não tenham verbalizado essa questão diretamente) de que, sutilmente, atuando em sua prática profissional acabam por reforçar o espaço da creche/escola como um espaço de identificação profissional maior em relação às demandas das mulheres.

### **2.2.1 A presença masculina na escola: a ambiguidade do sentimento profissional**

Durante a realização das entrevistas ficou nítido que a presença masculina na creche é uma configuração nova. Para a coordenadora e também professora da escola, por exemplo, a presença dos homens na creche faz com que a escola se adapte a essa transformação. Para ela, em outros tempos, não era comum a presença masculina e atualmente isso parece estar num crescente. Em seu discurso, ela aponta que a escola está aprendendo com isso na prática, no cotidiano e está se adaptando de maneira muito natural a esta mudança.

Vejo os pais cada vez mais presentes aqui na creche. Antigamente, a gente não via tanto e eu fico muito feliz com a presença deles. Eu acho que a gente está se adaptando a essa transformação, eu vejo a escola aprendendo isso no cotidiano, na prática, acho que é muito natural (fala da coordenadora e professora).

Embora a fala da coordenadora aponte para uma espécie de “acompanhamento” por parte da creche/escola em relação ao aumento da presença masculina no ambiente escolar, outras profissionais apresentam um discurso mais crítico. Para a diretora, por exemplo, há certo “comodismo” por parte da escola em, na maioria das vezes, remeter naturalmente os cuidados das crianças às suas mães. Isso aponta também que embora os homens estejam, cada vez mais, adentrando este novo espaço, o ambiente da educação infantil ainda é um “habitat natural” das mulheres. Outro ponto apontado pela diretora é o papel de provedor que os homens historicamente construíram na sociedade o que, talvez, possa ser um desafio para a entrada deles na arena dos cuidados. Para a diretora, há uma facilidade muito maior das profissionais em se dirigir às mães do que aos pais:

Infelizmente, este é um espaço muito destinado às mulheres, provavelmente por causa da questão financeira e, historicamente, é um espaço muito maternal. Os homens ficam sempre com esse papel de provedor e acaba que eles ocupam muito pouco o espaço da escola. A gente acaba se acomodando ao deter a participação só da mãe, por mais que a gente esteja extremamente aberta à presença paterna, a gente sempre se dirige muito mais facilmente às mães do que aos pais (fala da diretora).

A assistente social da escola apresenta uma visão ainda mais crítica do que a destas profissionais. Para ela, no âmbito profissional, a presença dos homens nos cuidados causa “espanto, estranheza e surpresa”. Em seu relato, ela aponta que quando um homem participa muito ativamente da vida da criança, as profissionais reparam e comentam muito, como se fosse “algo de outro mundo”. Embora em um primeiro momento, as profissionais possam ficar surpresas com o comportamento desses homens em relação aos seus filhos, para a assistente social, este sentimento tende a se transformar com o passar do tempo, na medida em que elas passam a construir uma profunda admiração por esses homens. Outro ponto abordado por ela é a dificuldade da educação em refletir sobre as questões de gênero, pois a escola tenderia a absorver de maneira diferente a presença masculina do que a já “tradicional” feminina.

Quanto à comunicação com o debate de gênero é preciso avançar muito, conversar muito. A comunicação está sempre nesses dois extremos: o estranhamento e a admiração, não se constroem práticas de professoras e direção para incentivar a participação, para responsabilizar mais o homem, eu não vejo isso. É preciso avançar mais (fala da assistente social).

Como exemplo desse estranhamento, a assistente social exemplifica o caso de um dos homens apontado como um dos mais cuidadores pelas profissionais. Com a filha em idade de creche é ele que assume os cuidados maiores, desde a adaptação da criança ao seu desenvolvimento pedagógico. Curiosamente, quando esse pai resolve assumir o protagonismo desses cuidados, a mãe torna-se praticamente invisível e o homem passa a comandar as decisões também neste âmbito. Isso sugere que também no âmbito do cuidado, quando assumido fortemente pelos homens, as relações de poder masculino em relação à mulher também podem ser evidenciadas.

Tem um pai aqui na creche que você vê que é o responsável por tudo, ele que decide, a mãe quando vem aqui fica quieta, o pai que decide, ele que resolve. Ele que vem trazer, ele que vem buscar, ele se preocupa como é que está o andamento da criança na creche, na adaptação. E praticamente todos os funcionários da creche vieram falar para mim, você viu o pai de “fulado” como é preocupado, desenvolve, resolve tudo, ele que vem buscar e é um dos primeiros a chegar... (fala da assistente social).

Este sentimento de espanto retratado na fala da assistente social é perceptível também nas falas das professoras e recreadoras, na qual a comunicação com as famílias é voltada para as relações de cuidado. São elas que estão cotidianamente com seus filhos, que os conhecem, que os alimentam, que brincam, que os educam. São com elas que as crianças passam a estabelecer uma relação de afeto. Neste sentido, indiretamente, elas passam a exercer uma relação com as famílias das crianças porque elas são as cuidadoras de seus filhos no horário em que os pais precisam estar trabalhando.

O pai que eu te falei que eu vejo que cuida muito da criança pergunta tudo. Ele está sempre me perguntando, é um pai que “só Jesus” está sempre perguntando mesmo! Eu acho legal, um pai que se preocupa, zeloso, está se envolvendo. Acho bonito um homem cuidando sozinho da casa, a gente está acostumada a ver mais mãe, né? Eu acho muito legal ver os homens participando (fala da recreadora).

Nas falas da assistente social e da recreadora é possível observar como a questão da responsabilidade ainda é algo vinculado às mulheres. Quando o homem se apresenta com questionamentos em relação ao desenvolvimento do filho, cumpre os horários e consegue se entender na comunicação com a escola sem o auxílio da mãe, estas características tendem a causar espanto, estranheza e surpresa por parte dos profissionais, pois tais comportamentos não foram historicamente construídos como masculinos. Nesse sentido, após este “estranhamento” inicial, as profissionais parecem demonstrar grande admiração quando os homens se apresentam como cuidadores, sobretudo em relação aqueles que cuidam sem a presença feminina, afinal um pai cuidando sozinho de crianças e, conseqüentemente, estas sendo criadas sem a presença da mãe tende a gerar uma “comoção” muito maior do que as famílias monoparentais femininas, que são naturalizadas.

Essa polaridade entre “estranhamento e admiração” acaba por criar uma espécie de “rede de solidariedade” das profissionais em relação a esses homens que sensibilizadas quanto à falta da presença da mãe, tentam de alguma forma “compensar” este pai.

Quanto ao homem, quando ele cuida sozinho de uma criança ele consegue ser muito mais do que a mulher, porque não é uma coisa que a gente está acostumada a ver e não é uma coisa que o homem tem. A gente que é mulher leva para o lado sensível e a gente mesmo fala que um homem não vai conseguir, e a gente entra naquela questão que é a mulher que tem que cuidar da criança, que tem o cuidado (fala da técnica de enfermagem).

No que tange à presença dos familiares homens e mulheres no espaço da escola/creche, quando questionadas em relação ao atendimento dado aos pais, as profissionais apontaram a existência de um tratamento diferenciado concedido em relação às mães e aos pais. Embora isso não seja verbalizado diretamente, é possível perceber nos relatos “deixas” de como a presença masculina nos cuidados ainda é algo que precisa ser reconstruído. É possível perceber que a existência exclusiva de mulheres no campo causa uma maior identificação das profissionais com as mães. Em algumas falas, as profissionais relatam que acabam fazendo determinadas coisas para os homens por acharem que eles não vão conseguir como, por exemplo, pentear o cabelo, trazer alguma roupa para determinada festa... As próprias profissionais tomam partido da criança e acabam realizando essas funções por acharem que os homens não vão realizar ou entender o que elas solicitam, mobilizando parte de sua atuação profissional para compensar esses “déficits” masculinos.

Quando a gente vê que tem um homem que parece cuidar mais da criança do que a mãe, a gente costuma ajudar mais. Por exemplo: vai ter uma festa na creche, não sabe arrumar o cabelo direito, não sabe arrumar, enfim... Daí a gente tenta ajudar “não, pode deixar que a gente arruma aqui, a gente faz o penteado dela” ou então quando precisa de alguma coisa a gente tenta ajudar, mas a gente escreve bem direitinho na agenda porque a gente sempre acha que o homem não tem jeito para essas coisas, que não vai entender o que a gente está pedindo. Eu já ouvi relato de recreadora que veio falar que “o pai do “fulano” veio falar comigo, mas eu achei que ele não fosse fazer, que ele não fosse entender”. Principalmente quando é questão de arrumação de uma roupinha para uma festa ou questões relacionadas à higiene como cabelo, penteado, são coisas que a gente evita de falar com os homens (fala da técnica de enfermagem).

A identificação maior por parte das profissionais com as mães das crianças também foi admitida na fala da recreadora como podemos perceber no relato abaixo. Desse modo, embora as profissionais relatem que estão sempre abertas à presença masculina no espaço da escola/creche, contraditoriamente, elas assumem que essa identificação com as mulheres gera maior conforto no âmbito profissional.

Não tenho preferência na hora de atender a mãe ou o pai de aluno, mas acho que a mulher fica mais à vontade, mais confortável de conversar do que o pai. Acho que a mulher entende mais o nosso jeito (fala da recreadora).

Assim, podemos dizer que os homens cuidadores tendem a desencadear, em relação às profissionais, portanto, um sentimento ambíguo. Se, por um lado, eles podem causar certa estranheza por estarem em um papel historicamente concedido às mulheres, por outro, estas mesmas profissionais tendem a ter profunda admiração e solidariedade para com os mesmos.

Esta observação partiu da assistente social da escola que, diferente dos profissionais de educação e de saúde pertencentes à instituição, tem uma postura mais crítica em relação às questões de gênero.

Outro ponto apontado por ela, é que haveria uma resistência na contratação de profissionais homens no espaço da escola, principalmente se for para trabalhar diretamente com as crianças. A assistente social apontou também que busca, embora nem sempre consiga estimular os homens para o espaço da escola, pois percebe que as mulheres os deixam em “segundo plano”. Ela relatou que tenta não reforçar esses papéis em sua atuação profissional. De fato, esse dado foi confirmado pela própria diretora da escola que mencionou nunca ter visto tanto a presença masculina como nas últimas reuniões de pais.

O “tradicional” papel da mãe não estaria causando sentimentos profissionais como os já apontados em relação aos homens. Acostumadas em lidar com a presença feminina, os cuidados das mulheres não causam nas profissionais o mesmo impacto gerado em relação aos cuidados masculinos. Ao contrário, em alguns casos, os cuidados maternos podem gerar certo incômodo para as profissionais. Como aponta Mesquita (2013), a intrínseca relação entre monoparentalidade feminina, vulnerabilidade social e gênero, onde as famílias configuradas nesse arranjo familiar estariam mais expostas às situações de risco, pode afetar a visão profissional, uma vez que nas produções de cuidado a família pode ter uma visão negativa, podendo ser, em alguns casos, responsabilizada e culpada (DUARTE, 2013). Ilustremos esta reflexão no relato a seguir:

Uma mãe muito preocupada, que telefone muito para a escola, os profissionais vão se espantar e falar; “pô, essa mãe está enchendo o saco, não deixa o filho andar com as próprias pernas”, os funcionários vão comentar. Quando um pai fica muito preocupado, os funcionários ficam pensando que pode ter alguma coisa de errado com esse homem. Mas, depois que passa esse estranhamento, as pessoas começam a ter uma admiração. Os pais participativos as funcionárias adoram porque percebem esse zelo, esse cuidado, que não é uma coisa comum entre os homens. Passado o estranhamento, causa uma admiração por parte dos profissionais. Muitas vezes uma coisa que quando partida de uma mulher vai ser uma “encheção de saco” (fala da assistente social).

Neste sentido, a invisibilidade dos homens observada na assistência social e notada na ausência de articulação entre pobreza masculina e proteção social (BARBOSA, 2013), se desenhará em outro extremo no campo da educação, onde o homem cuidador estaria sendo “supervalorizado” pelo sentimento de admiração causado entre as profissionais. Ambos os campos sugerem uma forte limitação das análises de gênero e desafiam perspectivas de políticas sociais igualitárias no que concerne esta temática.

### **2.2.2 A estética feminina em confronto com o masculino**

A Associação de Educação Infantil Florescer situa-se em uma espécie de “casa” com estrutura antiga e uma varanda na entrada. Passado o portão, ainda pelo corredor, é possível notar os trabalhos pedagógicos realizados pelas crianças, sempre muito cheios de desenhos de flores, representando o nome fantasia da instituição: “Florescer”. As pinturas encontradas na decoração das salas de aula também sugerem uma espécie de floresta com tons de verde, amarelo e, claro, flores rosas espalhadas, além de desenhos de bonecas sempre em tons muito coloridos. Esta estética não se restringe as da sala de aula, pois na sala dos professores e na sala administrativa elas se mantêm. Os murais destas salas são sempre muito enfeitados com purpurina, fitas coloridas e desenhos de diversos tipos de flores, inclusive no material de escritório. Na sala administrativa há inclusive a presença de bonecas que não são utilizadas para as brincadeiras das crianças, mas sim com o intuito de decoração. Assim, podemos dizer que além da existência de profissionais mulheres a própria estética da escola/creche, embora de maneira sutil, tende a reafirmar alguns símbolos tidos como femininos, tais como o grande quantitativo de flores e bonecas, e do colorido da purpurina, das fitas, dos enfeites delicados, sugerindo uma feminilização do espaço.

Esta estética poderia gerar uma espécie de confronto com o masculino, uma vez que a sutileza de seus símbolos reafirma um espaço destinado às mulheres. Nesse sentido, a construção dos cuidados também estaria construída através desses símbolos favorecendo um distanciamento dos homens em relação aos cuidados para com as crianças.

Entretanto, mesmo com a resistência de símbolos femininos no espaço da escola/creche, fica nítido pelas entrevistas com as profissionais que elas observam a construção de novos papéis dos homens em relação aos cuidados para com seus filhos. Em várias falas, elas sugerem que, atualmente, alguns questionamentos masculinos eram, em outros tempos, demandas exclusivas das mulheres. Essa construção de papéis masculinos estaria influenciando o comportamento dos homens na escola/creche e as profissionais apontaram este fato constantemente nas entrevistas. Desse modo, podemos dizer que as novas construções de papéis dos homens na família podem estar influenciando de alguma forma também os espaços institucionais.

A gente vê o carinho e cuidado que um pai tem, a gente vê mais assim perguntando como é que foi o dia das crianças, às vezes bilhete com a assinatura do pai, nem tanto com a da mãe. E às vezes a gente vê mais o pai perguntando, mais até um carinho do pai e nem tanto a mãe. Tem criança que você vê mais o pai da criança. O pai da “Maria”, desde a adaptação é ele que vem saber se ela chorou, se ela comeu, por exemplo, ele que vem mais a mãe a gente não conhece (fala da recreadora).

Essa nova construção de papéis dos homens no ambiente escolar pode ser notada na fala da coordenadora. Ela relata que a presença masculina neste âmbito, em outros tempos, tinha uma função de autoridade e agressividade e não de cuidado, pois esta era uma demanda exclusivamente feminina. Entretanto, ela observa que essa postura masculina vem se modificando e os homens se veem tendo que acompanhar as práticas cotidianas da creche.

Antigamente era mais comum os pais virem na creche para demonstrar certa autoridade, aquela coisa meio de “macho”. As mães diziam “vou trazer meu marido aqui” meio que querendo pressionar a gente, amedrontar. Isso não acontece mais com tanta frequência. Uma vez um pai chegou gritando no portão dizendo que queria buscar o filho mais cedo e eu falei que não era possível porque ele deveria ter avisado à direção. Na hora ele ficou “p” da vida, achei que ele fosse me agredir, mas eu mantive a minha posição. No dia seguinte ele solicitou à direção que o filho saísse mais cedo e desde então ele passou a tratar todo mundo de uma maneira tranquila. Eles precisam entender que a escola tem regra, que precisa cumprir horário, que não posso beneficiar um e não beneficiar o outro, a escola tem que ser justa com todo mundo (fala da coordenadora).

Um dos fatores que pode estar contribuindo para que os homens transformem a sua postura perante este espaço é a feminização profissional muito comum em ambientes de educação infantil. A presença exclusiva de profissionais mulheres que caracteriza a instituição pode estar influenciando os homens de maneira dúbia, pois, ao mesmo tempo em que eles estão adentrando um espaço desconhecido e novo para eles (e, por isso, se veem obrigados a respeitar práticas escolares já historicamente consolidadas) eles podem estar exercendo, por reflexo de dominação, poder de autoridade e agressividade perante essas profissionais.

Neste sentido, a estética feminina do campo pesquisado pode se apresentar como um desafio no que se refere à atuação profissional com os homens no âmbito escolar. Isso porque, os símbolos permeados pela masculinidade hegemônica, (WELZER-LANG, 2011) o que inclui a visão de autoridade e agressividade, e a intrínseca relação do homem com a questão da violência (MEDRADO E LYRA, 2008) pode estar influenciando a atuação profissional, na medida em que esses ambientes têm em seu quadro de funcionários somente mulheres. A própria noção de autoridade explicitada na fala das profissionais, pode ter ligação com a dominação masculina (BOURDIEU, 1999), pois gera níveis hierárquicos de poder entre

homens e mulheres. Em um relato da técnica de enfermagem ela enfatiza essa função autoritária do homem que, para ela, possui uma postura de maior “agressividade”.

A gente se assusta com a presença dos homens na escola porque geralmente os pais têm uma forma não tão acolhedora, mais agressiva. Os pais quando vem aqui é mais porque a mãe ficou tímida de falar alguma coisa, chegou em casa reclamando e aí eles acabam vindo (fala da técnica de enfermagem).

As funções diferenciadas exercidas pelas profissionais entrevistadas dentro da escola/creche trouxeram algumas considerações interessantes para a análise das entrevistas. Seguindo a reflexão da técnica de enfermagem que relatou não se sentir tão confortável com a presença masculina na escola, a diretora fala a respeito de uma “reserva profissional” quanto a essa demanda. Porém, isso não é notado na fala das recreadoras, ao contrário, estas relataram que estimulam à presença dos homens no ambiente escolar e que acreditam que o espaço é tão receptivo à entrada dos homens quanto das mulheres. Entretanto, é possível perceber nas “entrelinhas”, a diferenciação feita por elas no que se referem à presença feminina e masculina quando, por exemplo, em uma fala da recreadora, ela aponta que é preciso manter um respeito.

Os homens são recebidos da mesma forma que as mulheres, claro que a gente mantém um respeito, a gente tenta trazer da porta para perto da gente, porque eles sentem o impacto, né? Só mulher, só professora, às vezes eles ficam meio assim, tímidos, travados, querendo chegar próximo, querendo perguntar alguma coisa e eu acho que a gente consegue fazer essa aproximação (fala da recreadora).

Na fala da diretora da escola, ela expõe justamente o contrário. Relata que observa que as profissionais, muitas vezes, não se sentem à vontade com a figura masculina, demonstrando uma maior cobrança e insegurança quando questionadas por um homem do que por uma mulher, pois quando elas atendem às mulheres elas conseguiriam “falar a mesma língua”. Em outra fala da técnica de enfermagem, ela relatou se sentir pouco à vontade em fazer determinados questionamentos aos homens e apontou que “algumas questões a gente fica travada na hora de perguntar”. Para a diretora, em relação aos homens, as profissionais se cobram muito mais, pois elas, muitas vezes, não sabem como se comunicar com eles. Assim, no atendimento aos homens, as profissionais se sentiriam mais “amedrontadas”:

Eu acho que existe sim, por parte da maioria dos profissionais, uma certa reserva em relação à participação paterna. No sentido delas se sentirem menos à vontade e um pouco mais cobradas quando é uma figura masculina. Então, quando alguém vem me falar “que o pai do fulano falou não sei o que” eu sinto que elas se sentem amedrontadas com essa demanda. Já as perguntas e demandas das mães não fazem com que elas se sintam amedrontadas. Em relação aos pais elas têm uma reserva. Em relação à paternidade elas se sentem mais inseguras em relação ao homem do que em relação à mulher. Elas se sentem mais à vontade quando é uma mulher, como se ela falasse a mesma língua, e o homem elas sentem certa reserva, não chega a ser medo, mas depende também da pessoa, mas de um modo geral eu sinto isso (fala da direção).

Esse “mix” de estética feminina, dominação masculina e símbolos de masculinidade hegemônica parecem ter, no campo profissional, ainda uma forte influência. Se, no campo da educação, as profissionais não conseguem lidar com os homens da mesma forma com que lidam com as mulheres é um sinal de que há uma ausência de reflexão acerca das práticas profissionais que relacionem gênero e cuidado.

Outro apontamento profissional relacionado à presença dos homens nos cuidados foi a ausência de uma crítica do espaço escolar em relação à questão de gênero. Isso porque quando as profissionais colocam que não há diferenciação de atuação no atendimento aos homens elas os responsabilizam única e exclusivamente pela entrada no âmbito escolar deixando de reconhecer que a creche/escola também deve fazer parte desse processo. Assim, as profissionais estariam de alguma forma se desresponsabilizando de uma visão crítica de gênero, na medida em que culpam exclusivamente os homens pela falta de atuação nos cuidados do âmbito escolar como veremos na fala a seguir:

Não vejo diferença no atendimento com homens e mulheres. Eu acho que essa coisa dos cuidados depende mais da figura masculina, eles precisam entender que a questão da criança, a formação, o pedagógico não é uma responsabilidade só da mãe, o pai pode interagir com a família (fala da coordenadora).

Entretanto, como já observado em outros relatos, é possível perceber em alguns casos desconforto, reserva, insegurança e até mesmo medo das profissionais em relação aos homens. Evidente que os homens devem ser responsabilizados pelo cuidado e que esse processo deve partir de uma construção por parte deles, porém os ambientes institucionais não devem se auto desresponsabilizar desse processo, ao contrário, são fundamentais na contribuição de uma reconstrução masculina nos cuidados. Até que ponto existem reflexões das práticas cotidianas dos espaços institucionais que remetem ao cuidado no que se refere às questões de gênero? Isso deve ser discutido para que a instituição e seus profissionais não estejam contribuindo para reafirmar estereótipos de gênero. Neste sentido, as instituições e

seus profissionais são também responsáveis por pensar em estratégias que estimulem os homens para a responsabilidade do cuidado e desmistifiquem o peso exercido por este sobre as mulheres.

A ausência de homens dentro do ambiente escolar afeta também, de alguma forma, as crianças. É comum estas ficarem surpresas com a presença de homens no espaço da escola, tendo este um local de representação tão feminina. Segundo uma fala da coordenadora:

Aqui a gente tem o professor de capoeira voluntário e os alunos costumam gostar muito dele, tem até um aluno meu que quando vê o professor fica estarecido, a gente não sabe se é uma coisa em relação à representação da capoeira ou se é alguma coisa relacionada à figura paterna. Mas as crianças têm um verdadeiro encantamento por ele. Adoram ele! (Fala da coordenadora).

Entretanto, a estética feminina da creche citada é um dado apontado pelas profissionais como um “dificultador” à entrada dos homens, sobretudo devido à possibilidade de constrangimentos possíveis em relação ao pai quando se depara somente com mulheres. A ausência de profissionais homens pode estar impactando o comportamento dos homens dentro do espaço da creche. Afinal, se o ambiente escolar tivesse maior presença de profissionais masculinos, os homens se portariam da mesma maneira?

A coordenadora da escola aponta para o fato de não haver profissionais homens exercendo a segurança da “florescer” como acontece nas escolas públicas. Para ela, a estética feminina estaria sendo mais confortável aos homens, pois eles se sentiriam mais à vontade sem a presença de outros homens. Desse modo, podemos nos perguntar se eles não teriam mais facilidade em exercer uma dominação dentro daquele espaço (já que nesta creche/escola só há profissionais mulheres em seu quadro de funcionárias). A dominação masculina se faz presente na relação dos homens com as mulheres, pois gera relações de poder a partir de uma perspectiva simbólica em reconhecer o masculino e o feminino. Assim, essas relações postas como legítimas mascaram a violência e a dominação exercidas pelo masculino em relação às mulheres. (BOURDIEU, 1999)

O fato de não haver homens fazendo a segurança da escola acho que os pais se sentem menos amedrontados, não sei dizer, nas escolas públicas há sempre um homem fazendo a segurança e aqui somos só mulheres que ficamos na porta, na hora da saída na hora da entrada... Acho que o fato de não ter homens aqui eles ficam mais confortáveis, mais confiantes por ser um espaço só de mulheres (fala da coordenadora).

Ao mesmo tempo, a estética feminina estaria exercendo sobre os homens uma maior confiança no ambiente escolar. Para Faleiros (2013) não por acaso, há uma predominância feminina em profissões que remetem aos cuidados, sobretudo no campo da pedagogia, enfermagem e serviço social, por exemplo. Nessas áreas, o cuidado está associado a um tipo de “atividade missionária” em que se exige dedicação, devoção. Os símbolos tidos como femininos, como a passividade, a fragilidade o acolhimento (MUNIZ, 1992) tendem a combinar com os espaços de cuidados, o que talvez não ocorra com os símbolos tidos como masculinos, cujas representações evocam a força, a virilidade, a atividade (MUNIZ, 1992). Nota-se, novamente, que a presença masculina nesses ambientes ainda estaria tendo valor simbólico de autoridade e agressividade, uma vez que esses comportamentos fazem parte da construção e dominação masculina (BOURDIEU, 1999). Para Barbosa (2013) no campo da assistência social, também composto por grande maioria de profissionais femininas, é comum a segurança ser acionada quando há a presença de homens usuários nestes espaços. Isto sugere que a presença masculina em ambientes esteticamente femininos tende a representar certa ameaça e, neste sentido, o fato de haver um homem exercendo a segurança da instituição representaria uma forma de proteção para essas mulheres. Assim, podemos dizer que espaços em que não haja presença masculina tendem a ser considerados mais “desprotegidos” para as mulheres, uma vez que, simbolicamente, os homens acabam por exercer uma função protetora.

Um ponto abordado nas entrevistas com as profissionais foi a questão da diferenciação da atuação profissional no que se refere à questão de gênero. Algumas delas relataram que quando atendem os homens, eles tendem a se apresentar mais pontuais e objetivos em suas demandas. No caso das mulheres, algumas profissionais apontaram que consideraram elas mais exigentes.

As mães costumam ser mais exigentes querem saber sempre mais. A gente responde, mas elas nem sempre ficam satisfeitas. O pai ele procura saber, mas você fala uma vez só e está tudo bem, ele fica satisfeito. A mãe você precisa falar sempre mais, elas perguntam de tudo (fala da recriadora).

A falta de intimidade dos homens com a rotina das crianças foi outro ponto observado pelas profissionais. A assistente social aponta que é muito difícil conseguir falas mais elaboradas dos homens quando questionados sobre a rotina de cuidados de seus filhos. Ela ressalta que eles não foram acostumados a falar sobre cuidados e, por isso, é necessário um atendimento diferenciado. Nesse sentido, a assistente social relata que precisa criar estratégias

dentro de sua prática profissional para que os homens possam refletir sobre a atuação deles como cuidadores, pois eles não estariam acostumados a serem questionados sobre essa vivência:

Eu tenho um pouco mais de cuidado quando eu vou fazer uma entrevista com um pai, no que perguntar, como perguntar. Às vezes eu percebo que eles são mais fechados e não tem uma naturalidade em falar da rotina do cuidado com a criança, não tem uma naturalidade de falar da rotina da criança. Muitas vezes, eu pergunto na entrevista com o pai, “mas o senhor é participativo na vida do seu filho?” Porque eles falam de uma maneira muito vaga, eu tenho que ficar instigando eles a falarem, é quase uma entrevista investigativa, porque senão eles são muito pontuais. Eles não estão acostumados com alguém perguntando como é a rotina de cuidados dele com o filho, é uma coisa que não é comum. Pelo fato do homem não estar muito íntimo com as relações de cuidado com as crianças ele acaba sendo muito pontual (fala da assistente social).

Uma vez que as profissionais apresentam maior facilidade em trabalhar com a figura da mulher, os homens passam a ser pouco estimulados a falarem sobre sua rotina de cuidados e tendem a se confinar como suporte às mães. Esta identificação ocasionada pela estética feminina do campo pode estar prejudicando a presença dos homens nestes espaços, haja vista que eles apresentam dificuldades em elaborar situações e rotinas de cuidados. Neste sentido, a estética feminina pode estar contribuindo para um determinado “tipo” de atuação profissional, uma vez que a demanda, e, conseqüentemente, o atendimento dado aos homens e mulheres neste espaço se apresenta de maneira diferenciada. Este “tipo” de atuação profissional pode estar contribuindo para uma invisibilização das formas de cuidados masculinos, uma vez que a identificação profissional se dá instantaneamente através dos cuidados entre mulheres.

No que se refere aos atendimentos às famílias, a diferença que eu percebo é que quando é mãe, como eu sou mulher e eu sou mãe, eu uso muitos exemplos meus, tenho uma identificação mais fácil, não que eu não faça isso com os homens, mas é como se eu partisse do pressuposto que ele não faz esses cuidados que normalmente a mulher faz. Com os homens, eu até utilizo alguns exemplos meus, mas nem tanto como faço com as mulheres. No atendimento com os homens eu tento usar exemplos de outras crianças da sala “não é só o seu filho, crianças fazem isso normalmente”, mas não tanto os meus exemplos. Eu atendo poucos pais, eu só chamo os pais quando há uma situação específica, pontual (fala da diretora).

Isto pode ser notado também na área da saúde, por exemplo. Na creche, há uma técnica de enfermagem que realiza o acompanhamento da saúde da criança na escola. Dentre as funções atribuídas a ela em relação às crianças está a de atender à medicação (com receita médica), pesar e medir, realizar os primeiros socorros, dentre outras. No ato da matrícula da criança é realizada uma espécie de triagem da área da saúde no qual a técnica de enfermagem

faz uma série de perguntas aos familiares, tais como: se houve problemas ao nascer, se faz uso de medicação diária, de como é que foi o processo de amamentação, se possui alguma restrição alimentar e etc. Em relação ao atendimento de saúde, a técnica relatou que os homens não conseguem assimilar as perguntas com tanta facilidade quanto às mulheres.

Quando eu faço a entrevista de enfermagem em prefiro entrevistar as mães porque geralmente elas têm mais informações que o pai, principalmente em relação ao peso, altura, se teve algum problema ao nascer... Acho que elas são mais detalhistas. Eu já fiz entrevistas com o pai, mas na maioria das vezes eles não têm tanta informação quanto à mãe tem e geralmente elas conseguem dar todos os tipos de informação (fala da técnica de enfermagem).

Esta facilidade em lidar com a figura feminina no espaço da escola pode estar contribuindo para a limitação do homem na educação, uma vez que a maioria das profissionais entrevistadas admite uma identificação maior em relação às mulheres. O fato das profissionais demonstrarem maior conforto em trabalharem com as mulheres pode ser um desafio para se pensar estratégias que visem estimular o homem nos espaços de cuidados. Se a identificação feminina é maior com a figura da mulher (o que é compreensível dado a presença histórica das mulheres no espaço privado), isso pode estar impossibilitando que sejam conhecidas formas de cuidados masculinos. Ou seja, esta estética profissional pode estar colaborando para invisibilizar formas de cuidados masculinos, uma vez que, como já dito, os homens precisam estar sendo incentivados a elaborar melhor sobre essa vivência. E não existe só uma forma de cuidar. Crepaldi *et al* (2006) definirá, por exemplo, que a participação dos homens no cuidado tende a se expressar em práticas conjuntas, como brincar, passear, etc, o que pode não ser reconhecido pelas mulheres como práticas de cuidados, pois o cuidado teria o peso de responsabilidade muito maior para elas do que tais tarefas praticadas pelos homens.

Ao mesmo tempo, esta invisibilidade em relação aos homens pode estar colaborando para uma espécie de “padrão feminino do cuidado”, uma vez que as vivências masculinas nesse processo podem estar sendo obscurecidas pela estética profissional, que tende a reconhecer os cuidados pela ótica feminina. Nesse sentido, as práticas dos homens precisam ganhar mais espaço no âmbito profissional de cuidados, o que possibilitaria uma maior articulação de políticas sociais que resgatem a perspectiva do homem no espaço da família.

### **2.2.3 A entrada dos homens na escola: traços de uma masculinidade hegemônica e novas possibilidades**

Durante as entrevistas foi observado que as demandas dos homens e das mulheres em relação às crianças costumam ser diferentes. No que se referem às demandas masculinas no ambiente escolar, as profissionais apontaram os principais questionamentos dos homens em relação aos seus filhos. Assim, o maior tipo de questionamento masculino seria, segundo as profissionais, em relação à agressividade da criança. Na fala da diretora, por exemplo, ela aponta que esta demanda é apresentada, principalmente, quando a criança é do sexo masculino.

Os homens se preocupam muito em quem bateu no meu filho. Agora, isso é uma coisa interessante; boa parte dos homens quando reclamam na escola é porque o filho apanhou ou se machucou, principalmente se a criança for menino, porque não pode apanhar, né? E aí eles se preocupam porque provavelmente estão preocupados com a masculinidade dessa criança. Por exemplo, muitas das vezes a mãe vem para atendimento da escola porque a criança não come, eu não me lembro nunca de ter atendido um pai porque a criança não come, normalmente eu atendo homens quando a criança apanha, aí eles vêm reclamar que a criança chegou arranhada, que fulano bateu e normalmente o filho é homem, não me lembro de nenhum pai de menina reclamar que ela tenha apanhado. E diz para mim que já falou para a criança que tem que morder também, que tem que bater também, esse é o discurso do pai quando ele vem (fala da diretora da escola).

O interesse no comportamento das crianças foi outro ponto apontado pelas profissionais como uma demanda masculina. Neste caso notou-se também que os homens apresentam ter uma educação disciplinadora e autoritária em relação às crianças. A figura masculina em famílias pobres ainda parece ter representação de maior autoridade do que a mãe na educação dos filhos. Essa preocupação com o comportamento e a agressividade dos filhos, principalmente os meninos, nos remete à “casa dos homens” no qual os homens mais velhos irão transmitir valores de masculinidades (WELZER-LANG, 2011). Os homens buscam corresponder a esse ideal de virilidade que é construída diante de outros homens e para outros homens (BOURDIEU, 1999). Neste sentido, não é à toa que percebemos a maior preocupação dos pais em relação ao comportamento e agressividade dos seus filhos homens. Os códigos de masculinidades devem ser repassados pelos homens mais velhos e, mais do que isso, os meninos vão aprendendo a ser disciplinados e a corresponder a essa conduta para alcançarem o privilégio de poder que os homens exercem sobre as mulheres.

Esse privilégio de poder está disfarçado na autoridade do homem em relação à sua família, ou seja, a chefia da casa. Para Sarti (2005), o termo chefia diz respeito aos espaços

públicos que historicamente os homens ocuparam e, neste sentido, a autoridade e responsabilidade serão refletidas no comportamento em relação à família. Para Giffin (1998) o homem permaneceu simbolicamente importante para os filhos como representante da autoridade e da lei.

Olha, assim, a maior demanda dos homens que eu vejo é em relação ao comportamento. Quer saber se ela está se comportando direitinho, se obedeceu à professora, se bateu em alguém, se ela se machucou. Tem uns até que falam “ah, ele está aprontando muito, é? Vou falar com ele lá em casa”. Aí, eles perguntam para a gente se o filho melhorou... Menina, aqui tem cada benção! (Fala da recreadora)

Embora sejam nítidos os desafios apontados para a presença masculina nos espaços de cuidado, outro apontamento colhido nas entrevistas traz um interessante caminho para se pensar institucionalmente a presença masculina:

Às vezes, com determinadas famílias é mais fácil você lidar com o pai do que com a mãe. Tinha uma mãe de um menino aqui na escola que fazia escândalo toda hora no portão, que reclamava de tudo, as professoras não gostavam de atender ela porque ela dificultava muito as coisas. Quando vinha o pai do menino era uma tranquilidade só, educado, ouvia a gente sempre, justificava o comportamento da mulher dele para a gente, até a criança ficava mais calma... Ele vinha mais aberto para falar, para conversar, a mãe vinha toda “armada” (fala da coordenadora).

A crescente entrada dos homens no âmbito escolar foi apontada na grande maioria das falas das profissionais entrevistadas. Para os homens, tudo que há nesses espaços, os símbolos, o espaço físico, a presença nas reuniões, os bilhetes na agenda, o buscar e levar, a comunicação com as professoras, o olhar atento, o conhecimento do cotidiano da escola, o aprendizado e desenvolvimento da criança, o medicar, o alimentar, o “bajular” dentre tantas outras coisas é um conhecimento ainda muito recente para o homem. Para Silva e Picinini (2007) o interesse pelo estudo do papel do pai e de sua importância no desenvolvimento infantil é relativamente recente. Para Bustamente (2005) os homens vêm expressando desejos de “aprender” a serem pais mais próximos aos filhos.

Desse modo, por ainda estarem construindo seus espaços na arena dos cuidados, os homens tendem a estar mais abertos a um “novo” aprendizado, pois este caminho ainda não foi percorrido por eles. Para as mulheres, este caminho, já largamente percorrido, estaria historicamente e moralmente definido, sendo elas as detentoras de um “natural saber” incontestável institucionalmente. Segundo Faleiros (2013) a ética do cuidado pode ser encarada na maneira como as mulheres “aprenderam” a corresponder moralmente as suas demandas femininas, estas tão associadas ao mundo afetivo-emocional e, portanto, ao olhar

sensível ao outro. Diferentemente dos homens, onde a sua ética esteve associada ao mundo público do direito, e, por isso, a realização pessoal, a autonomia, a conquista individual. Cabe ressaltar que, para as mulheres pobres (e negras) esse caminho foi percorrido ainda mais arduamente.

Eu acredito que os homens tenham acesso no espaço da escola, mas acho que eles mesmos se deparam com essa questão, não eu sou o homem, eu sou o pai, então eu estou dentro até que ponto? Eu posso participar? Até que ponto eu estou atrapalhando, até que ponto eu sou bem-vindo? Eu acho que é uma questão de construção (fala da coordenadora).

Eu acho que é mais difícil para um homem participar da vida do filho, é mais uma coisa do homem, tem um lado machista, que eles pensam, “ah só tem mulher, como é que eu vou me expor dá a minha opinião?” Se tivesse uma reunião só para os homens acham que eles viriam mais e ficariam mais à vontade (fala da recreadora).

A maneira como os homens enxergam sua presença dentro dos espaços de cuidado também foi apontada pelas profissionais como um desafio masculino no ambiente escolar. Algumas relataram que parte da timidez apresentada por eles pode ser fruto de uma espécie de “inadequação” ao local. Além de novo para os homens, os espaços de cuidados e, sobretudo da creche, foram historicamente construídos como femininos. Desse modo, até que ponto eles poderiam assumir um cuidado de modo que não substitua o papel da mãe? O papel materno sólido construído em espaços de cuidado, pode ser mais um fator que dificulta uma maior atuação dos homens em ambientes como estes, pois, eles tendem a se questionar até que ponto podem ou devem assumir o papel, lugar e responsabilidade que seria da mulher. Neste sentido, para as profissionais entrevistadas, os homens colocariam alguns limites na sua atuação dentro da escola, na medida em que tendem a não desconsiderar a intrínseca relação das mulheres com as relações de cuidado.

#### **2.2.4 Homens cuidadores: uma opção ou uma ausência de cuidados da mulher?**

Outra tensão observada no campo através das entrevistas com os profissionais é a da relação de cuidados exercida pelos homens estarem diretamente vinculada (ou não) a ausência de cuidados das mulheres. Enquanto algumas profissionais afirmam que, de fato, na maioria dos casos, os homens passam a exercer cuidado pela opção de não cuidado das mulheres, há

outras profissionais que acreditam que os cuidados masculinos podem ser sim, uma opção. Segundo a assistente social da creche:

O fato do pai cuidar não necessariamente é devido ao descuido (sic) da mãe, acho que essa mãe trabalha muito, tem uma jornada de trabalho muito grande e ele assumiu essa função, parece que é um acordo entre eles. Acaba que você não pensa que é uma função de compartilhar responsabilidades e que o pai faz isso e que faz isso bem, por opção. Acho que isso é porque é uma coisa que a gente não está acostumada a ver e se a gente não conhece a família, a gente logo se pergunta: será que tem mãe? Será que a mãe cuida direito? Será que o pai assumiu essa função porque a mãe não cuida direito? Acho que é uma coisa que a gente tem que desconstruir profissionalmente e pessoalmente também (fala da assistente social).

Seguindo esta reflexão, a diretora da escola apresenta outra visão. Para ela, na maioria dos casos quando o pai assume os cuidados, principalmente nos casos de monoparentalidade masculina, ele culpabiliza a mulher pela ausência dela. Inversamente proporcional, o cuidado masculino estaria associado ao descuido da mulher: homens cuidam mais quando mulheres cuidam menos.

Os homens cuidam, fazem, eles gostam de cuidar, mas eles sempre culpabilizam a mulher. Não é um olhar de que eles estão fazendo aquilo por opção, mas “estou fazendo porque a mãe não cuida”. Acho que não chega a ser uma opção. Eles fazem muito bem (cuidam), mas sempre que podem eles “alfinetam” a mulher “não porque a mãe não lê a agenda, porque a mãe não faz isso, não faz aquilo”. E na verdade eles estão fazendo a mesma coisa que a mulher faz quando o homem não participa (fala da diretora).

Eu acho que o cuidado deve ser dividido, mas se eu falar para você que isso é uma coisa universal eu acho que não. Até por causa da cultura, que a mulher que tem que ser a provedora do cuidado, que se ela não cuidar é relaxada, ou se o pai que toma aquilo para ele é porque ela não quer saber, muitas vezes o cuidado não é repassado para o pai da forma como deveria (fala da técnica de enfermagem).

A diretora da escola observa ainda que quando os homens resolvem cuidar eles procuram deixar claro que estão “abrindo mão de alguma coisa”. Isto é, o cuidado se apresenta para eles como um “fardo”, o que não ocorre com frequência nos discursos das mulheres. Assim, mesmo que os cuidados tenham um peso para as mulheres estas e as profissionais não concebem estas relações como um fardo para elas (mesmo que sejam) no caso como ocorre com os homens.

Ao mesmo tempo também me chama atenção em relação aos homens é “eu cuido, eu gosto, eu vou ficar aqui, mas eu estou abrindo mão de alguma coisa”, ou de estar trabalhando e eu tenho que ficar aqui, não sei. Mas o cuidar tem um peso e a mulher já está acostumada com aquele peso, ela não reclama muito “ai eu tenho que cuidar da minha filha”. A mulher tem mais facilidade com isso do que o homem. O pai coloca alguma justificativa “ah, eu tenho que fazer não sei o que” já a mulher se anula. (Fala da direção)

De um modo geral, a maioria das profissionais relata que os homens cuidam por própria opção, embora a observação relatada da diretora da escola, de fato, seja muito recorrente. Na fala da técnica de enfermagem, que é responsável pelo acompanhamento de saúde, ela relata que é comum os homens delegarem às mães a responsabilidade dos cuidados de saúde das crianças. Assim, quando alguém se machuca dentro da instituição e a técnica consegue comunicar o ocorrido ao pai, ele procura apontar sempre a mãe para a resolução da questão.

Às vezes eu ligo para dizer que tem uma criança passando mal e o pai na mesma hora fala, então você fala com a mãe, porque ela que resolve, ela que define, você tem o telefone dela então você resolve com ela. Não é tão comum um pai tomar iniciativa nesses casos, mas acontece dele querer vir junto, de querer estar perto, mas sozinho, na área da saúde, eu nunca vi (fala da técnica de enfermagem).

A assistente social também apontou essa delegação de cuidado às mulheres por parte dos homens. Embora ela ressalte que procura se comunicar com os homens, incentivando-os a se informar sobre os cuidados com seus filhos, ela aponta que esta delegação é muito comum.

Quando eu vou fazer uma ligação sobre alguma coisa que aconteceu com a criança eu ligo para o pai, quero que o pai saiba que a criança caiu e abriu o supercílio, que a criança não está se alimentando direito e vai precisar sair mais cedo... Eu peço que ele ligue para a mãe para passar o recado, mas eles “volta e meia” pedem que eu ligue, porque se eles falarem a mãe vai ficar muito preocupada (fala da assistente social).

Falas dos homens do tipo “a mãe não faz, a mãe não viu, a mãe não quer saber” são muito presentes no ambiente escolar. Entretanto, é importante ressaltar que o profissional não atue de maneira a reafirmar esta responsabilização e culpabilização reproduzida nas falas dos homens, mas sim na busca por estratégias profissionais que estimulem o homem à esfera dos cuidados e que, portanto, desconstruam este estigma do cuidado.

De mesmo modo, não se pode desconsiderar profissionalmente a existência de homens que possam, por sua própria vontade, tomarem para a si a responsabilidade do cuidado, afinal essas práticas, como também apontado pelas profissionais, também são existentes e não

devem ficar invisíveis. A existência dessa contradição em relação ao homem que cuida, se dá, para Silva e Picinini (2007), na medida em que a paternidade tradicional (do homem provedor) esbarra na visão de um “novo” pai que, contraditoriamente, não corresponde aos discursos que dizem respeito à masculinidade.

Assim, podemos dizer que tanto nos casos dos homens que culpabilizam a mulher pelo não cuidado quanto nos casos de delegação dos cuidados por parte dos mesmos, há uma nítida dificuldade masculina em se assumir enquanto cuidador. Se os homens não se assumirem como tal podem estar contribuindo para uma invisibilidade nas práticas de proteção e, conseqüentemente, podem também estar se tornando sujeitos “invulneráveis” frente às formulações das políticas sociais, pois eles tendem a não se identificarem como objetos de tais políticas.

Uma questão interessante apontada pelos profissionais é a responsabilidade distinta dada no caso das famílias monoparentais masculinas e monoparentais femininas. Enquanto os homens, como visto, apresentam um discurso de culpabilização da mulher quando se veem sozinhos nos cuidados com os filhos, as mulheres tendem a apresentar postura oposta.

A mulher que é sozinha com a criança ela opta por ficar sozinha com a criança. Durante um bom tempo ela quer ficar com o filho só para ela, quando ela começa a se abrir para outra pessoa afetivamente que ela abre o núcleo familiar. O que é diferente das situações que eu presenciei do homem com a criança que é “eu fico com a criança, eu cuido da criança, mas eu quero que a mãe participe”. Já muitas mulheres optam por não querer que os homens participem (fala da diretora).

Segundo a fala da direção, é comum, no caso das mulheres, que elas assumam para si toda a responsabilidade dos cuidados com o filho, muitas vezes, evitando (o pouco) contato da criança com o pai, seja impedindo que o pai não busque na escola, seja não registrando o nome do pai na certidão de nascimento da criança para que ele não tenha direito sobre a mesma. Os motivos que levam a essa postura por parte de algumas mulheres podem ser vários (violência física, psicológica e emocional sofrida no relacionamento com o pai, abandono paterno, dentre outros) e não cabe apontá-los nessa pesquisa. Entretanto, este é um dado importante de ser ressaltado quando observamos posturas tão diferenciadas e as questões de gênero envolvidas.

Se o homem ainda possui um discurso de culpabilização da mulher pelos cuidados e ao mesmo tempo, em alguns casos, ele opta por assumir o protagonismo dentro dessa esfera, isso sugere que não há um padrão específico que justifique os cuidados masculinos, embora esse padrão de responsabilização feminina ainda esteja fortemente presente nos discursos.

### 2.2.5 A imagem da Mulher guerreira X A imagem do Homem “tradicional”

Uma questão que chama atenção no discurso das profissionais é a imagem da “mulher guerreira”. Quando questionadas sobre o que pensam sobre mulheres esta visão em relação à mulher e a sua família foi a mais recorrente.

A mulher é muito guerreira, a mulher tem mais paciência do que o homem quer saber mais, se envolve muito mais do que o pai. Não que o pai não esteja (fala da recreadora).

As palavras que vem à cabeça quando pensa em mulher é guerreira, lutadora, batalhadora (fala de recreadora).

Ao mesmo tempo, contraditoriamente, a imagem da mulher guerreira vem acompanhada da visão da maternidade e de símbolos tidos como femininos. Assim, na visão das profissionais, os cuidados podem ter uma representação “naturalmente” feminina.

Quando penso em mulher vem aquela questão que ela é sensível, guerreira, lutadora, que ela consegue exercer uma dupla função de uma forma magistral, se ela teve que trabalhar e cuidar da casa ela consegue, divide o tempo dela de uma forma incrível. A mulher é incrível com o jeito dela ela consegue transformar, ela consegue muita coisa. A mulher é guerreira, é a chefe do lar, isso não me espanta. Mas eu acho legal, porque ela poderia escolher não fazer, mas acho que na hora o instinto maternal fala mais alto (fala da técnica de enfermagem).

Uma mulher que cuida sozinha da família é uma mulher guerreira, e a gente mostra para sociedade que a mulher não precisa do homem para sobreviver, que ela pode ser reconhecida na sociedade (fala da recreadora).

A imagem da mulher heroína, auto-suficiente, que suporta tudo, que só depende dela para vencer os obstáculos, pode ser outro desafio em se pensar as questões de gênero nas políticas sociais. Afinal, se a imagem da mulher está associada à resistência, enfrentamento e superação ela se torna sujeito ideal para o sucesso das políticas de proteção. Porém, esta imagem é também contraditória, uma vez que os símbolos femininos ainda possuem uma conotação de fragilidade e passividade (MUNIZ, 1992). Sendo assim, as políticas sociais podem permanecer se sustentando na mulher como foco de seus atendimentos. Para Carloto (2006) os profissionais têm atuado em atenção direta às mulheres sendo estas o foco dos programas de combate à pobreza. Neste sentido, reforça a família como lugar do feminino podendo reforçar papéis tradicionais de gênero que podem se configurar como obstáculo à

cidadania das mulheres pobres. Uma “essencialização” da imagem feminina que, ao mesmo tempo em que “valoriza a mulher” não implica em transformações sociais de gênero, pois de algum modo reafirma o papel tradicional da mulher vinculado à maternidade. Além disso, a centralidade na mulher-mãe reforça estereótipos colocando como natural a condição da mulher de boas cuidadoras no espaço doméstico/privado (CARLOTO & MARIANO, 2008).

Por outro lado, quando questionadas sobre o que pensam sobre os homens, as profissionais tiveram mais dificuldade em suas falas e, na maioria dos casos, apresentaram uma imagem estigmatizada e “tradicional” do homem:

Que palavras vêm à cabeça quando penso em homem? Machismo, predominância no mundo do trabalho, cargos importantes, o que pode nem ser verdade, mas é o que vem na minha cabeça. Ser homem é uma coisa bem mais fácil (fala da assistente social).

Eu entendo que ser homem é ser uma figura forte, que o homem tem o poder. A gente acha que o homem não tem sensibilidade tanto quanto a mulher (fala da técnica de enfermagem).

Quando eu penso em homem eu penso em galanteador, sedutor, conquistador, não consigo pensar em outra coisa... Isso que me vem na cabeça (fala da recreadora).

Interessante observar nestas falas que, diferentemente do que ocorre na visão das profissionais em relação às mulheres cujos discursos de cuidados são naturalmente direcionados a elas, é que não é a imagem do pai que elas relatam quando falam a respeito dos homens. Ao contrário, elas reproduzem imagens “tradicionalistas” masculinas mesmo relatando que convivem com realidades que diferenciam os homens desses estereótipos, como no caso dos homens cuidadores. Essa contradição observada no âmbito profissional pode denunciar a dificuldade das mulheres em lidar profissionalmente com a figura masculina, tendo em vista que elas reproduzem em seus discursos uma imagem pejorativa de ser homem. Como aponta Barbosa (2013) no âmbito da assistência social, o espaço da creche/escola também pode estar traçando um olhar de desqualificação em relação ao homem, na medida em que se nota um estigma masculino fortemente desenvolvido nesse espaço por parte das profissionais.

Outra imagem do homem também presente nas falas das profissionais entrevistadas que embora não tenha um sentido pejorativo também contemple uma imagem tradicional de masculinidade, é a visão do homem protetor. Este olhar está fortemente presente, mesmo em relatos que apontem a necessidade de compartilhamento entre o casal.

A figura masculina para mim sempre foi alguém que está perto para proteger, para apoiar, tanto o meu pai quanto o meu marido não só pra isso, não só nessa questão de que eu tenho um homem pra me proteger, eu tenho um homem do meu lado, mas eu tenho um homem que me apóia, que me ajuda que me auxilia, realizando função de pai, de amigo, de cuidador, pra ser parceiro (fala da coordenadora).

Em relação aos questionamentos sobre maternidade e paternidade, embora as profissionais verbalizem que não existe grande diferença entre os dois, a “romantização” e idealização da maternidade se apresentam de maneira muito latente nas falas. A paternidade aparece, na maioria dos relatos, como um suporte à maternidade, além das profissionais apresentarem maior dificuldade em caracterizá-la. Neste sentido, as características apontadas em relação à paternidade tendem a ser muito pontuais diferentemente do que ocorre quando as profissionais são questionadas em relação à maternidade.

Eu entendo que paternidade é afeto. Maternidade é compreensão, é afeto, carinho, proteção... Paternidade tem isso também, mas o aconchego da mãe eu acho que é mais forte do que do pai (fala da recriadora).

A exigência menor das profissionais em relação aos cuidados dos homens também pôde ser observada na medida em que há maior responsabilidade da maternidade em relação às mulheres. Nota-se, na fala a seguir, a culpabilização concedida às mulheres que não exercem a maternidade da maneira com a sociedade às impõe. Como aponta Freitas *et al* (2009) o mito da boa mãe é construído culturalmente e duramente cobrado das mulheres, diferentemente do que ocorre com os homens, quase nunca responsabilizados pelo abandono nas relações de cuidado com os filhos.

Em relação à maternidade eu penso que as pessoas acham que é só colocar filho no mundo e deixar o filho na creche que está bom, mas você tem que conversar, orientar o seu filho, saber o que está bom, o que está ruim. Tem muita mãe que abandona o filho, deixa na mão de qualquer um, eu acho que a mãe tem que cuidar (fala da recriadora).

Outro apontamento das profissionais foi em relação à visão da paternidade é que ela pode ser vista como algo em construção e que representa um “peso” menor do que a maternidade.

Paternidade hoje em dia é algo mais leve do que a maternidade, quanto à paternidade você precisa exercer depois que a criança sai do ventre da mãe, você precisa se acostumar é um exercício. E a mãe o processo de maternidade começa quando você recebe o exame positivo, você está gerando uma vida, você precisa se cuidar mais, então o processo é mais prolongado e o pai acho que também fica em desvantagem de uma certa forma, porque se não for um homem mais sensibilizado, se for mais duro principalmente, porque ele só vai lidar com aquela realidade quando a criança nascer. O processo da maternidade começa na gestação. O homem só vai exercer, vivenciar a paternidade quando a criança vem para o mundo e eu acho que é um processo que demora para cair a ficha e, muitas vezes, não cai (fala da assistente social).

Ao mesmo tempo em que a visão da paternidade ainda é algo pouco elaborado pelas profissionais, embora elas relatem um carinho e admiração pela presença paterna no âmbito escolar, a visão masculina estereotipada (e desqualificada) também aparece muito fortemente na visão tida de ser homem. Essa tensão gerada por visões profissionais tão pejorativas em relação aos homens poderão estar dificultando a imagem do homem no papel de pai e, conseqüentemente, na esfera dos cuidados.

#### **2.2.6 A discussão de gênero na escola: a “saída pela tangente”**

Para se pensar na discussão de gênero na educação infantil e, mais precisamente, no papel que a escola desempenha nesse processo, a fala da diretora da creche em relação à diferença entre cuidado e educação ilustra como na perspectiva profissional a escola possui um papel fundamental na construção do conhecimento.

Acho que a diferença entre cuidado e educação é que o cuidado tem muito a ver com as necessidades básicas de uma pessoa, a educação ela vai quando eu começo a colocar valores e princípios nesse cuidado, então eu começo a colocar limites e eu digo para ele em que mundo eu quero viver, quer dizer, eu passo para ele os meus princípios, os meus valores e aí permitir que ele aprofunde isso. O outro lado da educação é a aquisição do conhecimento. Na medida em que eu faço a criança refletir sobre o cotidiano dela é que eu começo a permitir que ela construa o conhecimento dela e o papel da escola vai fazer sempre com que ela reflita sobre isso que ela aprofunde esse conhecimento (fala da diretora).

Assim, a reflexão acerca desse conhecimento, observada na fala da diretora pedagógica, reforça o quanto o espaço da creche vai além das questões de cuidado, pois deve ser atuante no processo reflexivo da criança. Para Campos (2012) a educação torna-se importante para o grupo social como um todo e não pode mais ser relegada apenas à esfera privada.

Entretanto, nota-se na entrevista com as profissionais certa dificuldade da escola em trabalhar com as questões de gênero de maneira mais aprofundada. A diretora pedagógica comenta o quanto é difícil trabalhar com as professoras a polarização entre meninos e meninas e os rótulos que vem com essa divisão. Notou-se entre os profissionais da educação, certa reserva em falar sobre as questões de gênero, como se essas questões não fizessem parte do âmbito escolar, não fosse “lugar comum” para esses profissionais.

Eu não permito em sala de aula, essas polarizações de azul e rosa, brincadeiras de meninos separadas de meninas, não permito brincadeiras de meninas e meninas.... Tem que estar volta e meia chamando atenção. Quando às vezes eu entro na sala e estão meninas de um lado e meninos de outro. Esse tipo de polarização vem com rótulo. Agora meninas podem fazer isso, meninos não podem fazer e vice-versa. Há uma certa resistência dos profissionais em relação a essa polarização. Um menino não pode gostar de rosa? Não pode brincar de boneca? (Fala da direção)

Entretanto, durante as entrevistas foi nítida a resistência em se trabalhar com a própria questão de gênero, como se essas questões não fossem parte do papel da escola. Assim, embora seja reconhecido que existe a necessidade de se reconhecer estratégias e discussão no âmbito escolar, as profissionais “saem pela tangente” demonstrando pouca habilidade para trabalhar com essas questões.

A gente entra muito em debate sobre essas questões na sala, eu já tive casos de meninas que vieram me falar que ela é menina e diz que quando ela crescer ela vai ser sapatão, ou meninos que quando crescerem dizem que vão ser homossexual. Eu, como escola, não posso apontar nada eu mostro algumas coisas, agora eu não posso dizer que existe o certo ou errado, tipo o certo é menino brincar de carrinho, menina brincar de boneca, eu não posso fazer isso. Uma vez aconteceu de um lado dizer que seria gay e eu pensei o que fazer agora como educadora? Daí eu falei, no momento vocês são crianças, vocês podem namorar agora? Não, então quando vocês crescerem vocês vão decidir o que vocês vão fazer (fala da coordenação).

Nota-se, por parte da escola, uma grade dificuldade em se trabalhar com o viés gênero e sexualidade. Um dado que pode estar contribuindo para isso é a visão de uma homogeneização das crianças, o que pode estar contribuindo para uma espécie de desresponsabilização da escola frente às reflexões acerca da identidade de gênero. Para Viana e Finco (2009) o direito a uma educação infantil de qualidade inclui a discussão das questões de gênero. As profissionais desta área tendem, de maneira sutil, reforçar diferentes habilidades entre meninos e meninas transmitindo expectativas quanto às características

desejáveis para o mundo masculino e feminino. Assim, temos comportamentos esperados para cada sexo nas práticas de rotina da educação infantil (VIANA & FINCO, 2009).

Visando apurar um olhar mais precioso em relação à dinâmica do espaço doméstico, o próximo item deste capítulo abordará a visão masculina, a partir de entrevistas realizadas com os homens que são pais da Associação de Educação Infantil Florescer acerca dos cuidados, objetivando uma reflexão da representação das masculinidades e seus desafios para a discussão de políticas sociais com uma real perspectiva de gênero.

### **2.3 O olhar dos homens no cuidado: a perspectiva masculina**

Após a indicação das profissionais quanto aos homens que elas consideravam mais cuidadores no espaço da creche, o próximo passo dado foi a abordagem em relação a estes para a realização das entrevistas. Esta aproximação aos homens que frequentam o espaço da Associação de Educação Infantil Florescer se deu, principalmente, nos horários de saída e entrada das crianças na escola. As profissionais já haviam informado previamente da dificuldade em agendar um horário para as entrevistas tendo em vista que todos os pais indicados trabalhavam. Este fato aponta para um dado interessante, pois sugere que o desemprego masculino não estaria necessariamente relacionado a uma maior prática de cuidados por parte dos homens. Assim, não se trata de homens desempregados que assumem as tarefas paternas, mas de famílias onde homens e mulheres trabalham e de alguma forma, partilham suas responsabilidades.

Os homens, em sua maioria, se sentiram muito pouco à vontade nessa abordagem, demonstrando timidez, desconforto e uma espécie de estranhamento quando explicados sobre a pesquisa. Este estranhamento se manteve também durante o processo da entrevista. Suas falas eram, na maioria das vezes, pouco elaboradas, apesar de levarem um tempo para pensar nestas respostas. Era preciso, por parte da entrevistadora um processo constante de estimulação para que os homens falassem.

Esse desconforto apresentado pelos homens demonstrava também certa insegurança em relação às suas respostas, como estivessem pensando que pudesse existir uma maneira “correta” de se responder às questões. Por vezes, algumas de suas falas apresentavam ser contraditórias, pois eles, de uma maneira geral, não demonstravam segurança quando questionados.

Todos os 11 homens entrevistados eram casados com as mães de seus filhos e possuíam idades entre 23 e 45 anos. Este fato sugere mediante uma questão geracional que todos são pós movimentos feministas. É importante ressaltar também que todos eles se encontravam no mercado formal e/ou informal de trabalho exercendo ocupações tais como; pedreiro, taxista, cozinheiro, “bicos” em geral, garçom, zelador, porteiro, motorista, dentre outras.

Uma minoria dos homens entrevistados se mostrou muito confortável em realizar as entrevistas, conseguindo verbalizar a sua relação de cuidados na dinâmica familiar de maneira mais descritiva e elaborada. Entretanto, alguns homens, inclusive, não quiseram dar entrevistas. Esta dificuldade em falar sobre as questões que perpassam a esfera privada é um dado interessante que será analisado a seguir.

Vale ressaltar que cerca de um total de 18 homens foram indicados por todas as profissionais que foram questionadas sobre homens cuidadores. Desses 18 homens, 2 não quiseram realizar a entrevista e outros 4 não foram encontrados nos horários de realização das mesmas. Estas foram realizadas no portão da escola/creche. Duas principais dificuldades foram apresentadas: o barulho da rua, o que prejudicava um pouco as gravações, e as próprias crianças, pois quando as entrevistas eram realizadas nos horários de saída, elas ficavam impacientes para irem embora. As entrevistas também foram realizadas na hora da entrada, embora em menor número porque a maioria dos pais não estava disponível, pois se apresentavam preocupados com o horário de trabalho. Todos os nomes apresentados aqui são fictícios.

### **2.3.1 Como os homens cuidam?**

Os homens cuidam. De que maneira eles cuidam? Notam-se em seus relatos que eles, de fato, exercem funções antes naturalmente associadas às mulheres. Mas de que forma eles elaboram os cuidados exercidos por eles? Nas falas relatadas dos homens em relação aos cuidados exercidos para com seus filhos é possível observar que o aspecto afetivo e emocional que permeia fortemente o discurso dessas relações. A relação cuidado/afeto é o que move na maioria das vezes o discurso dos homens. Para Freitas *et al* (2009) questões dentro dessa discussão paternidade/afetividade são comuns no que tange o debate do masculino em

relação à família na área acadêmica. Podemos observar esta carga emocional na fala do pai a seguir que demonstra sensibilidade em relação ao sentimento da filha:

Eu vim apressado para buscar ela, quando eu olhei no relógio faltava 10 para as 5, pô (sic) vou embora correndo porque senão a Fernanda vai ficar chorando, quando ela não vê nem o pai nem a mãe ela já fica chorando, aí eu vim correndo para ela não chorar, eu fico preocupado. Eu faço de tudo para sair mais cedo do trabalho, venho até a pé do serviço para chegar mais cedo, venho “voadão” (sic) que é mais rápido do que pegar ônibus, chego cansado, suado, mas na hora certa para pegar ela senão ela vai chorar (pai da Fernanda).

Apesar de a questão afetiva estar fortemente presente nos discursos dos homens observa-se pontuações muito “vagas” em relação à prática de cuidado exercido por eles, além de uma dificuldade muito grande na reflexão e elaboração dessas relações.

Ser pai é só cuidar da criança, dá amor, dá atenção (pai da Noemi).

Paternidade é você dar amor, carinho e cuidado (pai do David).

Pai para mim é ser tudo (Pai do Rodrigo).

Entendo como paternidade assumir responsabilidade como pai, ser pai é ser tudo (pai do Vinicius).

Paternidade é cuidar bem do seu filho, educar, dá boa atenção (pai da Thamires).

Paternidade a gente tem que indicar tudo, né? Dá tudo o que for possível, né? (Pai do Marcos).

Eu entendo por paternidade dar uma boa criação (pai do Davi).

Paternidade tem que ter responsabilidade, estar junto com o filho no dia a dia com o filho para tudo o que ele precisar (pai do Marco Antônio).

As formas de cuidados exercidas por esses homens, embora se apresentem com uma “roupagem” diferenciada, tendem a representar uma essência semelhante. A visão da paternidade com a função de alimentar está muito presente e é um dos principais exemplos de cuidados relatados pelos homens. Essa questão do alimento é muito ilustrativa para se pensar o homem como provedor, tendo em vista que este ainda carregaria a responsabilidade principal do sustento da família. Mesmo que ele ainda descreva outras formas de cuidado, o alimento tem para os homens entrevistados, uma espécie de função principal. Observa-se que nesse ponto, os homens tendem a expressar de maneira mais elaborada suas funções de cuidado quando relatam sobre a rotina alimentar das crianças.

Em relação ao David a gente troca fralda, dá banho na hora certa. Agora, por exemplo, eu trouxe as frutas dele, quer dizer muitos pais dão muita besteira para os filhos, é biscoito, refrigerante, então eu me preocupo em trazer as frutas dele, mamão, melancia, manga está tudo aqui direitinho, já é um alimento, uma vitamina para ele (pai do David).

De noite eu chego em casa do trabalho e dou café com leite que ela pede. Ela procura mais a mim é muito apegada comigo. “Papai, me dá banho, mas sua mãe não pode te dar banho? Não quero que você me dê banho”. Penteio o cabelo, dou leite, dou comida, o denguinho dela, ela sabe comer sozinha, mas pede para mim. Às vezes eu estou atrasado para trabalhar, ela pede pra eu dar comida na boquinha e eu dou com maior cuidado. De manhã, a mãe sai para trabalhar cedo eu dou o café dela. Aí faço o resto: escovo o dente, penteio o cabelo, boto a roupa (pai da Vitoria).

Frases do tipo “dou banho” também aparecem em quase todas as falas dos homens entrevistados. Depois da alimentação, o banho é uma das funções mais apontadas pelos homens como forma de exercício de cuidados com os filhos. Já nos casos dos pais de meninas, estes relatam certa dificuldade em “pentear o cabelo” outro apontamento bastante presente. Assim, tal como as profissionais, o cuidado para os homens parece ter uma definição muito objetiva, o que talvez possa estar invisibilizando outras formas de cuidado que não sejam reconhecidas e identificadas como tal.

Eu dou banho, dou comida penteio o cabelo, eu tenho mais dificuldade para pentear o cabelo, é difícil, mas eu faço de tudo (pai da Tamires).

Eu penteio o cabelo dela... Mas, tem vezes que ela não gosta, não fica do jeito que ela quer, aí eu machuco ela e aí ela reclama muito comigo, diz que a mãe dela faz melhor que eu. É a única coisa que ela prefere que a mãe dela faça, o resto ela pede tudo para eu fazer (pai da Vitória).

Outra questão bastante apontada pelos pais foi o tempo em que eles ficam com os filhos. Muitos dos homens verbalizaram que passam mais tempo com a criança do que a mãe, na maioria das vezes em razão do trabalho dela, e que esse fato intensificaria a rotina de cuidados deles com as crianças. Desse modo, a “saída” das mulheres para o espaço público (PERROT, 1999) pode ser um fator determinante que vem ocasionando novas formas de cuidados masculinos e alterações nos papéis de gênero.

Eu acredito que cuido bastante em relação ao meu filho, porque ele fica comigo direto praticamente, a mãe trabalha, eu também trabalho, mas sou taxista noturno, eu que boto na creche, eu venho pegar. Meu filho fica mais comigo do que com ela (pai do Marcos).

Como eu tenho uma carga de trabalho menor, eu chego mais cedo em casa, então eu fico um pouco mais de tempo com ele do que ela (a mãe). Ela só chega por volta das 21h da noite, então esse período eu estou com ele desde a hora que ele sai da creche até a hora que ele vai dormir (pai do Davi).

Eu passo mais tempo com a minha filha porque ela (a mãe) trabalha muito. Eu trabalho, mas eu tenho tempo para deixar no colégio e pegar e ela não tem esse tempo (pai da Thamires).

Para as famílias pobres o trabalho é, na maioria das vezes, mal remunerado, não qualificado, de grande desgaste físico e que visa garantir o mínimo necessário para sobrevivência. Quando há uma inversão da tradicional divisão sexual do trabalho, no qual a família se sustenta pelo trabalho exercido pela mulher fora do lar, enquanto o homem permanece mais no espaço privado e, portanto, nos cuidados da prole, os homens veem, no caso das mulheres, que o mercado de trabalho consegue enxergá-las de maneira mais proveitosa, tendo em vista que há uma grande demanda por empregadas domésticas. Já, para eles, a colocação masculina se apresenta de maneira limitada, pois eles muitas vezes não possuem sequer o 1º grau necessitando assumirem trabalhos menos qualificados e mal remunerados (SIQUEIRA, 1997).

Alguns homens relataram uma visão de cuidados de maneira mais ampla, apontando, além de uma questão sentimental e práticas pontuais, uma visão mais elaborada de cuidados e de paternidade voltadas para questões como educação e saúde, por exemplo. Entretanto, vale ressaltar que esses pais representaram uma minoria. De fato, prevaleceram as narrativas emocionais e as resumidas práticas cotidianas nos cuidados com os filhos.

Eu acredito que cuido do meu filho, tem gente que diz que ser pai é só ir lá e fazer, mas não eu acredito que ser pai é aquele que cuida, que zela, que dá atenção. E nos momentos certos brinca, cuida, e nos momentos que precisa também cobra, chama atenção. Porque como eu fico a maior parte do tempo com ele, eu vejo se tem alguma reclamação, alguma coisa que eu possa cobrar dele, chamar atenção dele, e quando chega a noite eu repasso para mãe dele e a mãe dele complementa (pai do Davi).

Cuidar da criança para mim é um banho, dá alimento e saúde, também acompanhar, dá vacina, vê se está em dia, conversar, acompanhar na escola, ter cuidado, brincar, né? Brincar também é importante (pai do Marco Antônio).

Essas práticas descritas pelos homens de maneira mais elaborada sugerem que as identidades masculinas, assim como as femininas, não podem ser pensadas de maneira singular. Para Siqueira (1997) a identidade masculina é complexa, na medida em que os papéis socialmente construídos se entrecruzam com as histórias de vida do sujeito. Sendo

assim, elas se constituem sempre em movimento, assumindo práticas diversificadas e um processo dinâmico de transformação.

### **2.3.2 Discurso de compartilhamento X Estereótipos de gênero**

De um modo geral, nota-se no discurso dos homens uma visão de compartilhamento das tarefas do lar, embora essa noção de compartilhamento se limite às narrativas apresentadas dos homens, não podendo ser analisadas de maneira mais aprofundadas na prática cotidiana. Essa visão masculina em relação ao compartilhamento da esfera privada se torna importante para se pensar a divisão de cuidados na perspectiva de gênero, uma vez que como aponta Costa (2002), a esfera privada foi desassociada da esfera pública e a naturalização dos cuidados foi baseada na relação mãe-criança (VARIKAS, 1996).

Arrumo a casa quando eu chego cedo, eu pego as duas na escola, deixo ela chegar do trabalho e descansar, quando eu posso arrumar eu posso cozinhar eu ajeto as meninas, quando a gente tem tempo e condições de sair e passear a gente vai também (pai da Tamires).

Ser mulher é a mesma coisa do homem na verdade, acho que o ser humano tem que ser a mesma coisa, não tem essa diferença entre homem e mulher. Acho que não existe uma maneira certa de um homem ou de uma mulher cuidar, cuidar não tem essa, tanto o homem quanto a mulher podem (pai do Marcos).

Outro dado apontado pelos homens é a transformação do papel das mulheres no espaço do lar. A consciência dessa transformação apontada nas falas dos homens pode estar favorecendo a visão deles mesmos no âmbito dos cuidados.

Muitos homens querem levar para o lado do machismo, mas eu ajudo minha esposa nas tarefas de casa, do dia a dia. “Não vou varrer a casa porque é serviço da mulher”, acho que isso é bobagem, essa opinião está errada. Antigamente se pensava que a mulher só servia para cozinhar, para estar no balcão, acho que hoje em dia não é mais assim. A mulher já assume muitos cargos no lugar do homem. E deve (pai da Vitória).

Ser mulher como diz o ditado é mais frágil, mas hoje em dia estão bem avançadas às coisas. Elas estão também correndo atrás das coisas, da sua independência, mas é quase a mesma coisa, os direitos são praticamente iguais (pai do Marco Antônio).

Entretanto, ainda permanecem falas permeadas por estereótipos de gênero cuja visão da mulher irá permanecer no espaço doméstico. Assim, como aponta Vazquez (2012) mesmo diante da luta das mulheres por igualdade, a mulher manteve sua função dentro do lar. Temos

aí uma tensão: ao mesmo tempo em que os homens apontam para um discurso de necessidade de compartilhamento dentro do espaço doméstico, nota-se, em suas falas, uma reafirmação das práticas “tradicionais” de gênero como por exemplo, a visão de suas atividades como “ajuda” à mulher, o que reafirma o protagonismo da mulher no espaço do lar. Assim, a visão de compartilhamento no espaço doméstico relatada na fala dos homens pode estar mascarando a necessidade de desconstrução dos estereótipos de gênero. “Velhas” representações podem estar sendo veladas pelos discursos de compartilhamento impondo limites à perspectiva de gênero nas políticas sociais. Assim, no discurso dos homens, a visão de compartilhamento e os estereótipos de gênero se apresentam de maneira misturada e contraditória como nos exemplos abaixo:

Muitos interpretam equivocadamente, achando que a mulher deve ser submissa ao homem e tem que se submeter a tudo o que o homem quer e lá o apóstolo diz que a esposa deve se submeter ao seu marido como a igreja é submissa à cristo. E que submissão é essa? Uma submissão de amor. Toda mulher que se sentir amada, se sentir cuidada, se sentir protegida, automaticamente ela vai se submeter, não como escrava, não como empregada, mas em amor em relação ao seu cônjuge. Então, quando a mulher decide ser companheira, “ajudadora” e amar o seu esposo ela vai se submeter porque como o homem foi colocado para protegê-la ela vai entender que a submissão dela como mulher é porque ela quer ser protegida pelo seu cônjuge (pai do Pedro).

A mulher precisa se pôr no lugar dela, fazer o que tem que fazer dentro de casa, o dever dela (pai da Noemi).

Mulher que cuida é a minha, cuida das filhas, cuida do marido, trabalha é guerreira, batalha muito, quando eu tenho tempo eu lavo a minha roupa de trabalho, mas ela lava a minha roupa, eu nem mexo na minha bolsa quando eu chego do serviço está do jeito que eu quero minha roupa para sair do serviço, a comida dela é maravilhosa (pai da Tamires).

Ainda no sentido de reafirmar estereótipos de gênero, nos discursos dos homens é possível a identificação de uma espécie de “romantização” da figura feminina. Assim, a mulher aparece em muitas falas como representativa da fragilidade e da passividade características próprias atribuídas às mulheres (MUNIZ, 1992). Essas facetas das mulheres podem ser observadas nas falas dos homens a seguir:

Mulher tem o lado dela mais diferente, o estilo da mulher é diferente dos homens, mulher é mais delicada (pai da Maria Eduarda).

A mulher ela é mais emocional, vai mais pela emoção e o homem vai mais pela razão (Pai do Pedro).

Ser mulher é ser uma coisa diferente, a mulher tem a opção de ser mãe, gerar o bebê, é mais especial, acho que a mulher é um capricho de Deus (pai do Vinicius).

Ser mulher não é ser escrava do homem, que é de lavar, passar e cozinhar, trabalhar, não... Mulher é igual uma rosa você tem que tratar bem, né? Eu faço de tudo para ajudar a minha (pai da Tamires).

A idealização da figura da figura feminina pode ser notada mais facilmente nas falas dos homens em relação à mulher mãe. Notam-se em algumas falas uma espécie de associação quase que “espiritual” em relação à maternidade.

Eu acho que maternidade é quase a mesma coisa que paternidade, mas maternidade é mais profunda, né? A mãe que gera a criança, depois que ela nasce ela tem uma ligação maior com a mãe, mas já vi testemunhos de mães que sentem que tem alguma coisa acontecendo com o filho mesmo estando longe. Há uma ligação muito forte entre mãe e filho (pai do Pedro).

Maternidade é o dobrado (sic) do pai, acho que é amor, carinho, acho que a mãe tem que dar mais. A mulher tem que cuidar sempre com carinho, do jeito que a minha mãe fez comigo, é sempre um momento especial te exaltando sempre. A mulher tem que ser assim mesmo (pai do Vinicius).

O discurso dos homens representados nessas falas expõe a intrínseca relação da mulher com a maternidade, e, em muitos casos, reafirma a responsabilidade delas pelo espaço do lar. Desse modo, “para a mulher exercer cuidado é preciso ela estar em casa (pai da Vitória)”. O espaço doméstico estaria assim, na visão dos homens, vinculado às mulheres. Para Mesquita (2012) o trabalho feminino doméstico foi escondido na história, o que limitou sua articulação com a esfera pública. Ao mesmo tempo a dicotomia entre esfera pública e privada tornou esse espaço “naturalmente” feminino (COSTA, 2002).

Acho que quando a mulher não cuida ainda é pior que o homem, porque ela é mãe, ela tinha que ter pensado antes, não tivesse o compromisso de ter o filho, que evitasse porque o filho depende mais da mãe (pai do Marco Antônio).

A mãe tem que dar atenção para uma criança, a mãe tem que sempre estar à disposição da criança, quando é para corrigir, quando é para dar carinho é dar carinho. Então, se você acostumar a criança a comer filé mion um dia não vai ter, então a mãe tem que ter uma educação de correção e ajudar ela, né? (Pai da Noemi)

Ser homem é ter responsabilidade. Ser mulher é ter responsabilidade em dobro. Mãe sabe cuidar. Qual a mãe que não sabe cuidar? Só aquela que nasceu para não ser mãe. Mãe de verdade sabe cuidar do filho (pai do Felipe).

A culpabilização das mulheres em relação à maternidade também foi observada nos discursos dos homens. Mesmo sendo estes apontados como cuidadores, contraditoriamente os homens reafirmam funções inerentes às mulheres. O “descuido” e a delegação de cuidados da mulher mãe para outras pessoas representam, para os homens, uma característica que é desqualificada e desvalorizada em relação à mulher. Nesse sentido, podemos observar que,

para os homens entrevistados, a maternidade (e seus cuidados) é intrínseca à condição de mulher.

Uma mulher que não cuida é uma mulher que abandona o filho, que sai à noite, vai para festa, balada, essas coisas, não tem responsabilidade nenhuma. A mulher a partir do momento que ela ficou casada tem que ficar na posição dela e se tem filho tem que cuidar bastante. Não pode ter filho e abandonar. Tem várias garotas aí que largam os filhos com os pais para se divertirem. Essa mulher não deveria ser mãe, ter filho para avó cuidar para os outros cuidarem e ela viver na farra, acho que não é mãe, não é cuidar, tem que arrumar a hora certa de arrumar filho (pai do Rodrigo).

A gente vê nos jornais que a mãe não cuida direito, vê criança abandonada, achada no lixo, então não é cuidar... Uma mulher que não cuida é deixar jogado ou até jogar a responsabilidade para outras pessoas (pai do David).

O cuidado masculino, em muitos casos, poderá estar sendo representado como uma espécie de “fardo”. Ao mesmo tempo em que eles culpabilizam a mulher em relação aos cuidados, quando os homens são cuidadores deixam sempre transparecer que “abriram mão de alguma coisa” para poderem estar na condição de cuidadores. Diferentemente do que ocorre com a mulher, no qual o cuidado é visto pelos homens como algo intrínseco a ela, quando o homem cuida ele reafirma que precisou sacrificar uma realização pessoal para exercer tal função. Assim, o cuidado se apresenta para os homens com um peso muito maior do que para as mulheres.

Eu não acredito que haja uma cartilha de cuidados com tantos mandamentos a serem seguidos eu acredito que cada um deva olhar para sua família e ver as necessidades, a maneira como eles vivem e procurar suprir as necessidades da sua família não se esquecendo de si próprio, mas, na medida do possível se a pessoa puder se sacrificar, como no meu caso, eu sacrifiquei um sonho, uma realização pessoal em benefício da minha família (pai do Pedro).

Mesmo nos casos em que os homens relatam que passam mais tempo com a criança do que a mãe há uma espécie de “supervisão” dos cuidados masculinos por parte da mulher. Um exemplo ilustrativo desse ponto está na fala de um pai quando ele relata que a mulher, ao chegar do trabalho, “corrige” as funções executadas por ele no espaço doméstico. Assim, mesmo relatando dedicar mais tempo à execução do cuidado, o homem tende a ficar “à mercê” da correção e supervisão feminina dessa função. Se a esfera dos cuidados se legitima pela supervisão feminina, isso tende a reforçar o papel das mulheres como natural do espaço privado, além de sugerir que os homens por si só não possuem a capacidade de executar funções domésticas sem que haja a presença feminina para legitimar sua execução – o que termina por acrescentar mais uma tarefa para as mulheres, aumentando sua responsabilização.

Segundo Perucchi e Beirão (2007), o espaço doméstico apresenta-se no imaginário das mulheres ainda como um território predominantemente feminino, mesmo com a concepção da exigência de responsabilidades mútuas entre homens e mulheres no cuidado aos filhos. Desse modo, essa “supervisão” feminina pode estar camuflando a presença masculina no âmbito dos cuidados, pois quando o cuidado é exercido pelos homens ele tende a não ser legitimado, na medida em que só é confirmado mediante a “assinatura” feminina.

Um exemplo de cuidado é agora, eu saio do meu serviço, pego ele, levo para casa da avó para poder ver a avó, depois eu trago ele para casa, ele lancha. Esse é o momento que tem que ver a agenda, eu vejo a agenda todos os dias, preparo o lanche dele. Eu leio a agenda, resolvo as questões da escola que têm que ser resolvidas e quando a minha mulher chega do trabalho ela só “tipo” corrige alguma coisa que faltou, dá o visto que ela tem que dar na agenda, a assinatura é ela que faz (pai do Davi).

Neste sentido, a “idealização” da mulher mãe pode estar contribuindo para que os homens tenham dificuldades em se assumirem como protagonistas do espaço doméstico e, conseqüentemente, da esfera dos cuidados, limitando a visibilidade deles nesta esfera. Assim, embora os homens possuam um discurso de compartilhamento e se afirmem enquanto cuidadores no âmbito da família, mesmo nos casos em que eles chegam a verbalizar que ficam mais tempo com as crianças do que a mãe, eles nunca se assumem enquanto protagonistas dos cuidados, pois remetem sempre ao discurso idealizado da mulher reafirmando estereótipos de gênero. Assim, se o homem enfrenta uma dificuldade em se assumir enquanto cuidador, mesmo que haja práticas relatadas nesse sentido, o espaço doméstico vai sempre se limitar à “intocável” figura feminina, podendo impor limites à visibilidade masculina no âmbito das políticas sociais.

Um exemplo dessa contradição no discurso dos homens pode ser notado na fala a seguir. Logo após o pai relatar que cuida da filha mais do que a mãe devido ao fato da mesma trabalhar muito e ele demonstrar mais paciência com a criança do que ela, ele alterna sua fala para o discurso da idealização da mulher mãe, desqualificando o que havia dito anteriormente.

De manhã eu dou banho nela, faço a mamadeira para ela todos os dias. De cuidar eu acho que cuido mais do que a mãe, porque eu me dedico mais, porque ela joga tudo para mim porque eu tenho mais paciência e ela não tem muita é impaciente, ela não bate, mas abusa muito então eu tomo logo a frente e cuido. Eu passo mais tempo com a minha filha porque ela trabalha muito. Ela cuida, mas eu não gosto de ver ninguém falando alto com criança, a mãe fala alto e eu tenho mais paciência entendeu? Eu tenho mais jeito de lidar com criança.  
(...)

Mas ela cuida muito bem. Mãe sempre cuida mais, né? Mulher é mais delicada, afinada com o filho. Maternidade, o filho sempre puxa mais para o lado da mãe, tem aquela coisa do amor, do carinho. Amor de mãe é mais importante. Pai é bom também, mas mãe é mãe (pai da Maria Eduarda).

Neste sentido, a visão estereotipada da mulher mãe por parte dos homens pode estar obscurecendo práticas de cuidado exercidas pelos mesmos, uma vez que eles apresentam uma profunda dificuldade em se assumirem enquanto protagonistas dos cuidados. Essa dificuldade pode estar relacionada, além das representações femininas, com a função provedora identificada na figura masculina, como veremos a seguir.

### **2.3.3 O homem protetor à sombra do provedor: olhares sobre as masculinidades**

Durante os relatos notou-se por parte dos homens uma resistência em falar sobre as dificuldades, principalmente as relacionadas às questões socioeconômicas. Quando eram indagados sobre questões relacionadas à pobreza, os homens demonstravam um desconforto em relação a essa abordagem, tendiam a falar mais baixo, como que se estivessem sentindo vergonha, sendo mais objetivos em suas falas.

Eu estou cuidando quando eu conseguir construir uma casa que a gente vai ter que trabalhar para isso, nós não temos uma casa própria e a gente precisa trabalhar para ter uma dignidade. Temos que trabalhar e guardar um pouquinho que é para unir a família, ter uma coisa melhor e um futuro para ele porque o que a gente construir para frente não é pra nós é pra ele (pai do Rodrigo).

Quando não aparentavam desconforto ficavam meio “defendidos”, numa espécie de negação das dificuldades “não possuo plano de saúde, mas vamos no SUS e nunca tivemos problema” (pai da Beatriz). Contrariamente às mulheres pobres, tão necessitadas e acostumadas a expor seus dramas familiares, os homens pobres demonstraram uma imensa dificuldade em falar dos problemas, principalmente, dos ligados às questões relacionadas à pobreza – e que de certa forma impossibilitam que exerçam uma masculinidade plena, efetivamente não se trata aqui dos “grandes homens”, no sentido descrito por Walzer Lang (2011). Assim, a dificuldade em assumir a pobreza (ou se assumir como pobre e, portanto, vulnerável) é outro fator que poderá estar contribuindo para a invisibilidade masculina no campo da política social. Certo sentimento de “fracasso” perceptível nas falas e comportamentos desses “pequenos homens” (WELZER-LANG, 2011) pode ser

representativo de como a masculinidade hegemônica ainda permeia o ideário masculino, e nesta a questão da provisão é característica fundamental, o que pode ser observado em falas do tipo: “acho que ser homem é a função de trabalhar e ajudar a trazer a renda para dentro de casa. Eu acredito que cuido, tem que cuidar” (pai do Marco Antônio). Ou então “Não deixar faltar nada, agora que ela está começando a falar está pedindo as coisas” (pai da Noemi).

Quando questionados em relação à forma como devem exercer cuidados com seus filhos, além da questão do dever em ser provedor, outro dado interessante surgiu nas falas dos entrevistados: o dever de proteger. Em quase todas as falas dos homens a questão da proteção aparece como essência do cuidado: “entendo como paternidade assumir responsabilidade como pai, ser pai é ser tudo. Ser o alicerce, ser o protetor, ser tudo da criança na medida do possível.” (Pai do Vinicius). “Cuidar é proteger não deixar faltar nada de nenhum tipo, de necessidade física, financeira, estrutural” (pai do Marcos).

Eu entendo de cuidado que a gente evita acidente, a gente tendo cuidado evita várias coisas, evita acidente de a criança cair, se machucar. Uma situação de cuidado é que eu tenho muito medo de criança em escada, onde eu moro tem uma escada e eu tenho muito medo, então eu falo muito com a minha mulher desse lance de escada, ela presta atenção, mas sempre eu gosto de evitar acidente. Eu cuido muito para evitar o acidente que a criança “pega a gente” (pai da Maria Eduarda).

Cuidado eu interpreto como proteção. Tudo o que eu perceber ou entender que vai trazer a minha família, aos meus filhos, a minha casa, eu tenho que me antecipar para que nada de ruim possa acontecer. Eu lembro que quando a minha mulher estava grávida, uma noite nós acordamos de madrugada, ela sentindo muitas dores e eu lembro que ela se deitou no sofá e eu forrei um colchonete do lado do sofá preocupado que ela não caísse no chão, mas caísse em cima de mim. E aí, depois que a criança nasceu ela amamentando nosso filho durante a madrugada nós sentamos nesse mesmo sofá e eles adormeceram. Eu deitei novamente no mesmo lugar e, por um descuido a criança caiu do colo dela e caiu em cima de mim e ela não sofreu nenhum dano, eu protegi (pai do Pedro).

A proteção, característica recorrente nas falas dos homens para exemplificar suas práticas de cuidado, estaria associada, além da questão da provisão, com o dever de evitar riscos, danos, acidentes ou qualquer mal que possa atingir à família. Esta visão tende a reforçar o estigma cujo campo semântico masculino está voltado para a força, para a atividade (MUNIZ, 1992) e, principalmente, para a virilidade, no qual os homens buscam acesso desde pequenos para poderem ser desassociados do mundo das mulheres (WELZER-LANG, 2011). Desse modo, a proteção é uma das principais características atribuídas pelos homens para descrever a relação de cuidados exercidos por eles, uma vez que essa proteção se apresenta como visto, nas diversas práticas cotidianas familiares. Embora os homens possam exercer outras formas de cuidado o dever da proteção é um dos mais valorizados e parece representar

uma espécie de código de “conduta masculino” na esfera dos cuidados. Assim, a ausência da função de proteção no ambiente doméstico poderá ocasionar uma espécie de “fracasso” na conduta masculina dos cuidados.

Neste sentido, se na visão do homem o cuidado é encarado (e valorizado) como proteção e, diante disso, o homem deverá exercer sua função protetora, como ele poderá ser protegido pelas políticas de proteção? Se a função protetora do homem é característica intrínseca ao masculino no âmbito dos cuidados, isso poderá estar reforçando uma imagem simbólica que coloca o homem pobre como sujeito invulnerável. No âmbito da proteção social, isso se torna um obstáculo, uma vez que o homem tende a não se reconhecer em espaços que remetem à proteção, pois deverá exercer ele mesmo o papel de protetor. Assim, a incapacidade na proteção da família poderá representar um “fracasso” para os homens.

Aliadas a essa questão, acrescentamos o impacto direto gerado pela questão da pobreza na função provedora do homem pobre (e que atua também retirando as mulheres do que seria sua função “natural”), tendo em vista que essa característica também foi apontada como uma das principais formas de cuidados masculinos. A dificuldade demonstrada por sentimentos de vergonha e fracasso por parte dos homens quando indagados sobre questões que remetem à pobreza, tende a gerar nestes uma resistência em se assumirem enquanto sujeitos que necessitam de uma proteção por parte do Estado, pois a provisão também é característica intrínseca (e valorizada) nos cuidados masculinos. Se os homens pobres apresentam dificuldade em não se reconhecerem enquanto sujeitos necessitados de proteção social poderão estar limitando sua presença no âmbito das políticas sociais.

A visão dos homens entrevistados em relação ao que eles pensam sobre “ser homem” se apresentou revelando algumas tendências de representações. Para Honório (2009) a masculinidade é sempre um ideal a ser conquistado. De um modo geral, eles tendem a reafirmar características masculinas permeadas por um ideal de masculinidade hegemônica. Assim, questões relacionadas ao poder, à força, ao dinheiro e ao sucesso surgem de forma recorrente. “Eu gostaria de ser o Lula presidente, ter bastante dinheiro (pai do Felipe).” Outra característica apontada pelos pais que pode estar associada à força e a virilidade e que representam um ideal masculino; a explosão aparece de maneira recorrente e vem sempre associada às figuras de poder.

Um homem que eu gostaria de ser é o Wagner Montes<sup>9</sup>, porque eu guardo muito as coisas, queria falar mais na cara da pessoa, queria resolver aquilo olhando na cara da pessoa, eu levo muito as coisas para casa, às vezes me aborreço, às vezes dentro da família também, às vezes é melhor falar logo, eu queria ter um pouquinho dessa explosão assim igual ao “comendador” (pai do Vinicius).

Além das características acima apresentadas, outras foram apontadas como “ser homem” que podem representar tendências associadas a uma masculinidade hegemônica. “Ser homem é honrar aquilo que a gente vem sabendo desde criança, que vem sendo ensinado dentro de casa e passar para frente” (pai do Marcos). Essa fala pode associar-se a fase de homosocialização da “casa dos homens” (WELZER-LANG, 2001), onde a construção do masculino se dará a partir das vivências de regras que ensinam a saber ser homem. “Ser homem é o que meu pai me ensinou, é ter responsabilidade, é ter atitude de homem (pai do Vinicius).” Assim, cabe aos homens mais velhos a transmissão de valores das masculinidades. “Ser homem é ter caráter, é ter palavra, ser sujeito homem no dia a dia, manter sua palavra, honrar sua palavra. Isso para mim é ser homem (pai da Noemi).” Aceitar as regras que são ensinadas a saber ser homem é saber respeitar que os homens possuem uma posição hierárquica de poder (WELZER-LANG, 2001).

A responsabilidade foi outra característica recorrente em relação a “saber ser homem” na visão destes pais. Essa responsabilidade vem muito associada à questão da paternidade e da família. “Ser homem é ter obrigação é ser responsável na família, no trabalho. Não adianta ter responsabilidade com um e não ter com o outro, acredito que tem que ter em todos os sentidos (pai do Davi).” Isso nos remete a certo status dado pelos homens à paternidade, uma vez que ela se representa como uma espécie de “divisor de águas” na vida dos mesmos. Aliado a isso, a visão do homem como provedor reafirma sua responsabilidade perante aos cuidados na família e, conseqüentemente, a ausência dessa função provedora pode caracterizar na visão dos homens uma “falha” aos códigos de conduta masculinos.

A gente é homem gosta de tomar uma cerveja, assistir um futebol, mas a gente tem que saber associar uma coisa à outra. Se a sua filha está doente, sua mulher está doente, eu não vou deixar de ficar com elas para assistir o meu futebol, isso não. Mas se tiver tudo bem eu sou flamengo, vou subir para assistir o flamengo, tomar uma cerveja daqui a pouco eu volto, está bom? Tranquilo? Mas eu não vou deixar de sair com a minha família por causa disso, se eu escolhi essa vida para mim eu vou levar para o resto da minha vida (pai da Tamires).

---

<sup>9</sup>Atualmente, apresentador do Programa “Cidade Alerta” da emissora Record e deputado estadual pelo PSD e que aparenta uma postura muito agressiva, bem ao gosto de uma masculinidade hegemônica.

Entretanto, alguns homens conseguem apontar e justificar características que desconstruam um ideal de masculinidade hegemônica cuja visão masculina sobre o homem é mais ampliada e inserida também na esfera privada. Assim, embora persista nos relatos apresentados uma tendência engessada sobre a masculinidade, há também (embora em menor número) uma desconstrução desse olhar por parte de alguns homens. Essa perspectiva não pode ser desconsiderada, uma vez que os homens apresentam através das suas práticas de cuidados uma nova construção sobre “ser homem”. Para Szymanski (2000) relações de cuidado podem significar um compromisso em que todos estão envolvidos, e, com a possibilidade de mudança de protagonistas na estrutura de família, cessa a especialização de funções.

Tem gente que fala que ser homem é ser aquele cara bruto, aquele cara sério, a gente por ser nordestino, todo mundo fala; é nordestino é bruto! Eu não, eu cozinho em casa, faço comida para minha mulher, faço comida para as minhas filhas, hoje mesmo eu já arrumei a casa, cozinhei, arrumei essa daqui para vir para a escola, fui levar a outra, que eu tenho duas, fui deixar a outra na escola, vou deixar essa em casa agora e vou buscar a outra na outra escola (pai da Tamires).

Outra característica apontada pelos homens que os distanciam um pouco da visão em relação a uma masculinidade hegemônica pode ser notada na reflexão deste pai: “Ser homem é ser mais independente [do que a mulher]. Eu acho que para a mulher devido à violência é mais difícil (pai do Marco Antônio)”. Na fala deste pai é possível encontrar certo senso crítico, uma vez que ao justificar uma maior independência dos homens pela violência sofrida pelas mulheres ele demonstra reconhecer a existência de uma dominação masculina.

Nem todos os homens possuem os mesmos privilégios de poder, pois eles também estão submetidos às hierarquias masculinas. Assim, os “grandes homens” (WELZER-LANG, 2001) que aceitam os códigos de virilidade masculinos irão exercer poder sobre outros homens. Vale ressaltar que todos os homens entrevistados são pobres e moradores de comunidades, o que tende a distanciá-los de uma perspectiva “provedora” ainda pertencente a um ideal de masculinidade, o que os tornariam “pequenos homens”(WELZER-LANG, 2001).

Ao serem questionados sobre que homens desejariam ser, eles foram categóricos em apontar que gostariam de “ser eles mesmos”. Quando os homens dizem que gostariam de “ser como eles mesmos” fica nítida uma postura defensiva, orgulhosa, autossuficiente. Além disso, uma espécie de exaltação de suas características pessoais surge para “compensar” as características ausentes da masculinidade hegemônica. Entretanto, no decorrer de suas narrativas eles deixam transparecer as características da masculinidade hegemônica como

ideais, mesmo que nem todas elas façam parte de suas vidas. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que os símbolos masculinos aparecem nas falas dos homens como um ideal a ser conquistado, há também por parte deles uma dificuldade em se assumirem enquanto “pequenos homens”, afinal eles não teriam conseguido alcançar os privilégios de poder dos “grandes homens”.

Eu queria ser do jeito que eu sou mesmo. Não queria ser mais ninguém. Para mim todo homem quer ser um pouco vaidoso... Mas do jeito que está está bom. Não queria ser outra pessoa. Eu sou um cara zeloso, cuidador, atencioso, responsável, carinhoso (pai da Tamires).

Eu não queria ser ninguém não, queria ser eu mesmo. Eu gosto do meu jeito. Eu sou um cara calmo, sou explosivo quando tem que ser, gosto muito de respeitar as pessoas desde que me respeitem. Eu não mudo meu jeito de ser, eu tenho um jeito sincero de ser. Eu não mudaria, não quero ser outra pessoa. Eu queria ser assim uma pessoa que tivesse dinheiro, mas do jeito que está eu gosto (pai do Rodrigo).

Outras questões observadas que sugere uma marca das práticas de cuidados masculinos apontadas nas falas dos homens foram as características de autoridade e, em alguns casos, de agressividade na educação com os filhos. Essa forma de atuação pode estar sendo representativa de traços de uma masculinidade hegemônica, uma vez que “a casa dos homens” (WELZER-LANG, 2001) corresponde a um processo de grandes pressões para que os homens busquem acesso à virilidade e que de certa forma, obriga-os a aceitar a “lei do mais forte”. Assim, a autoridade teria papel fundamental no alcance de uma masculinidade hegemônica, o que pode estar sendo refletida nas práticas de cuidados dos homens. Embora estes demonstrem afeto e carinho na produção de cuidados com os filhos, estes traços das masculinidades ainda permanecem presentes, reafirmando estereótipos de gênero.

Ele já está maior tem que ter uma visão de quem é que manda, quem é que tem autoridade e quem é que eles têm que respeitar. Eu acho que a mãe tem que ser a mesma coisa, mas tem aquele fato que ela deixa muitas coisas passarem mais despercebidas, passa mais a mão na cabeça, tem aquela visão de mãe, e o pai não, o pai fecha mais a cara que é para mostrar aquela autoridade, né? (Rodrigo)

Neste sentido, a necessidade de uma rigidez maior por parte da paternidade nas falas dos homens sugere uma maior autoridade nas práticas dos cuidados por parte dos mesmos. “A casa dos homens” (WELZER-LANG, 2001) é também um espaço permeado por muita violência e ela é expressa por uma série de práticas sociais que constituem o masculino (CECHETTO, 2004).

Muitas vezes, no cuidado, o homem age com mais grosseria, é mais rígido, o lance da mãe já pensa dos dois lados. Em alguns momentos eu sou mais rígido com o meu filho. Ele está numa fase agora em que eu tenho que me pôr um pouco mais sério, porque tem uma certa hora que ele não aceita o que a mãe fala ou o que a avó fala, então quando elas falam “vou falar com o seu pai” aí ele abranda um pouco mais, mas nada que seja aquela coisa extrema (pai do Davi).

A ligação intrínseca do homem com a questão da violência (MEDRADO & LYRA, 2008) pode estar sendo refletida nas práticas de cuidados exercidas por estes, uma vez que os símbolos da construção das masculinidades resistem no discurso dos pais em relação aos cuidados para com seus filhos. Assim, os homens tendem a tomar como uma responsabilidade paterna características que colaboram para que eles se mantenham em uma relação de poder também na esfera dos cuidados. Como aponta Bourdieu, (1998) essa dominação masculina se dará a partir de uma perspectiva simbólica que impõe como naturais e legítimas relações de poder. Isso poderá ser observado na esfera dos cuidados, já que essa dominação aparece nos relatos de práticas de cuidados masculinos. Desse modo, quando características de autoridade e de agressividade surgem como representações fundamentais na relação de cuidados dos homens com seus filhos essa dominação tende a se legitimar também nesse âmbito.

Eu acho que você tem que cuidar e educar para breca na hora que está errado, falar não na hora que não pode, dizer a hora que está certo, a hora que está errado, não pode bater e gritar, mas você tem que ser firme na hora que tem que ser firme, porque se você abrir mão quem vai agredir você é ele porque eu não soube educar (pai do Marco Antônio).

Por outro lado, a questão da paternidade surgiu como uma espécie de rito de passagem para o homem. Isso porque nota-se pelas falas dos mesmos, que a função paterna representa sinônimo de responsabilidade configurando um status ao homem. Essa associação tende a sugerir uma semelhança com a característica do homem provedor, uma vez que a responsabilidade é característica atribuída ao homem principalmente quando ele fala da função paterna. Neste sentido, a ligação intrínseca entre paternidade e responsabilidade apontada nas falas dos homens poderá estar reafirmando seu papel provedor no âmbito da família como pode ser visto nas falas a seguir:

O meu filho me transformou, eu era muito mais “farrista”, não ligava muito para as coisas, fazia coisas bobas, mas que eram fundamentais na vida do homem. E isso me fez mudar, eu andava muito na “rota” “farrava” muito, bebia muito, e isso eu parei desde que a criança nasceu. Festa agora só com ele e a minha mulher junto. Isso me modificou muito, muito. A minha vida mudou do que eu era antes (pai do Rodrigo).

Ser homem acho que não é ser fútil, aquela pessoa que não liga para nada, acho que você tem que ser homem e quando você se torna pai tem aquela coisa de homem, você tem que ser homem, porque pai não é palhaço para jogar no mundo, você tem que ser homem para criar, para dar as coisas e não pra deixar de lado (pai do Fernando).

Além da questão da responsabilidade associada à paternidade, outras características foram apontadas pelos homens como essenciais nas suas práticas de cuidados com os filhos. Assim, embora eles relatem que cuidam no sentido de dar banho, pentear o cabelo, dar comida, levar para a escola, dentre outros, quando questionados em relação às suas práticas de cuidados essas não são as características das quais os homens tendem a valorizar num primeiro momento. Ao contrário, elas passam despercebidas pelos homens que demonstram maior empolgação quando relatam que brincam com os filhos, que os levam para passear ou que os presenteiam com coisas materiais. Assim, características de cuidados masculinos, se não forem investigadas com maior profundidade, tendem a ficar restritas pela importância que os homens dão às atividades que englobam o “brincar” e o “presentear”, por exemplo. Isso poderá estar obscurecendo outras práticas de cuidados masculinos que não são identificadas (e valorizadas) pelos homens.

Desse modo, além da característica do homem provedor aparecer novamente, nota-se que uma característica predominante atribuída à paternidade tem a ver com a brincadeira. Neste sentido, a paternidade, assim como a maternidade, pode estar se transformando, trazendo uma característica lúdica aos cuidados masculinos na visão dos homens.

Como minhas filhas são duas mulheres, eu levo no parquinho, essa gosta de jogar bola, a outra brinca de boneca, a outra é mais frágil, nasceu de 7 meses, mas eu levo para o parque, levo para brincar, levo no McDonald's, levo mais para brincar (pai da Tamires).

Eu brinco com meu filho, a gente passeia, vai no shopping, na escada rolante, tudo é uma novidade para ele, aí ele fica bem feliz (pai do Marco Antônio).

Tem que ter cinco minutos para brincar com a criança, compartilhando a vida da criança. Aproveitar o tempo com ela, ficar o mais próximo da criança, porque amanhã ela já é um adulto e você já fica distante (pai da Vitoria).

Uma característica interessante apontada nas falas dos homens no que se referem às relações de cuidados foi em relação à proteção à família. Os homens tendem a incluir a família quando falam sobre cuidados não se limitando à relação exclusiva com os filhos. Tem-se a impressão que os cuidados fazem mais sentido para o homem quando ele engloba a relação de proteção estabelecida com a família e, conseqüentemente, com a companheira. Desse modo, o cuidado acaba tendo para o homem uma ligação com a relação afetiva que ele

estabelece com a mulher, pois para ele o cuidado tem a ver também com uma espécie de proteção à mulher. Aliado a isso, a “idealização” materna desresponsabiliza os homens dos cuidados diretos com os filhos, mas os homens permanecem como “protetores” da família e de suas companheiras.

Acho que um homem cuidar do que é dele é muito importante, o que pertence a ele, o homem tem que cuidar da família para não deixar ela se destruir, principalmente o casal. Eu não tenho esse cuidado porque minha mulher fala que eu sou muito grosso, mas eu acho interessante sim. Ela fala, mas acho que é meu jeito mesmo, eu falo para ela que é meu jeito. O homem quando não cuida é quando não dá atenção para o filho, para mulher, acho que é uma maneira de não cuidar (pai da Maria Eduarda).

Ser homem é quando ele se coloca na posição de homem para proteger a mulher, cuidar da mulher. A família é um conjunto, você tem que estar em harmonia, pai, filho e mãe, os três juntos. A minha família vive muito em harmonia (pai da Tamires).

Neste sentido, a relação de cuidados do homem sugere também que ela esteja condicionada às relações afetivas estabelecidas com suas companheiras. Assim pode-se dizer que há uma tendência de migração de cuidados por parte dos homens, uma vez que este se dará conforme o envolvimento afetivo estabelecido com a mulher e, conseqüentemente, com sua família atual, como pode ser observado na fala a seguir:

Nós faz (sic) tudo pra ajudar. Mas meus outros filhos têm as mães deles, elas têm os caras delas... Eu dou um dinheiro quando precisa, quando dá, mas é complicado de ver todo dia porque eles estão com as mães deles. Essa aqui não, essa eu consigo cuidar mais tenho “fechamento” com a mãe dela, nós somos um casal, entendeu? (Pai da Érica).

Um dos homens mais “cuidadores” apontado pelas profissionais da escola, o pai da Érica, tem cinco filhos com três mulheres diferentes. Na fala acima, ele chega a apontar que auxilia financeiramente os filhos de outros casamentos, porém, embora resida próximo a todos os outros filhos, a relação com estes se dá de forma muito limitada. Ao contrário do que ocorre com Érica, filha de sua atual companheira, pois ele se mostra tão cuidadoso com a filha que as profissionais sequer conseguem reconhecer a mãe da menina na creche/escola. Assim, podemos dizer que talvez uma das características do cuidado seja essa: o cuidado se estabelece com aqueles que estão pertos, ou seja, os cuidados têm a ver com presença. Não podemos dizer que essa seja uma característica inata dos cuidados masculinos, mas não deixa de ser uma “pista” a ser seguida em estudos futuros. Isto porque não existe uma preocupação tão grande demonstrada por esse homem com os filhos de outros casamentos. Embora haja uma demonstração de responsabilidade para com estes (na maioria das vezes relacionada às questões financeiras) as relações de cuidado tendem a se limitar quando os homens se veem

distantes fisicamente dos filhos. Vale ressaltar que essa espécie de “migração de cuidados masculinos” poderá ilustrar, mais uma vez, o reforço “naturalmente” concedido às mulheres nas relações de cuidado.

#### **2.3.4 A “adaptação” ao trabalho e o desinteresse na qualificação profissional: impactos nas relações de cuidados masculinos**

A divisão do tempo com os filhos é algo que estaria sendo negociado entre os casais para que tanto o homem quanto a mulher possam trabalhar. Entretanto, em muitos relatos dos homens, estes afirmam estar alternando o seu turno de trabalho para que possam ficar mais tempo nos cuidados com os filhos. Eles estariam optando pelo trabalho noturno, ficando assim disponíveis para as crianças durante o dia, o que estaria impactando nas relações de cuidados. Em muitos relatos, os homens chegam a apontar a longa jornada de trabalho das mães, que chegam tarde da noite em casa. Desse modo, em muitos casos, o homem estaria protagonizando as relações de cuidado em virtude da jornada de trabalho da mulher, o que evidencia sinais de uma reestruturação produtiva.<sup>10</sup>

São os homens que estariam se adaptando no trabalho e, conseqüentemente, ao espaço público, para que possam favorecer o espaço doméstico, e não as mulheres, atrizes fundamentais deste espaço. Isso é um dado curioso, pois o mundo público foi historicamente construído como domínio masculino (COSTA, 2002; VARIKAS, 1996; MESQUITA 2010).

Nesse sentido, eles estariam optando pelo trabalho noturno para poderem dividir melhor o tempo com as crianças e, de certa forma, acabam por privilegiar o trabalho da mulher, na medida em que eles transformam a relação deles com o trabalho. Essa nova “adaptação” dos homens em relação ao mercado de trabalho estaria impactando numa nova configuração do espaço doméstico, pois os homens estariam ficando mais tempo com as crianças e mais tempo no espaço privado.

---

<sup>10</sup>O aumento do número de mulheres no mercado de trabalho se dá, em parte, devido à emancipação feminina, tanto no que se refere às relações de poder entre os homens quanto em relação à sociedade. Entretanto, com a reestruturação produtiva do capital, a ampliação do trabalho feminino nas últimas décadas vem delineando uma divisão sexual do trabalho cuja exploração é cada vez mais intensa. Assim, o trabalho das mulheres vem se configurando, sobretudo como um trabalho mais precário, com maior desigualdade salarial em relação aos homens e extensas jornadas de trabalho dentro e fora do espaço privado (sugerindo uma dupla exploração feminina pelo capital). A interação entre trabalho e gênero se faz necessária, na medida em que o capital tem se apropriado das mulheres trabalhadoras a partir de suas experiências no espaço doméstico, intensificando a desigualdade oriunda da divisão sexual do trabalho movida pela reestruturação produtiva do capital. (ANTUNES, 2009)

Eu trabalho a noite de vigia noturno e ela trabalha de dia agora, mas antigamente os dois trabalhavam de dia e ficava mais complicado. Eu troquei o turno do trabalho por causa do meu filho, para ter mais tempo para ele, tanto do meu lado quanto do lado dela, para ter um pouco de tempo pra gente se dividir com ele, sair com ele, ter um pouco de diversão que é o que a criança precisa (pai do Rodrigo).

Eu trabalho a noite cuido dele de dia quando ele não vem para a creche porque minha esposa também trabalha e meus parentes moram longe. Aí eu já optei por trabalhar a noite para ficar mais tempo com ele, para cuidar dele, daí eu posso levar ele para a creche, eu dou banho, levo ele pra passear, dou comida (pai do Marco Antônio).

Quando ela sai da creche eu deixo ela brincar até certo horário, depois eu já dou o banho nela, esquento a “jantinha” dela também. Minha esposa chega só 20h, aí eu já faço esse processo todo até a minha esposa chegar, aí ela dá atenção e fica com ele até a hora dele dormir, aí eu vou trabalhar (pai da Beatriz).

Eu cuido porque estou bem presente com ele no dia a dia, eu trabalho a noite, se ele não estivesse o dia todo na creche com certeza eu estaria dando mais atenção para ele, entendeu? Ele acaba ficando mais tempo comigo do que com a minha esposa que só chega em casa lá para as 22h (pai do Marco Antônio).

Vale ressaltar que o trabalho noturno é mais confortável para os homens, pois os dados estatísticos não deixam dúvidas de que as mulheres são as maiores vítimas de violência que inclui, além da física, a sexual (FREITAS, 2011). Assim, o trabalho noturno poderia tornar as mulheres ainda mais vulneráveis à violência, o que poderia ser um dos fatores que justifiquem a escolha do homem por este turno de trabalho.

Além disso, em se tratando de famílias pobres, embora o homem ainda esteja permeado por um ideário provedor, a renda de trabalho obtida pela mulher se torna fundamental para a sobrevivência do grupo familiar. Para além de uma escolha, a mulher estaria trabalhando porque precisa.

Em relação ao trabalho do homem, outro dado relatado chamou atenção: eles apresentam profunda dificuldade em relação à perspectiva de qualificação profissional. Talvez ainda permeados pelo ideário de provedores, os homens pesquisados, em sua maioria, quando questionados em relação à ascensão profissional, não conseguiam apontar alternativas diferentes das quais eles já atuavam. Em muitos casos, eles não chegam a cogitar a possibilidade de ascenderem profissionalmente limitando-se a sua ocupação atual. A qualificação profissional é uma das formas de ascensão profissional, porém isso parece não ser cogitado na visão do homem pobre. Como aponta Barker (2010) os homens jovens enfrentam uma pressão social em algumas comunidades para se conformar a estereótipos de gênero como “ganhadores de pão”, provocando vergonha se eles não podem se adequar a essas expectativas.

Essa visão do homem em relação à sua perspectiva profissional poderá ocasionar uma desigualdade maior dos “grandes homens” em relação aos “pequenos homens” (WELZER-LANG, 2011), gerando níveis hierárquicos de poder na relação dos homens com outros homens (CONNELL & MESSERSCHITZ, 2013).

Eu tenho uma vontade de fazer um curso de elétrica, mas ainda não procurei ainda, acho que não tive interesse de procurar, mas eu tenho vontade de fazer esse curso, mas nunca pesquisei a respeito (pai da Maria Eduarda).

Eu nunca exerci cursos na minha área, mas acho que não tem muita coisa mais para fazer não. Estou satisfeito com o trabalho que eu tenho (pai do Rodrigo).

Na verdade, essa coisa de qualificação não funciona muito para mim porque eu sou autônomo, eu trabalho com taxi. Eu não pesquiso tanto assim não, estou mais no foco de fazer dinheiro (pai do Marcos).

Qualificar? Eu sou motorista profissional, tenho carteira... Eu sou autônomo, trabalho pra mim, sempre estou fazendo alguma coisa, ajudando o meu pai. Estou sempre procurando alguma coisa para fazer (pai da Noemi).

A minha área é o restaurante, eu aprendo no dia a dia. Eu acho que o restaurante foi o próprio curso, eu não fiz uma faculdade de garçom, uma faculdade de cozinha nem nada (pai do David).

Ainda sob essa perspectiva de qualificação profissional, outro dado surgiu no relato dos homens no qual merece destaque. Na medida em que os homens não parecem privilegiar uma perspectiva de qualificação e ascensão profissional, eles estariam deixando essa tarefa para as mulheres e, assim, estariam sendo mais incluídos na arena dos cuidados. Nota-se na fala abaixo como um homem optou por passar mais tempo com os filhos para que a mulher pudesse estudar, tendo em vista que ela já apresentava uma maior perspectiva de ascensão profissional.

Quando eu casei com a minha esposa eu estava terminando o ensino médio porque eu fiz supletivo e como ela já era formada ela ganhou uma bolsa de estudos para poder cursar a faculdade e como ela já estava engrenada nos estudos eu falei assim; eu vou esperar você se formar para depois fazer faculdade, aí ela estudou, eu ajudava na criação, ela ficou grávida logo depois que a gente casou, eu cuidava da criança para que ela estudasse, eu apanhava e buscava ele na escola, ficava com ele a noite. Mas quando ela se formou, que era a minha vez de estudar, houve um desemprego e eu não pude estudar e quando houve a oportunidade de estudar de novo ela ficou grávida novamente e ela sentiu a necessidade de fazer uma pós-graduação, ela fez a primeira pós-graduação está fazendo a segunda e eu estou aguardando a minha vez. Eu ainda desejo ingressar na faculdade para me qualificar e quem sabe eu consiga algo melhor para minha vida (pai do Pedro).

Neste sentido, quando o homem alterna seu turno de trabalho, ele permite que a mulher possa se qualificar e ascender mais profissionalmente. Na medida em que ele não privilegia uma maior ascensão profissional (pois ainda estaria “preso” ao ideal de provedor), ele pode estar voltando-se mais para o espaço doméstico e, conseqüentemente, para a arena dos cuidados.

### **2.3.5 A “adoração” pela escola: demandas pontuais atendidas**

Quando questionados em relação às dificuldades enfrentadas no âmbito escolar, os homens só conseguiam relatar vantagens. Além de apontarem que se sentem confortáveis no ambiente da creche/escola, eles verbalizavam profunda admiração, satisfação e orgulho por poderem manter seus filhos neste espaço. “Eu me sinto à vontade nesse espaço, acho um privilégio, aqui na redondeza todo mundo não tem palavras para agradecer a florescer (pai do Marco Antonio)”. “Eu não vejo dificuldade nenhuma aqui na escola, aqui foi um lugar que ele se habituou bastante, que gostou, nós não temos do que reclamar aqui da florescer, nós só temos elogio. Tudo aqui me atende (pai do Fernando)”.

Esta dificuldade em apontar críticas no âmbito escolar, sugere que o espaço da escola ainda é para os homens algo novo. Assim, eles teriam dificuldade para elaborar maiores questionamentos, exigências e críticas em relação à escola, limitando-se às demandas pontuais que os atendem de maneira mais imediata. Vale ressaltar que de um modo geral, essas características das demandas dos homens já haviam sido apontadas pelas profissionais entrevistadas e isso também é notado através das falas dos homens entrevistados.

Um fator vantajoso predominante na fala dos homens em relação à escola foi o fato da mesma oferecer período integral. Na visão dos homens esse é um dos principais motivos que fazem da creche um lugar muito bom para os seus filhos. “A facilidade aqui na escola é o período de poder ficar o dia todo (pai do Marco Antônio)”. “Não tenho dificuldade nenhuma aqui. A facilidade é de elas poderem ficar com a criança o dia todo e nós podemos correr atrás da vida (pai da Noemi).” Nota-se aí, que a vantagem tem uma função muito prática, pois se a escola atende em período integral a família poderá trabalhar.

Outra demanda recorrente apontada pelos homens que também se apresenta de maneira pontual foi a questão da acessibilidade da escola. “Não tenho dificuldades aqui na escola, aqui é perto não é longe (pai do Felipe)”. Esta praticidade também está muito presente

nas falas dos homens, pois possibilita o acesso entre casa e escola, além de otimizar o tempo das famílias.

Outro fator apontado como vantajoso pelos homens e que também foi observado nas entrevistas com as profissionais, foi a característica de ajuda por parte da escola. Essa ajuda apontada na fala dos homens foi considerada como vantajosa para eles, na medida em que as profissionais tendem a se “solidarizar” mais com a presença masculina do que com a feminina, como já apontado anteriormente. Essa facilidade do âmbito escolar colhida pelas falas dos homens tende a reforçar um distanciamento dos homens com a creche, pois a estética feminina vem sugerindo que os homens estejam sendo mais facilitados no âmbito dos cuidados.

Não tenho dificuldades aqui na creche e nem vergonha de perguntar porque elas se oferecem para ajudar, chegam na gente para falar, então eu não tenho... Pra mim facilita muito porque eu tenho onde deixar minha filha pra trabalhar e já me adianta bastante (pai da Maria Eduarda).

Não encontro dificuldade aqui na escola, mas a facilidade é total, eles facilitam de tudo que a gente precisar. Por exemplo: hoje precisou de fralda, acabou a fralda e elas compraram (pai do Marcos).

Entretanto, embora os homens não conseguissem verbalizar dificuldades no âmbito escolar, alguns pais conseguiram elaborar de maneira mais aprofundada as vantagens oferecidas pela creche. Assim, não se pode dizer que os homens só enxerguem benefícios pontuais ofertados pela escola, pois em alguns casos eles obtiveram preocupação com a questão da educação, do cuidado oferecido e do acompanhamento com a criança. Isso sugere um maior envolvimento dos homens com a escola e, conseqüentemente, uma visão mais ampliada dos homens nos cuidados, mesmo que as demandas pontuais ainda se sobressaíam.

Não vejo dificuldades aqui na escola, o horário é bom, a comida é boa, o ensino é bom, as professoras são boas, essa chega em casa cantando, a melhor creche que ela já estudou foi aqui. Todo dia ela chega cantando. O horário é acessível, quando eu saio do serviço dá tempo de pegar ela, dá tempo da mãe vir buscar. A escola também é muito acessível. Eu me sinto à vontade aqui, eu gosto desse espaço da escola sempre que ela fica doente os professores falam, ligam (pai da Tamires).

Essa creche é uma das melhores, é bem indicada, cuida bem, tratam bem as crianças, tanto as professoras quanto a direção. Meu filho nunca reclamou e ele entrou aqui com um ano e meio. Na hora que precisar eles chamam aqui, faz reunião e a gente vai, se tiver alguma coisa problemática as professoras estão aí, a direção e a coordenação recebem se tiver algum problema (pai do Rodrigo).

Embora os homens não relatem em suas falas que se sentem mais beneficiados do que as mulheres no que tange o atendimento dado pelas profissionais é possível perceber nas entrelinhas de suas falas certos “paparicos” por parte destas. Se, como visto na análise das entrevistas com as profissionais, elas se sentem mais cobradas com as demandas masculinas na creche/escola, isto pode estar sendo refletido no atendimento dado aos homens que pouco conseguem refletir acerca das dificuldades encontradas no âmbito escolar. Assim, de alguma forma, mesmo que não reconheçam, eles podem estar sendo mais beneficiados pelo tipo de atendimento dado dentro da instituição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre o olhar profissional e dos pais em relação aos cuidados masculinos no âmbito da educação, primeiramente, deixa transparecer um desconforto dos homens em serem sujeitos desta pesquisa. Se houve, por parte das profissionais entrevistadas, uma satisfação e, de certo modo, empolgação em responder questões voltadas para a vivência paterna em relação aos filhos, isso não ocorreu da mesma forma na abordagem com os homens. Na maioria das vezes, se mostravam tão tímidos e inseguros que limitavam o fluir das entrevistas. Porém, um dado observado se apresentou semelhante tanto com as profissionais quanto com os homens na pesquisa de campo: ambos se apresentaram surpresos com a temática. Essa surpresa sugere que a relação entre cuidados e homens ainda carece de ser refletida de maneira mais aprofundada em outros âmbitos.

A falta de intimidade acerca dos homens em relação aos cuidados masculinos não significa que eles não cuidem, ao contrário, formas de cuidados masculinos foram exemplificadas neste estudo como parte de seus cotidianos com os filhos. Entretanto, observou-se que estas relações de cuidado, muitas vezes, se contrapõem aos padrões impostos pela masculinidade hegemônica que também foi identificada nos discursos dos homens entrevistados. Esta relação distante e, por vezes, contraditória entre cuidados e masculinidade hegemônica pode estar gerando certo conflito para os homens, ora cuidadores que dão banho, brincam e penteiam (mesmo que “sem jeito”) os cabelos das suas filhas, ora homens que devem ser provedores, fortes, viris e “sujeito homem”. Assim, embora os homens se reconheçam como cuidadores, há uma dificuldade em se assumirem como tal, na medida em que os traços da masculinidade hegemônica ainda estão presentes, em maior ou menor grau, gerando conflitos e contradições que limitam maior aproximação dos mesmos no âmbito dos cuidados.

Esses traços de uma masculinidade hegemônica não foram encontrados apenas nos discursos dos homens, mas também nas falas das profissionais em relação aos mesmos. Quando foram questionadas sobre o que pensam sobre ser homem as profissionais reproduziram, na maioria das vezes, uma visão tradicional de masculinidade e, portanto, distante das relações de cuidados, mesmo elas tendo identificado homens cuidadores e relataram grande carinho com a presença paterna no espaço escolar. Neste olhar contraditório, incluí a visão de autoridade e agressividade por parte dos homens, o que de alguma forma acaba impactando a atuação das profissionais. Há uma maior “reserva” profissional por parte

destas que costumam se sentirem mais cobradas e inseguras com as demandas masculinas, o que pode estar contribuindo para uma limitação dos homens no âmbito escolar. Por outro lado, normalmente isso não ocorre quando atuam com mulheres, pois as profissionais “falam a mesma língua” com elas e, muitas vezes, transferem as suas experiências de cuidados femininos (e maternos) para o âmbito profissional. De alguma forma, isso pode sugerir que as mulheres ainda tendem a misturar as experiências do âmbito privado com o público quando estes espaços se constituem de relações de cuidados como no caso de uma creche/escola que tem crianças pequenas como seu público alvo. Essa “mistura” evidenciada na atuação profissional das mulheres também pode estar contribuindo para que estas se reafirmem como foco das políticas sociais, o que limita a abordagem de gênero nesta esfera.

Assim, as contradições do campo não foram encontradas somente em relação aos homens. Há novamente, agora por parte das profissionais, uma tensão gerada entre relações de cuidados e visão tradicional de masculinidades. Se na visão profissional, o olhar sobre os homens ainda é permeado pelo modelo masculino hegemônico, isso pode estar se sobressaindo às formas de cuidados masculinos, impossibilitando que estas sejam reconhecidas e valorizadas pelas profissionais. A dificuldade profissional maior em lidar com os pais do que com as mães, pode estar contribuindo para a reprodução de uma feminilização do cuidado e, portanto, uma desresponsabilização e invisibilidade de práticas de cuidados masculinos.

Em relação às profissionais, ao mesmo tempo em que relatam gostar muito da presença masculina na creche/escola, foi identificado uma espécie de naturalização em remeter os cuidados sempre às mulheres. Aliado a isso, considera-se que a estética feminina do campo, mesmo de maneira sutil, reforça a creche/escola como um espaço não só de demandas de mães e de trabalhadoras mulheres, mas de uma estética feminina. Assim, a entrada de homens nos cuidados de crianças pequenas pode estar sendo limitada não só pela atuação profissional, mas pela atmosfera do espaço que reproduz símbolos construídos como femininos.

Em relação à estética feminina do campo, os homens também podem estar apresentando um sentimento dúbio: ou se sentem pouco confortáveis por ser um espaço de trabalhadoras mulheres e que representa símbolos instituídos como femininos, ou esta estética pode estar sendo mais confortável para os homens, na medida em que eles conseguem exercer maior poder de autoridade em relação às mulheres profissionais. Em ambas das interpretações os cuidados não são assumidos pelos homens. Desse modo, vale ressaltar a importância em se

pesquisar mais profundamente questões de gênero em espaços profissionais de cuidados que tenham também homens profissionais atuando, pois, a atuação profissional masculina no âmbito dos cuidados é um dado que merece atenção nos estudos de gênero.

O sentimento ambíguo tão presente entre as profissionais, ora de espanto, surpresa e estranhamento quando, num primeiro momento, se deparam com homens com questionamentos e demandas normalmente femininas, ora de admiração, após o estranhamento inicial, em relação aos homens que cuidam, reflete o quanto as profissionais ainda veem os homens distantes das relações de cuidados, pois foi identificada uma comoção profissional muito maior em relação às famílias monoparentais masculinas do que as famílias monoparentais femininas (muito mais numerosas). Isso sugere o quanto às mulheres ainda são responsabilizadas pelos cuidados com os filhos e culpabilizadas quando optam por não cuidar. Assim, permeadas pelo ideário de que os homens não sabem cuidar, as profissionais acabam por compensar este suposto “déficit” masculino criando uma “rede de solidariedade” na própria instituição que tende a acolher o pai, principalmente se há ausência materna nos cuidados. Desse modo, o homem cuidador estaria sendo “supervalorizado” pelas profissionais, impactadas pelo sentimento de admiração pelos homens que exercem esse papel. Além disso, as profissionais estariam contribuindo para uma desqualificação do homem nesta esfera e para um distanciamento entre cuidados e masculinidades.

Outra ambiguidade identificada no campo foi a relação dos cuidados masculinos estarem relacionadas ao não cuidado da mulher. Pelas falas das profissionais é possível perceber que os homens tendem a culpar as mulheres por eles estarem cuidando dos filhos como se essa fosse uma função natural delas. Outro dado apontado é que os homens quando cuidam costumam apontar que estão “abrindo mão de alguma coisa”, não reconhecendo esta função como própria deles. É nítida nas falas das profissionais a delegação de cuidados que os homens concedem às mulheres, o que reafirma a dificuldade dos mesmos em se assumirem enquanto cuidadores. Porém, é possível perceber que há homens que cuidam por opção e desejo de serem cuidadores. Desse modo, embora haja uma forte tendência no discurso masculino voltada para uma responsabilização e culpabilização da mulher nesta esfera, não podemos dizer que exista um único padrão masculino de cuidados, pois há a existência de homens que exercem essa função por opção própria.

Ao mesmo tempo em que há um discurso de compartilhamento tanto dos homens quanto das profissionais entrevistadas é possível perceber a reprodução de estereótipos de gênero, na medida em que há uma visão “tradicional” desses papéis em ambos os discursos.

Se há em espaços de cuidados, como visto no campo pesquisado, a presença e reprodução desses estereótipos, estes podem estar mascarando uma reflexão mais profunda de gênero, na medida em que tendem a influenciar na formulação das políticas sociais.

No campo da educação foi identificada uma ausência de reflexão por parte das profissionais acerca das questões relacionadas ao gênero, no qual a creche/escola tende a não enfrentar temáticas que abarquem este campo, não se responsabilizando por uma atuação comprometida por uma igualdade de gênero. Assim, se há no âmbito escolar a necessidade de estudos que relacionem educação, gênero e sexualidade é preciso que se reconheça a necessidade de novos estudos em outros âmbitos, sobretudo aqueles que relacionem gênero e proteção social. Sobre este prisma é possível evidenciar a interseccionalidade de gênero que estabelece uma articulação entre raça, classe, corpo, geração, dentre outros. Desse modo, ações integradas entre diferentes setores das políticas sociais poderão contribuir para esta discussão em diferentes espaços públicos, o que poderá impactar na construção de novos conhecimentos e reflexão de novas formulações políticas.

Como visto no decorrer deste estudo, aos homens é atribuída uma função protetora, e se os homens devem ser protetores, como podem ser protegidos? A não proteção da família é enxergada por muitos desses homens pobres como um fracasso, pois eles não conseguem corresponder a um ideal de masculinidade hegemônica, o que pode estar contribuindo para distanciá-los dos mecanismos de proteção social. Neste sentido, é mais do que necessário articular masculinidades e proteção social, na medida em que o homem pobre, incorporado pelo papel de protetor, aliado a uma visão de invulnerabilidade pelas instituições protetoras, tende a ficar invisível perante as políticas sociais.

Mas o que as profissionais e os pais entendem como cuidado? Neste estudo, estas práticas foram identificadas de maneira muito semelhante tanto entre as profissionais como entre os homens; dar banho, buscar e levar na escola, dar comida, pentear o cabelo, dar atenção... Práticas pontuais, objetivas e, claro, afetivas/emocionais que desenham uma espécie de “cultura do cuidado”. Observa-se que os cuidados tendem a ser identificados a partir da ótica de construção feminina, uma vez que as mulheres foram (e ainda são) as principais protagonistas nesta esfera. Neste sentido, é necessária uma reflexão que aponte para a existência de outras práticas que podem não estar sendo reconhecidas (e, conseqüentemente, inseridas nas políticas sociais) como formas de cuidados. Assim, a invisibilidade de práticas diferenciadas de cuidados poderá estar reforçando uma ausência dos homens pobres nas políticas sociais e naturalizando o papel da mulher nesse âmbito.

Para que o cuidado exerça o seu poder transformador é preciso que se reconheça a importância de seu viés político e suas profundas dimensões de gênero, naturalizadas e obscurecidas por uma prática, ao mesmo tempo, tão necessária e tão invisibilizada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Ed Boitempo, 2ed , São Paulo, 2009.
- ARRETCHE, Martha. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas. BIB, Rio de Janeiro, n. 39,1. ° semestre, 1995
- AYRES, José Ricardo C. M. Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde. CEPESC: UERJ/IMS: ABRASCO, Rio de Janeiro, 2009
- AZEVEDO, Cecília. Identidades Compartilhadas. In: Ensino de história: Conceitos, temáticas e metodologia. FAPERJ- Rio de Janeiro, 2003.
- AZEVEDO, Gisele Regina de, SANTOS, Vera Lucia Conceição de Gouveia. Cuida-dor (D) eficiente: As representações sociais de familiares acerca do processo de cuidar. Rev Latino-am Enfermagem, 2006.
- BALDIN, Nelma, MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. X Congresso Nacional de Educação. PUC-PR, 2011.
- BARKER, Gary. Trabalho não é tudo mais é quase tudo: homens, desemprego e justiça social em Políticas Públicas. In: MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; AZEVEDO, Mariana; BRASILINO, Jullyane. (orgs.) Homens e Masculinidades: Práticas de Intimidade e Políticas Públicas. Instituto PAPAÍ, Recife, 2010.
- BANDEIRA, Lourdes & MELO, Hildete Pereira de. Tempos e Memórias: movimento feminista no Brasil. Brasília: SPM, 2010.
- BARBOSA, Daguimar de Oliveira. FREITAS, Rita de Cássia Santos. A Invisibilidade dos homens na Proteção Social Básica: um debate sobre gêneros e Masculinidades. OPIS, Catalão, v. 13, n.2, 2013.
- BARBOSA, Daguimar de Oliveira. Masculinidades, gênero e pobreza: o lugar dos homens e do masculino na Proteção Social Básica de Niterói/RJ, 2013. Dissertação de Mestrado do Programa de Política Social da Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói/RJ, 2013.
- BARROS, Miguel Daladier. Educação infantil: o que diz a legislação. Disponível em <http://www.Ifg.com.br>, 12 de novembro, 2008.
- BEZERRA, Christiane, SANGA, Dalmo Ávila. O direito à licença-paternidade de 120 (cento e vinte) como forma de efetivação dos direitos sociais. Direitos Sociais e Políticas Públicas IV, Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, CONPEDI, 2014.
- BOFF, Leonardo. Ressonâncias do cuidado. In: Saber cuidar. Ética do humano – Compaixão pela terra. Petrópolis, RJ 1999.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira, 2003.
- BUSTAMENTE, Vânia. Ser pai no Subúrbio ferroviário de Salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. Rev. psicologia em estudo, Bahia, 2005.
- CAMPOS, Maria Malta. Infância como construção social: contribuições do campo. In: Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas. VAZ, Alexandre Fernandes, MOMM, Caroline Machado (orgs.). Nova Petrópolis, Nova harmonia, 2012
- CASTEL, Robert. As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. In: ---. Tradução de Iraci D. Peleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, políticas públicas e centralidade na família, Revista Serviço Social e Sociedade, nº 86, São Paulo: Cortez, 2006.
- CARLOTO, Cássia Maria, MARIANO, Silvana. A família e o foco nas mulheres na política de assistência social. Rev. Sociedade em Debate, Pelotas, 2008

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Modos de educação, gênero e relações escola-família. Centro de Educação e Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero. Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 2004.

CECCHETTO, Fátima Regima. Violência e estilos de masculinidades/Fatima Regina Cecchetto – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CONNELL, Robert W. & MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Estudos Feministas, Florianópolis, 2013.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. Estudos Feministas, Florianópolis/SC, 2002.

COSTA, Sueli Gomes. Signos em Transformação: a dialética de uma cultura profissional. In: ---. São Paulo: Cortez, 1995.

CREPALDI, Maria Aparecida, ANDREANI, Grace, HAMMES, Patricia Simone, RISTOF, Clarissa Dionísio, ABREU, Sandra Ribeiro de. A participação do pai nos cuidados da criança, segundo a concepção de mães. Rev. Psicologia em Estudo, v. 11, n. 3, Maringá, 2006.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Loucura e família: (Re) Pensando o Ethos da Produção de Cuidado. In: Família Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas. Marco José de Oliveira Duarte, Maria Torre de Alencar (org) – 3ª. Ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica. Rev. Kátal, v.16, Florianópolis, 2013.

FREITAS, Rita de Cássia Santos, LIMA, Auricéia Xavier de Souza, PEREZ, Suyane Campos. Maternidades e Espaço Público: diferentes espaços, diferentes respostas. Texto apresentado a IX Reunião de Antropologia do Mercosul, Argentina, 2009.

FREITAS, Rita de Cássia Santos, BRAGA, Cenira Duarte, BARROS, Nívia Valença. Política Social, famílias e gênero – temas em discussão. Argumentum, Vitória (ES), v. 4, n.º. 2, 2012.

FREITAS, Waglânia de Mendonça Faustino, SILVA, Ana Teresa Medeiros Cavalcante, COELHO, Edméia de Almeida Cardoso, GUEDES, Rebeca Nunes, LUCENA, Kerly Dayana Tavares & COSTA, Ana Paula Teixeira. Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. Rev. de saúde pública, São Paulo, 2009.

GIBIM, Robson, LESSA, Patricia. Homens que cuidam: por uma política de igualdade de gênero no cuidado de crianças pequenas. Trabalho apresentado nos Anais II Simpósio Gênero e Políticas Pública, Universidade Estadual de Londrina - UEL, 2011.

GIFFIN, K. Exercício da paternidade: uma pequena revolução. In P. Silveira (Org.), O Exercício da paternidade, Porto Alegre: Artes Médicas, 1998

GUTIERREZ, Denise machado Duran, MINAYO Maria Cecília de Souza. Produção de conhecimento sobre cuidados da saúde no âmbito da família. Rev. Ciênc. Saúde coletiva vol 15, Rio de Janeiro, 2010.

HONÓRIO, Maria das Dores. Cabra-Macho, sim senhor! Um estudo sobre a masculinidade no nordeste do Brasil. I Seminário Sociologia & Política. UFPR, 2009.

LIMA, Patricia Souza. Pereira Passos no Rio Comprido: uma escola, uma praça, muitas histórias. Trabalho apresentado no IX Simpósio Educação e Sociedade Contemporânea: desafios e propostas a escola e seus sentidos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Uerj, 2014.

LYRA, Jorge et al. Homens e cuidado: uma outra família. Famílias: redes, laços e políticas públicas (org. ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. F.), São Paulo: IEE/PUC, 2003.

MACHIN, Rosana, COUTO, Marcia Thereza, SILVA, Geórgia Sibebe Nogueira, SCHRAIBER, Lilia Blima, GOMES, Romeu, FIGUEIREDO, Wagner dos Santos, VALENÇA, Otávio Augusto, PINHEIRO, Thiago Félix. Concepções de gênero, masculinidade e cuidados em saúde: estudo com profissionais de saúde da atenção primária. Rev. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 16, 2011.

MAROUN, Natalia. FREITAS, Rita de Cássia. A “divina” arte do cuidar e um desafio: os cuidados masculinos na família. 2º Encontro internacional de Política Social e 9º Encontro Nacional de Política Social, Vitória - ES, 2014

MARTINS, Ana Paula Vosne. Possibilidades de diálogo: Classe e gênero. UNICAMP, 1997.

MEDRADO, Benedito & LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. Rev. Estud. Fem. vol.16 n° 3, Florianópolis, 2008.

MEDRADO Benedito, LYRA, Jorge da Fonseca, LEÃO Luciana Souza, LIMA, Daniel Costa, SANTOS Breno. Homens jovens no contexto do cuidado: leituras a partir da paternidade na adolescência. In: Adorno R, Alvarenga A, Vasconcelos MP, organizadores. Jovens, trajetória, masculinidades e direitos. Edusp, São Paulo, 2005.

MESQUITA, Adriana de Almeida. Proteção social na alta vulnerabilidade: o caso das famílias monoparentais femininas em análise, Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Política Públicas, Desenvolvimento e Estratégia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ Rio de Janeiro, 2012

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

MOTT, Maria Lúcia. “Estudos biográficos e filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de Pérola Byington. Revista Gênero, v3, n2, Niterói: EdUFF, 2003

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de, ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história nos cuidados maternos. Rev. Psicologia Ciência e Profissão vol. 24, nº 1, Brasília, 2004.

MUNIZ, Jacqueline. Feminino – a Contorvérsia do óbvio. physis, vol2, n. 1, Rio de Janeiro:IMS/UERJ; Relume Dumará, 1992.

PEREIRA, Potyara. Necessidades humanas. Subsídios à crítica dos mínimos sociais. Rio de Janeiro: Cortez, 2008,

PERROT, Michelle. “Sair”, História das Mulheres no Ocidente, (org: Michelle Perrot e Georges Duby), Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1999.

PERUCCHI, Juliana & BEIRÃO, Aline Maiochi. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. Rio de Janeiro, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. São Paulo Perspec. [online]. 2004.

RADTKE, Franciane Meire. Adolescência, paternidade e cuidados: os sentidos que adolescentes pais atribuem à sua participação nos cuidados dos filhos. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade federal de Santa Catarina, 2005.

RODRIGUES, Maísa Paulino, LIMA, Kenio Costa de, RONCALLI, Ângelo Giuseppe. A representação social do cuidado no programa saúde da família na cidade de Natal. Rev.Ciênc. saúde coletiva vol.13 no.1, Rio de Janeiro, 2008.

SAFIOTTI, Heleieth I. B. “Rearticulando gênero e classe social”, Uma questão de gênero (org.: Albertina de Costa e Cristina Bruschini), Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.

SANTOS, Regina Coeli Benedito dos e GÓIS, João Bôscio Hora. “Gênero, raça e solidariedade: um estudo da organização política de lésbicas negras”, Revista Gênero, vol. 8, Niterói: EdUFF, 2008.

SARTI, Chyntia Andersen, A família como ordem simbólica. Escola Paulista de medicina – UNIFESP, São Paulo, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005;

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. São Paulo, 1995

SEIXAS, Rebeca Bruno da Silva. “Seja Homem! ”: Construção de masculinidades na revista Men’s Health Brasil, 2012. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria/RS, 2012.

SILVA, Milena da Rosa, PICCINNI, Cesar Augusto. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. Revista estudos de Psicologia, Campinas, 2007.

SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli. A Constituição da Identidade Masculina: alguns pontos para discussão. Rev, Psicol, USP, V.8, nº 1, São Paulo, 1997.

SIQUEIRA, Saulo Aguiar. Rio Comprido: Lugar, memória e identidade. Monografia apresentada ao Instituto de Geografia da UERJ, 2013.

SPOSATI, Aldaíza Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. --- Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009,

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. Cadernos de Pesquisa, vol. 43, nº 149, 2013.

SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v. 26, nº 1, São Paulo, 2014.

STAMM, Maristela, MIOTO Regina Célia Tamaso. Família e Cuidado: uma leitura para além do óbvio. Rev. Ciência, Cuidado e Saúde. Maringá, v.2, n.2, 2003.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas ‘femininas’, Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 15, nº 3, 2001.

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “teorias” de famílias. In: A família Contemporânea em debate. (org. Maria do Carmo Brant de carvalho) São Paulo: Educ/Cortez, 3ª ed, 2000.

TAYLOR, Alice. Um estudo de caso sobre homens que se envolvem em papéis de cuidado. In: Homens que cuidam: Um estudo qualitativo multipaís sobre homens em papéis não tradicionais de cuidado (org. Instituto Promundo e o Internacional Center for researchon Women), 2012.

TRONTO, Joan. Assistência democrática e democracias assistenciais. Rev. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, nº 2, 2007.

VARIKAS, Eleni. O pessoal é político: desventuras de uma Promessa Subversiva. Revista Tempo, Rio de Janeiro, 1997.

VASCONCELOS, Lelia Mendes, VELASQUES, Ana Beatriz Araujo, SILVA, Diana Scabelo da Costa Pereira da, BARROS, Flávia de. As transformações geradas pelos acessos à cidade. Seminários de História da Cidade e do Urbanismo, v.7, nº 2, 2002

VÁZQUEZ, Maria Laura Osta. Feminismo, Eugenia e maternalismo nos discursos de duas feministas sufragistas uruguaia e brasileira. Universidade Federal da Grande Dourados. 2012.

VIANNA, Claudia, FINCO, Daniela. Meninos e meninas na educação infantil: uma questão de gênero e poder. Cad Pagu nº 33, Campinas, 2009.

VIANNA, Maria Lúcia T. Werneck. A emergente temática da política social na bibliografia brasileira. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB ANPOCS, Rio de Janeiro, n. 28, p 3-41, 2º semestre de 1989.

WELZER-LANG, Daniel. A Construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Revista Estudos Feministas, 2001.

YASBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e Pobreza. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2, 2010.

## APÊNDICE A:

### **Roteiro de entrevista realizada com os profissionais da Associação de Educação Infantil Florescer:**

- 1- Existem homens em seu espaço de trabalho? Pense em profissionais e usuários.
- 2- Como você acha que os homens são recebidos dentro deste espaço? Por quê?
- 3- A quem competem os cuidados na família? O que é cuidar?
- 4- Você conhece alguma família do Rio Comprido em que o pai parece cuidar mais do que a mãe? Por quê?
- 5- O que você acha de uma mulher que cuida sozinha da família?
- 6- O que você acha de um homem que cuida sozinho da família?
- 7- Você tem alguma preferência de atendimento no que se refere ao sexo do usuário? Por quê?
- 8- Que dificuldades você acha que os homens podem encontrar nestes espaços? E as facilidades?
- 9- O que você entende por ser homem? E ser mulher?
- 10- O que você entende por paternidade? E maternidade?
- 11- De que forma você acha que a sua instituição se comunica no que se refere à igualdade de gênero?

## APÊNDICE B:

### **Roteiro de entrevista realizada com os homens da Associação de Educação Infantil**

#### **Florescer:**

- 1- O que você entende por paternidade? E maternidade?
- 2- Como você acha que é recebido neste espaço?
- 3- O que você entende por ser homem? E ser mulher?
- 4- Você acredita que cuida? Por quê?
- 5- O que você entende por cuidado?
- 6- Você gosta de cuidar? Por quê?
- 7- Quais as dificuldades você encontra para ser atendido nestes espaços? E as facilidades?
- 8- O que você entende por família?
- 9- Você poderia relatar alguma situação na sua vida em que você estava exercendo o cuidado?
- 10- Se você pudesse escolher ser outra pessoa, que tipo de homem gostaria de ser?  
Descreva suas características.
- 11- Quando alguém da sua família fica doente que instituições de saúde você procura?
- 12- Quando você sente necessidade de se qualificar profissionalmente que necessidade de cursos você tem? Há disponibilidade destes na rede do bairro?
- 13- O que é cuidar? Há uma maneira correta de um homem cuidar? E de uma mulher?

## APÊNDICE C:

### **Roteiro de observação do campo:**

As anotações do campo serviram para a descrição dos comportamentos, as ações, as atitudes, as palavras que envolvem significados, representam valores e pressupostos próprios do sujeito e do ambiente sociocultural e econômico ao qual este pertence.

- Descrição dos sujeitos: expressões, comportamentos, falas, diálogos, relação com outros sujeitos, relação com o espaço físico, relação com o cuidado.
- Descrição do espaço físico: os móveis, a iluminação, a conservação do espaço, a estética, o local onde este ambiente se encontra. Criou-se um desenho do território e do espaço físico.
- Descrição das atividades realizadas: foram descritas as atividades específicas do campo de pesquisa indicando objetivos, atividades, características e traços peculiares dos comportamentos dos sujeitos envolvidos.
- Descrição dos diálogos: foram descritas as circunstâncias específicas em que se travaram diálogos importantes para a reflexão acerca da relação dos homens e dos cuidados.

### Pontos observados:

- A relação dos homens com a instituição;
- A relação das mulheres com a instituição;
- A relação do cuidado no espaço da pesquisa;
- A relação do território com o campo de pesquisa;
- A relação dos profissionais com os homens que cuidam;
- O cotidiano da instituição onde foi realizada a pesquisa;
- As relações sociais estabelecidas entre os sujeitos e a instituições;
- A relação das instituições com a região onde ela se localiza, com as comunidades e as redes estabelecidas.